



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO do Município de Coité do Nôia, Estado de Alagoas e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA, Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei, denominada Código Tributário do Município de Coité do Nôia, regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

TÍTULO I
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A legislação tributária do Município de Coité do Nôia compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:

- I** - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas competentes;
- II** - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
- III** - os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 3º Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, com conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, observadas as regras de interpretação estabelecidas neste diploma legal.

CAPÍTULO II



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º Esta Lei tem aplicação em todo o território do Município de Coité do Nôia e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

Art. 5º Esta Lei tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

Art. 6º Quando ocorrer dúvida quanto à aplicação de dispositivo desta Lei o contribuinte poderá, mediante petição, consultar à hipótese concreta do fato.

CAPÍTULO III

DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 7º Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste capítulo.

§1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

- I** - a analogia;
- II** - os princípios gerais de direito tributário;
- III** - os princípios gerais de direito público;
- IV** - a equidade.

§2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§3º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 8º Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:

- I** - suspensão ou exclusão de crédito tributário;
- II** - outorga de isenção;
- III** - dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 9º Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:

- I** - à capitulação legal do fato;
- II** - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III** - à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV** - à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

TÍTULO II
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Art. 11. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 12. Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

CAPÍTULO II
DO FATO GERADOR

Art. 13. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida nesta Lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.

Art. 14. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 15. O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:

I - a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 16. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos;

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

§1º. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

§2º. Para os efeitos do inciso II e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO ATIVO

Art. 17. Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de Coité do Nóia.

CAPÍTULO IV
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 18. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa nesta Lei.

Art. 19. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 20. O sujeito passivo, caso convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de até 20 (vinte) dias, a cargo da administração, para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar da intimação.

CAPÍTULO V
DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 21. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens e negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

CAPÍTULO VI
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 22. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins desta Lei, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

CAPÍTULO VII
DA SOLIDARIEDADE

Art. 23. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei;

III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

Art. 24. Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VIII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, esta Lei disporá sobre a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

SEÇÃO II
DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 26. O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 27. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 28. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 29. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 30. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO III
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 31. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 32. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV
DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 33. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 34. A responsabilidade é pessoal ao agente:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 31, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

TÍTULO III
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 36. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 37. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 38. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão que envolva matéria tributária de competência do Município somente poderá ser concedida através de lei específica.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DO LANÇAMENTO

Art. 39. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente,



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 40. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 41. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 49, desta Lei.

Art. 42. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, sucessivamente, através:

I - da notificação direta;

II - da remessa do aviso por via postal;

III - da publicação de edital.

§1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma do inciso III deste artigo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§4º. A notificação de lançamento conterà:

- I** - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
- II** - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III** - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
- IV** - o prazo para pagamento ou impugnação;
- V** - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI** - demais elementos estipulados em regulamento.

§5º. Considera-se feita a notificação:

- I** - se direta, na data do respectivo ciente;
- II** - se por carta, na data do recibo de volta, ou se for omitido, 5 (cinco) dias após a data da entrega da carta à agência postal;
- III** - se por edital, 5 (cinco) dias após a sua afixação ou publicação.

Art. 43. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos, por qualquer circunstância, nas épocas próprias, bem como lançamentos complementares de outros viciados por irregularidade ou erro de fato.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o débito decorrente do lançamento anterior, quando quitado, será considerado como pagamento parcial do crédito resultante do lançamento complementar.

Art. 44. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 45. É facultado ainda à Fazenda Pública Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 46. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II
DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 47. O lançamento é efetuado:

- I** - com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II** - de ofício, nos casos previstos neste capítulo;
- III** - por homologação.

Art. 48. Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informação sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a quem competir a revisão daquela.

Art. 49. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

- I** - quando a lei assim o determine;
- II** - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;
- III** - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV** - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo 50 desta Lei;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

X - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

Art. 50. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública Municipal tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 51. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 52. Nos termos do inciso VI do artigo 31, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Fazenda Pública Municipal, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo da pena prevista na alínea "a" inciso I do artigo 98, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI, inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos do caput deste artigo.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I** - a moratória;
- II** - o depósito do seu montante integral ou parcial;
- III** - as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
- IV** - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- V** - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI** - o parcelamento.

§1.º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequentes.

§2.º O depósito parcial do crédito tributário somente suspenderá este até o limite depositado, ficando o remanescente sujeito aos acréscimos legais.

SEÇÃO II
DA MORATÓRIA



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 54. Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado, para o pagamento do crédito tributário.

Art. 55. A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

Parágrafo único. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 56. A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão;

III - os tributos alcançados pela moratória;

IV - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;

V - garantias.

Art. 57. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 58. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III
DO PARCELAMENTO

Art. 59. Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor das parcelas devidamente corrigido monetariamente.

§1º. O parcelamento a ser concedido, nos termos do “caput” deste artigo, estará condicionado ao valor mínimo de cada parcela, conforme os seguintes critérios:

- a) Pessoa Física – **R\$: 20,00;**
- b) Microempresa – **R\$: 50,00;**
- c) Empresa de Pequeno Porte – **R\$: 100,00;**
- d) Empresa de Médio Porte – **R\$: 150,00;**
- e) Empresa de Grande Porte – **R\$: 500,00.**

§2º. Incidirá atualização monetária sobre o saldo devedor das parcelas que ultrapassarem mais de um exercício.

§3º. O parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

§4º. Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento, as disposições desta lei, relativas à moratória.

§5º. A falta de pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas acarretará o vencimento das demais e, quando for o caso, na forma do disposto no Parágrafo único do artigo 99, perda dos descontos concedidos, encaminhando-se o processo ou Certidão da Dívida Ativa, dentro de 10 (dez) dias, à Procuradoria Municipal, para dar início ou prosseguimento à cobrança executiva do débito.

SEÇÃO IV
DO DEPÓSITO

Art. 60. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

I - quando preferir o depósito à consignação judicial;

II - para atribuir efeito suspensivo:

a) à consulta formulada na forma deste Código;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 61. O depósito prévio será necessário:

I - para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;

II - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 62. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;

d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário, sem prejuízo da liquidez do crédito tributário.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 63. Considerar-se-á suspensão a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito, observado o disposto no artigo seguinte:

Art. 64. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

- I** - em moeda corrente do país;
- II** - por cheque;
- III** - em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo único. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 65. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou qual a parcela correspondente, quando este for exigido em prestações.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

- I** - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
- II** - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.
- III** - Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais sobre o remanescente devido.
- IV** - Caso o depósito, de que trata este artigo, for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 66. Uma vez constituído em caráter definitivo o crédito tributário, total ou parcialmente, observar-se-á o seguinte:

- I** - o valor depositado será convertido em receita tributária, observada a devida proporção;
- II** - o saldo devedor porventura existente será imediatamente inscrito em dívida ativa para execução judicial.
- III** - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

SEÇÃO V



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA**

DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 67. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I** - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- II** - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- III** - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
- IV** - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

**CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 68. Extinguem o crédito tributário:

- I** - o pagamento;
- II** - a compensação;
- III** - a transação;
- IV** - a remissão;
- V** - a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
- VI** - a conversão do depósito em renda;
- VII** - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no artigo 50;
- VIII** - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- IX** - a decisão judicial transitada em julgado;
- X** - a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei;
- XI** - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO

Art. 69. O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheque, dentro dos prazos estabelecidos em Lei, regulamento ou fixados pela Administração.

§1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador ou em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo, sob pena de nulidade.

§3º. O pagamento poderá ser efetuado mediante parcelamento, conforme regulamento.

Art. 70. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 71. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 72. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 73. Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 74. A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

SEÇÃO III
DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 75. A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Pública Municipal, sem antecipação de suas obrigações.

§1º. É competente para autorizar a compensação o titular da Fazenda Pública Municipal, mediante fundamentado despacho em processo regular.

§2º. Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

§ 3º. Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§4º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§5º. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Art. 76. Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

Parágrafo único. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo titular da Fazenda Pública Municipal, ou pela Procuradoria do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

- I** - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
- II** - a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controversa;
- III** - ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- IV** - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;
- V** - a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

Art. 77. Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

SEÇÃO IV
DA REMISSÃO

Art. 78. Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial de débitos tributários, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;

V - a condições peculiares a determinada região do território do Município;

VI - demais condições fixadas em lei.

§ 1º. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

§ 2º. Fica o Secretário de Administração e Finanças autorizado a cancelar os créditos tributários de diminuto valor e onerosa cobrança, entendendo-se para tal, aquela cujo valor total, por CDA e por exercício, seja inferior a R\$ 20,00 (vinte reais).

SEÇÃO V
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Art. 79. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 80. A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto feito ao devedor;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

V - durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 81. O direito da Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário decai depois de 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 82. Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

SEÇÃO VI
DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 83. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

I - declare a irregularidade de sua constituição;

II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§1º. Extinguem, ainda, o crédito tributário:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

b) a decisão judicial passada em julgado.

§2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito previstas no artigo 53.

Art. 84. Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia de instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença a favor da Fazenda Pública Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos nesta Lei;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

CAPÍTULO V
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 85. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 86. Qualquer isenção além das regulamentadas nesta Lei, deverá ser instituída por lei específica que determine as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos e/ou taxas a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 87. Salvo disposição em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e à contribuição de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 88. A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 89. A isenção pode ser concedida:

I - em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

SEÇÃO III
DA ANISTIA

Art. 90. A anistia, entendida como o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Legislação Federal;

III - às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 91. A lei específica que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

TÍTULO IV
DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 92. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I - atualização monetária;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- II** - multa de mora;
- III** - juros de mora;
- IV** - multa de infração.

SEÇÃO I
DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 93. Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, quando não pagos até a data do vencimento, serão atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observando-se o seguinte:

I – débitos vencidos a partir de 1º de janeiro de 2004, serão atualizados, mensalmente, pela variação acumulada entre os índices divulgados no mês do vencimento e no mês anterior ao do efetivo pagamento;

II – débitos vencidos até 1º de janeiro de 2004 serão atualizados pela legislação então vigente;

III – a atualização monetária incidirá sobre o valor integral do crédito;

IV – no caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos;

V – no caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte, dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

SEÇÃO II
DA MULTA DE MORA

Art. 94. A multa de mora, de natureza compensatória, destina-se a compensar o sujeito ativo da obrigação tributária pelo prejuízo suportado em virtude do atraso no pagamento que lhe era devido, e será aplicada na seguinte conformidade:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

I - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxas de Serviços Urbanos:

- a)** Até 30 (trinta) dias de atraso, 2% (dois por cento) do valor do tributo atualizado;
- b)** De 31 a 90 dias de atraso, 4% (quatro por cento) do valor do tributo atualizado;
- c)** De 91 a 150 de atraso, 6% (seis por cento) do valor do tributo atualizado;
- d)** De 151 a 210 dias de atraso, 8% (oito por cento) do valor do tributo atualizado;
- e)** Acima de 211 dias de atraso, 10% (dez por cento) do valor do tributo atualizado.

II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e demais tributos não incluídos no inciso antecedente:

- a)** 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

III - Aplica-se o percentual da multa de mora sobre o valor do tributo ou contribuição devido, atualizado monetariamente.

SEÇÃO III
DOS JUROS DE MORA

Art. 95. Os débitos de qualquer natureza com a Fazenda Municipal estarão sujeitos, na esfera administrativa ou judicial, a incidência de juros, tomando-se como base a Taxa Média de Captação de Recursos do Governo Federal, através dos títulos da dívida mobiliária federal interna, especialmente a Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco do Brasil ou a utilização de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 96. Os juros incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, sobre o valor do principal atualizado.

SEÇÃO IV
DA MULTA POR INFRAÇÃO

Art. 97. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

Art. 98. A multa por infração será aplicada conforme as seguintes hipóteses:

I - Omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do sujeitará o contribuinte a multa equivalente a:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

a) 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;

b) 100% (cem por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;

c) 50% (cinquenta por cento) do imposto devido no caso do inciso anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta.

II - Pela falta de retenção do imposto na fonte, multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto não retido;

III - Pelo não recolhimento ou recolhimento parcial do imposto retido, no prazo e nas condições estabelecidas nesta Lei:

a) Microempresa: Multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido;

b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de 60% (sessenta por cento) do valor do imposto devido;

c) Empresa de Médio Porte: Multa de 80% (oitenta por cento) do valor do imposto devido;

d) Empresa de Grande Porte: Multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido.

IV - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta:

a) Microempresa: Multa de **R\$ 130,00;**

b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**

c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 450,00;**

d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.000,00.**

V - Promover inscrição no Cadastro Fiscal fora dos prazos estabelecidos nesta Lei:

a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**

b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**

c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**

d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

VI - Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

VII - Pela falta de escrituração ou escrituração irregular dos livros fiscais obrigatórios:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

VIII - Deixar de entregar, enviar ou remeter, em sendo obrigado a fazê-lo, documento ou declaração exigida pela legislação tributária em vigor, bem como deixar de apresentar nos prazos regulamentares a Declaração Anual do Contribuinte - DAC, da Secretaria Executiva da Fazenda do Estado de Alagoas, por documento, sem prejuízo das penalidades aplicadas nas legislações específicas:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

IX - Pela falta de livros fiscais obrigatórios, por livro:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

X - Por retirar os livros fiscais obrigatórios do estabelecimento, por livro:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

XI - Pelo não pagamento do imposto, por prestação de serviço:

- a) Microempresa: Multa de 10% (dez por cento) do valor do imposto devido;
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

c) Empresa de Médio Porte: Multa de 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido;

d) Empresa de Grande Porte: Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido.

XII - Deixar de apresentar, no prazo para tanto concedido, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de base de cálculo de tributos municipais:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00**;
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00**;
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00**;
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00**.

XIII - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas a tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00**;
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00**;
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00**;
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00**.

XIV - Recusar, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, a exibição de livros ou documentos fiscais, embarçar, iludir, dificultar ou impedir a ação fiscal, sonegar livros ou documentos para a apuração do tributo ou da fixação da sua estimativa ou não apresentar escrituração contábil idônea, que permita diferenciar as receitas ou despesas específicas das atividades de prestação ou tomada de serviços se e quando estas existirem, e ainda que permita diferenciar os valores dos tributos recolhidos, a recolher, retidos e/ou substituídos:

- a) **R\$ 240,00**, ocorrendo à infração na primeira notificação;
- b) **R\$ 480,00**, ocorrendo à infração na segunda notificação;
- c) **R\$ 970,00**, ocorrendo à infração na terceira notificação;
- d) **R\$ 1.900,00**, ocorrendo à infração na quarta notificação.

§ 1º. A partir da quinta notificação, a multa será o valor disposto na alínea d, acrescido de 20% (vinte por cento), cumulado a cada nova infração.

XV - Pela prestação de informações falsas relativas a dados cadastrais mercantis:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00**;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

XVI - Uso indevido ou em desacordo com as especificações, de livros, faturas, Notas Fiscais ou outros documentos, por mês de apuração:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

XVII - Falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios, por livro:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

XVIII - Confecção de livros, notas fiscais e demais documentos obrigatórios, sem a autorização da repartição competente: multa de R\$: 2.000,00 para o estabelecimento gráfico responsável e para o sujeito passivo de:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 970,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 1.900,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 3.900,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 7.700,00.**

XIX - Prestação de serviço sem a emissão da respectiva nota fiscal, quando obrigado, multa de 30% (trinta por cento) do imposto devido ou o disposto nas alíneas abaixo, o que for maior:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

XX - Inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros ou documentos fiscais por 05 (cinco) anos, não comunicada ou não regularizada pelo sujeito passivo, conforme legislação tributária municipal, por documento:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

XXI - Adulteração e outros vícios que influenciem a apuração do crédito fiscal, multa de 100 % (cem por cento) do imposto devido.

XXII - Não comparecimento do contribuinte à Prefeitura, para proceder à inscrição no Cadastro Imobiliário do Município ou anotações de alterações de qualquer natureza relativas ao imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do surgimento da nova unidade ou das alterações ocorridas:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 140,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 200,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 520,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.100,00.**

§ 1º. Consideram-se alterações relativas ao imóvel, na conformidade do que preceitua este item, as reformas externas ou internas; reparos estruturais ou estéticos (exceto pintura), construção de benfeitorias, demolição, reconstrução e quaisquer outras cuja natureza exija a elaboração de projeto e sua aprovação junto ao órgão competente da Administração Municipal e/ou qualquer outra esfera de governo.

XXIII - Erro ou omissão dolosa, bem como falsidade, pertinentes às informações fornecidas para a inscrição ou alteração de dados no Cadastro Imobiliário:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 240,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 480,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 970,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00.**

XXIV - Utilização, na via pública, de placa indicativa de publicidade, sem a necessária autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, por placa:

- e) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 240,00;**
- f) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 480,00;**
- g) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 970,00;**
- h) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00.**

XXV - Pagamento espontâneo de tributo sem o recolhimento concomitante da multa moratória:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 240,00;**
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 480,00;**
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 970,00;**
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00.**



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

XXVI - Demais infrações à presente Lei, relativa ao exercício de atividades ou prestação de serviços não especificados nos itens anteriores:

- a) Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 240,00**;
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 480,00**;
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 970,00**;
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00**.

XXVII - Pela instalação de equipamentos de infra-estrutura nas vias e logradouros públicos do Município, sem a necessária autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (por equipamento): Multa de R\$ 2.000,00.

§ 2º. As circunstâncias agravantes ou atenuantes, conforme dispostas nos artigos 101 e 102, servirão para gradação da multa, reduzindo ou agravando o valor passível de aplicação na razão de 10% (dez por cento) para cada inciso do referido artigo, justificadamente aplicável ao caso.

TÍTULO V
DAS REDUÇÕES CONCEDIDAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99. Ao sujeito passivo da obrigação tributária que proceder ao recolhimento das importâncias efetivamente devidas será concedida redução do valor correspondente as multas, observando-se os seguintes critérios:

I - Para débito fiscal parcelado em conformidade com o disposto no artigo 59 desta Lei:

- a) Desconto de 50% (cinquenta por cento), se parcelado em até 3 (três) parcelas;
- b) Desconto de 40% (quarenta por cento), se parcelado em mais de 3 (três) e até 6 (seis) parcelas;
- c) Desconto de 30% (trinta por cento), se parcelado em mais de 6 (seis) e até 12 (doze) parcelas;
- d) Desconto de 20% (vinte por cento), se parcelado em mais de 12 (doze) e até 18 (dezoito) parcelas;
- e) Desconto de 10% (dez por cento), se parcelado em mais de 18 (dezoito) e até 36 (trinta e seis) parcelas.

II - Para débito fiscal quitado de uma só vez:

- a) 80% de desconto para pagamento efetuado em qualquer fase do processo administrativo tributário.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. Todo e qualquer desconto concedido para a quitação de débitos fiscais, somente será considerado realizado quando da total quitação da obrigação. O inadimplemento acarretará o cancelamento do desconto.

TÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES

Art. 100. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições da legislação tributária e, em especial, desta Lei.

Parágrafo único. Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 101. Constituem agravantes de infração:

I - a sonegação, a fraude e o conluio;

II - a reincidência;

III - ter o infrator recebido do contribuinte de fato, antes do procedimento fiscal, o valor do tributo sobre o que versar a infração, quando esta constituir falta de pagamento no prazo legal;

IV - o fato do tributo não lançado ou lançado a menor referir-se à operação cuja tributação já tenha sido objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo contribuinte;

V - a inobservância a instruções escritas, baixadas pela Fazenda Municipal;

VI - a clandestinidade do ato, operação ou estabelecimento, a inexistência de escrita fiscal e comercial e a falta de emissão de documentos fiscais quando exigidos;

VII - o emprego de artifício fraudulento, como meio para impedir ou diferir o conhecimento da infração.

Art. 102. Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas na lei civil, a critério da Fazenda Pública Municipal.

I - o lançamento regular das operações tributárias nos livros fiscais e comerciais, com base em documentos legalmente tidos;

II - a comprovada ignorância ou incompreensão da legislação fiscal;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

III - ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração, prejudiciais ao Fisco;

IV - qualquer outra atitude que faça presumir, inequivocamente, ter o infrator agido de boa fé.

Art. 103. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 104. A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 105. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando reduzida a respectiva penalidade, conforme previsão legal, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância determinada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medidas de fiscalização relacionadas com a infração.

§2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 106. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

CAPÍTULO II
DAS PENALIDADES

Art. 107. São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separadas ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

I - a multa;

II - a perda de desconto, abatimento ou deduções;

III - a cassação do benefício da isenção;

IV - a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;

V - a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;

VI - a sujeição a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 108. Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Pública Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

TÍTULO VII
DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 109. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, antes de iniciar quaisquer atividades, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta Lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Art. 110. O Cadastro Fiscal do Município de Coité do Nóia é composto:

I - do Cadastro Imobiliário de Contribuintes;

II - do Cadastro Mercantil de Contribuintes;

III - de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais.

LIVRO II
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS
TÍTULO I
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 111. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 112. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

- I** - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II** - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 113. Os tributos são: impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

§1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§3º. Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

§4º. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é o tributo instituído para fazer face ao custeio do consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 114. O Município de Coité do Nôia, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, tem competência legislativa plena, quanto à incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 115. A competência tributária é indelegável, exceto através desta ou de lei específica, quanto à capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

§1º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do caput deste artigo.

§2º. Compreendem as atribuições referidas no caput e § 1º deste artigo as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

§3º. Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

CAPÍTULO III
DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 116. É vedado ao Município:

I - exigir ou majorar tributos sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

VI - cobrar imposto sobre:

- a)** o patrimônio ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e outros Municípios;
- b)** o patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- c)** templos de qualquer culto;
- d)** livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

§1º. A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§2º. As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§3º. A vedação expressa no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição substituto tributário e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§5º. O disposto na alínea "b" do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

- I** - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II** - aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§6º. Não se considera instituição sem fins lucrativos aquela que, desenvolver atividades não vinculadas à finalidade da instituição, ou que explore atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário.

§7º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§8º. No caso do ITBI, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais.

§9º. Na falta do cumprimento do disposto nos §§ 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente deve suspender a aplicação do benefício.

Art. 117. Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes a entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 118. A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

Art. 119. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

CAPÍTULO IV
DOS IMPOSTOS

Art. 120. Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:

I - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

II - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

III - Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis - ITBI.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

TÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 121. Constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação, por pessoa jurídica ou pessoa física, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes da lista abaixo:

1 - Serviços de informática e congêneres.

- 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 - Programação.
- 1.03 - Processamento de dados e congêneres.
- 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 - Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

- 2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

- 3.01 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- 3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- 3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

- 4.01 - Medicina e biomedicina.
- 4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- 4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04 - Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 - Acupuntura.
- 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 - Serviços farmacêuticos.
- 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 - Nutrição.
- 4.11 - Obstetrícia.
- 4.12 - Odontologia.
- 4.13 - Ortóptica.
- 4.14 - Próteses sob encomenda.
- 4.15 - Psicanálise.
- 4.16 - Psicologia.
- 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

- 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 - Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

- 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 - Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.

7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 - Calafetação.

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminês, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.

7.15 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

7.18 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.19 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suíte-service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 - Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- 11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
- 11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
- 11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.
- 11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

- 12.01 - Espetáculos teatrais.
- 12.02 - Exibições cinematográficas.
- 12.03 - Espetáculos circenses.
- 12.04 - Programas de auditório.
- 12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
- 12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.
- 12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
- 12.10 - Corridas e competições de animais.
- 12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
- 12.12 - Execução de música.
- 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

- 13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.02 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.03 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.04 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÔIA

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex,



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas sem geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; missão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.

17.03 - planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - Franquia (franchising).

17.08 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10 - animação de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12 - Leilão e congêneres.

17.13 - Advocacia.

17.14 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15 - Auditoria.

17.16 - Análise de Organização e Métodos.

17.17 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20 - Estatística.

17.21 - Cobrança em geral.

17.22- Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.23 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31- Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

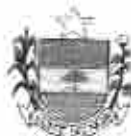
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

§1º. O contribuinte que exercer em caráter permanente ou eventual mais de um dos serviços relacionados na lista a que se refere este artigo, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada um deles.

§2º. O fato gerador do imposto ocorre ainda que os serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§3º. O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§4º. O imposto incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§5º. Incluem-se entre os sorteios referidos no item 19 da lista constante do Artigo 121, desta Lei, aqueles efetuados mediante inscrição automática por qualquer meio, desde que a captação de inscrições alcance participantes no Município.

§6º. Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§7º. A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III – do resultado financeiro obtido;

IV – da destinação dos serviços;

Art. 122. Para os efeitos de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza entende-se:

I - Por pessoa física, aquela que realiza trabalho pessoal, sem vínculo empregatício.

II - Por empresa, toda e qualquer pessoa jurídica que exercer a atividade de prestadora de serviços, assim como, para os efeitos desta lei, as sociedades não personalizadas, as sociedades de fato, aquelas sem personalidade jurídica ou ainda, aquelas pessoas físicas não enquadradas no inciso anterior.

§1º. Para efeito de enquadramentos na Legislação Tributária do Município de Coité do Nóia e aplicação das sanções previstas no artigo 98 desta Lei, a empresa classifica-se em:

I – Microempresa: Aquela que tenha receita bruta auferida anual de até **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais);



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

II – Empresa de Pequeno Porte: Aquela que tenha receita bruta auferida anual entre **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais e **R\$150.000,00** (cento e cinquenta mil reais);

III – Empresa de Médio Porte: Aquela que tenha receita bruta auferida anual entre **R\$ 150.000,0** (cento e cinquenta mil reais) e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais);

IV – Empresa de Grande Porte: Aquela que tenha receita bruta auferida anual acima de **R\$ 450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil reais).

§1º. Para a apuração dos limites de receita bruta auferida, devem ser computadas todas as receitas, inclusive as não operacionais, de todos os estabelecimentos do contribuinte, sediadas ou não neste Município, prestadores ou não de serviços, sem quaisquer deduções, mesmo as permitidas para fim de recolhimento de I.S.S, tomando como base o ano civil.

§2º. Ocorrendo a eventual falta de elementos que indiquem o faturamento bruto anual do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, através de Portaria, estabelecerá os procedimentos usados para o arbitramento deste faturamento, de modo que melhor se atenda ao disposto neste Artigo.

Art. 123. Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto ao Município de Coité do Nóia:

I – quando o serviço for prestado através de estabelecimento situado no seu território, ou, na falta de estabelecimento, houver domicílio do prestador no seu território;

II – quando o prestador do serviço, ainda que não estabelecido nem domiciliado no Município, exerça atividade no seu território em caráter habitual ou permanente;

III – quando estiver nele estabelecido ou, caso não estabelecido, nele domiciliado o tomador ou o intermediário do serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

IV – na prestação dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei, relativamente à extensão localizada em seu território, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

V – na prestação dos serviços a que refere o subitem 22.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei, relativamente à extensão de rodovia localizada em seu território;

VI – quando os serviços, excetuados os descritos no subitem 20.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei, forem executados em águas marítimas por prestador estabelecido em seu território;

VII – quando em seu território ocorrerem as hipóteses constantes da lista a seguir, ainda que os prestadores não estejam nele estabelecidos nem nele domiciliados:

- 1) instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 2) execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 3) demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 4) edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 5) execução de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 6) execução de limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 7) execução de decoração e jardinagem, de corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 8) controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 9) florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 10) execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 11) limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 12) localização do bem objeto de guarda ou estacionamento, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- 13)** localização dos bens ou o domicílio das pessoas em relação aos quais forem prestados serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 14)** localização do bem objeto de armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 15)** execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 16)** execução de transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 17)** localização do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, do domicílio, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 18)** localização da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 19)** execução dos serviços portuários, aeroportuários, ferroviários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários descritos pelo item 20 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei.

Art.124. Considera-se estabelecimento prestador o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades de prestação de serviços, sendo irrelevante para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação parcial ou total dos seguintes elementos;

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio para efeito de tributos federais, estaduais ou municipais;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§3º. São também considerados estabelecimento prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Art.125. Salvo as exceções estabelecidas nesta Lei, cada estabelecimento do contribuinte é considerado autônomo para efeito de escrituração e manutenção de livros e documentos fiscais e para o recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, inclusive multas e acréscimos, referentes a quaisquer deles.

Parágrafo único. O titular, sócio ou diretores de empresa são responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, que esta Lei atribui a mesma.

CAPÍTULO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art.126. O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 127. O Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou da penalidade pecuniária.

§1º. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposições expressas nesta Lei.

§2º. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária, ou ainda, a pessoa, que esteja vinculada, de qualquer forma ao fato gerador de tributo da competência do Município de Coité do Nôia.

I - o sujeito passivo, caso convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficiente ou imprecisa, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas;

II - a convocação do sujeito passivo será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei;

III - feita a convocação do sujeito passivo, terá ele o prazo de até 30 (trinta) dias, a cargo da administração, para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar da intimação.

Art.128 Independentemente da responsabilidade supletiva determinada no artigo 129, o tomador do serviço é responsável pelo Imposto Sobre Serviços, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - estabelecido ou não neste Município, deixar de emitir a correspondente Nota Fiscal de Serviços referente à operação;

II - efetuando prestação dos serviços descritos no artigo 123, não comprovar a quitação do imposto devido a este Município, incidente sobre as operações;

III - estabelecido ou domiciliado neste Município, não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

Art. 129. São responsáveis em caráter supletivo pelo pagamento do imposto devido ao Município de Coité do Nôia:

I - os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

II - os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município, e relativo à exploração desses bens;

III - os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre esta atividade;

IV - os que efetuarem pagamento de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;

V - os que utilizarem serviços, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documento fiscal regulamentado pela legislação tributária do Município de Coité do Nôia, salvo quando estes estiverem expressamente desobrigados, pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do cumprimento desta obrigação acessória;

VI - a pessoa jurídica de Direito Privado, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária de serviços prestados por pessoa física;

VII - as empresas administradoras de cartões de créditos, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitido;

VIII - as companhias de aviação, e quem as represente no Município, em relação aos serviços tomados ou intermediados;

IX - as empresas que explorem planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres e as empresas de seguro saúde, todas em relação aos serviços previstos no item 4, exceto os subitens 4.22 e 4.23, e no subitem 10.01 da lista de serviços do art. 121, desta Lei;

X - os hospitais e clínicas públicas, privados ou entidades sem fins lucrativos, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados:

- a)** por empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza de imóveis;
- b)** por laboratórios de análises, de patologia e de eletricidade médica e assemelhados;
- c)** por bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como por empresas que executem remoção de pacientes.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

XI - os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza de imóveis;

XII - as empresas de rádio, jornal e televisão, em relação aos serviços tomados ou intermediados;

XIII - os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância, de transporte de valores e de conservação e limpeza de imóveis; e também vendas de prognósticos lotéricos autorizados ou não pelos governos.

XIV - os condomínios residenciais, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas.

XV - as incorporadoras, construtoras e imobiliárias, em relação aos serviços tomados ou intermediados;

XVI - as empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pelas corretagens de seguros e de capitalizações e sobre pagamentos de serviços de consertos de bens sinistrados;

XVII - a Administração Direta e Indireta da União, Estados e Municípios, como Secretarias, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, e os Serviços Sociais Autônomos, localizados no Município de Coité do Nôia, em relação ao imposto incidente sobre os serviços tomados ou intermediados;

XVIII - as empresas Autorizadas, Permissionárias e Concessionárias de Serviços Públicos de qualquer natureza, em relação ao imposto incidente sobre os serviços a elas prestados;

XIX - os administradores e condomínios de shopping centers, por quaisquer serviços a eles prestados, tributados pelo imposto municipal sobre serviços;

XX - as distribuidoras de combustíveis, pelos serviços de transporte a elas prestados, no âmbito do território municipal;

XXI - as Indústrias estabelecidas no Município, em relação ao imposto incidente sobre os serviços a elas prestados;

XXII - as empresas comerciais em geral, em relação ao imposto incidente sobre os serviços a elas prestados.

XXIII - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes, revendedores, concessionários ou congêneres;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

XXIV - o tomador ou, em havendo intermediação, o intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

XXV - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços constantes do art. 121 desta Lei;

XXVI - a Secretaria do Tesouro Nacional, pelos serviços prestados para empresas e órgãos públicos federais, integrantes do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, ou o que possa lhe substituir;

XXVII - a pessoa jurídica, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 1.01, 1.02, 1.03, 1.06, 1.07, 2.01, 3.03, 7.01, 7.03, 7.06, 7.07, 7.08, 7.13, 7.20, 7.21, 7.22, 11.03, 14.01, 14.02, 14.03, 14.04, 14.05, 14.06, 14.07, 14.11, 14.12, 14.13, 17.01, 17.02, 17.03, 17.04, 17.06, 17.11, 17.12, 17.16, 17.17, 17.18, 17.19, 17.20, 17.21, 17.24, 23.01, 24.01, 28.01, 30.01, 31.01, 32.01, 33.01, 35.01, 37.01, 40.01 da lista constante da Lista do Art 121, quando estes forem prestados por prestador domiciliado em outro município;

§1º. O Poder Executivo Municipal poderá, por meio de Decreto, desobrigar determinados sujeitos passivos, elencados neste artigo, da referida obrigação.

§2º. O responsável tributário que tome serviços de sujeito passivo alcançado por isenção, por estimativa da base de cálculo ou imunidade é obrigado a exigir e anexar a nota fiscal da operação, cópia do documento, válido, exarado pela autoridade municipal competente, que reconhece ou concede o benefício fiscal, a fim de eximi-lo da obrigatoriedade de retenção.

§3º. A responsabilidade pelo crédito tributário será satisfeita mediante o pagamento do imposto, com base no preço do serviço, aplicada a alíquota correspondente a atividade exercida.

§4º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§5º. A responsabilidade não é elidida por imunidade ou por isenção tributária.

§6º. O responsável tributário, ao efetuar a retenção do imposto, é obrigado a fornecer, ao contribuinte, comprovante da retenção individualizado, na forma prevista na legislação tributária municipal.

§7º. Com a finalidade de disciplinar a aplicação da responsabilidade supletiva



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

instituída neste artigo, caberá ao Executivo Municipal, por meio de Decreto, pre-selecionar em ato específico, dentre os responsáveis elencados nos itens I a XXVII, aqueles que estarão submetidos ao regime.

§8º. Para os contribuintes alcançados pelo Regime de Responsabilidade por Substituição instituído neste artigo a data de quitação do imposto incidente sobre os serviços prestados será a data do efetivo recebimento do preço dos serviços.

CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 130. A base de cálculo é o preço do serviço.

§1º. Para os efeitos deste artigo considera-se preço tudo que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, sem prejuízo do disposto nesta Seção.

§2º. As parcelas relativas a fretes, carretos, além do próprio imposto, são consideradas partes integrantes do preço referido neste artigo, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais, mera indicação de controle.

§3º. Incluem-se na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviços, inclusive as relacionadas com a retenção periódica dos valores recebidos.

§4º. Os descontos ou abatimento sob condição integram o preço do serviço.

§5º. Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§6º. Na falta de preço, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

Art. 131. Na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista constante do art. 121, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:

I - ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, efetivamente empregados, que tenham se incorporado definitivamente a obra ou imóvel, quando fornecidos pelo prestador dos serviços;

II - ao valor das subempreitadas já tributadas, no Município, pelo imposto.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§ 1º. A dedução dos valores de que trata este artigo será feita mediante a apresentação dos documentos fiscais correspondentes aos materiais empregados e das subempreitadas executadas, onde conste expressamente em cada documento fiscal as seguintes informações:

- a) A obra ou imóvel para onde se destina o material fornecido e o valor dedutível para o ISS;
- b) A obra ou imóvel objeto da subempreitada e o valor dedutível para o ISS;
- c) O número da matrícula da obra no INSS.

§2º. Para efeito do disposto no “caput” deste artigo, não são dedutíveis do preço dos serviços:

I - Os materiais:

a) utilizados pelo construtor e passíveis de remoção da obra, tais como: barracões, alojamentos de empregados e respectivos utensílios, madeiras, ferragens, pregos, instalações elétricas, usados na confecção de tapumes, andaimes, escoras, torres, similares, equipamentos como: formas de concreto, ferramentas, máquinas, motores, veículos, bombas, guindastes, balancins e equipamentos de segurança;

II - Adquiridos:

- a) através de recibos, nota fiscal de venda ao consumidor ou, ainda, aqueles cuja aquisição não esteja comprovada pela primeira via da nota fiscal emitida pelo vendedor;
- b) através de nota fiscal em que não conste a perfeita identificação do emitente e do destinatário;
- c) adquiridos e/ou utilizados após a emissão da nota fiscal de serviços da qual foi efetuado o abatimento;
- d) quaisquer outros materiais ou equipamentos utilizados na construção e que não se integrem a mesma.

§ 3º. O contribuinte ou responsável pelo imposto devido na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista do art. 121, poderá optar pela dedução de materiais e subempreitadas, sem a necessidade do cumprimento dos requisitos determinados pelos §§ 1º e 2º do artigo 131, através da utilização de percentual fixo de dedução, englobando material e subempreitada conforme o seguinte:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

a) item 7.02 da lista anexa, exceto recapeamento asfáltico e pavimentação – 50% (cinquenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço;

b) item 7.05 da lista anexa, exceto recapeamento asfáltico e pavimentação – 30% (trinta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

c) Recapeamento Asfáltico e Pavimentação – 40% (quarenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

d) Terraplenagem – 10% (dez por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

§4º. O Poder Executivo Municipal poderá disciplinar em Decreto formas complementares de controle e operacionalidade do disposto neste artigo.

Art.132. Quando os serviços descritos pelos subitens 3.03 e 22.01 da lista de serviços constante do Art. 121 forem prestados no território deste Município e também no de um ou mais outros Municípios, a base de cálculo será a proporção do preço do serviço que corresponder à proporção, em relação ao total, conforme o caso, da extensão da ferrovia, da rodovia, das pontes, dos túneis, dos dutos e dos condutos de qualquer natureza, dos cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.

Art.133. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o preço dos serviços e as deduções autorizadas por lei poderão ser arbitradas sempre que:

I - exercendo atividade sujeita à tributação pelo imposto, o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC;

II - o sujeito passivo não possuir documentos ou livros fiscais obrigatórios;

III - observadas as disposições desta Lei, houver atraso ou irregularidade na escrituração dos livros fiscais;

IV - regularmente intimado, o sujeito passivo recusar-se a exibição de livros e documentos fiscais obrigatórios;

V - sujeito ao lançamento por homologação, o sujeito passivo não houver recolhido o imposto nos prazos legais ou regulamentares;

VI - quando o contribuinte for pessoa física.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado o arbitramento quando:

a) O sujeito passivo fraudar ou sonegar dados indispensáveis ao lançamento do imposto;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- b)** Os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;
- c)** As declarações, os esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo, bem como os documentos por ele exibidos, sejam omissos, não mereçam fé ou não possibilitem a apuração da receita;
- d)** A prestação dos serviços seja referente aos itens 7.02 e 7.05 da lista do art. 121.

Art.134. Para proceder ao arbitramento a autoridade fiscal poderá basear-se em quaisquer elementos de receita tributável pelo imposto, desde que anexe aos autos cópia dos documentos que deram suporte ao feito e, especialmente, com base nos seguintes elementos:

- I** - preços correntes na praça, para o mesmo serviço ou similares;
- II** - receita auferida em anos anteriores, atualizada monetariamente;
- III** - receita de outros contribuintes do mesmo porte, que exerçam a mesma atividade ou assemelhada;
- IV** - informações adquiridas através de convênios firmados com órgãos estaduais e federais;
- V** - gastos com material necessário à execução dos serviços e com combustíveis;
- VI** - despesas com salários, pagos ou creditados no período, acrescidos de encargos sociais trabalhistas, além daquelas referentes a honorários de diretores e retiradas do proprietário, sócio ou gerentes;
- VII** - até 2%(dois por cento) do valor do imóvel e dos equipamentos, ou o valor dos respectivos aluguéis, quando maior;
- VIII** - gastos com água, energia, telefone e demais encargos do contribuinte.

Parágrafo único. No caso da prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa, a autoridade fiscal, poderá se basear, além de qualquer outro elemento permitido na legislação tributária, de índices nacionais ou regionais de construção civil, que indiquem custo de mão de obra e de materiais.

SEÇÃO II
DAS ALÍQUOTAS



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 135. As alíquotas para cálculo do imposto são as constantes do quadro a seguir, aplicáveis aos serviços previstos na lista a que se refere o artigo 121, e consoante com as respectivas atividades:

ATIVIDADES	
O IMPOSTO SERÁ CALCULADO APLICANDO-SE A ALÍQUOTA SOBRE A BASE DE CÁLCULO	
1. Prestação de serviços efetuados por "Pessoa Física"	
a – Trabalho Pessoal	2%
2. Prestação de serviços efetuados por "Empresa"	
a) Serviços contidos nos seguintes itens: 4.01, 4.02, 4.03, 4.04, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 4.17, 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23	4%
b) Serviços contidos no item 8 e subitens 8.01 e 8.02 da lista de Serviços	2,5%
c) Demais Serviços	5%

§1º. Nas contratações de serviços em que for obrigatória a substituição tributária, aplicar-se-á as alíquotas conforme determinado neste artigo, observando-se seu enquadramento específico.

§2º. As pessoas físicas, como definidas no inciso I do artigo 122, pagarão o imposto mensal fixado por estimativa calculado em função do salário base de cada categoria, nesta não compreendida a incidência do imposto sobre a receita auferida quando da prestação de serviços aos Responsáveis por Substituição Tributária elencados no Art. 129 desta Lei.

SEÇÃO III
ESTIMATIVA

Art. 136. O valor do imposto poderá ser fixado, pela autoridade fiscal, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização, independente das penalidades cabíveis;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação, independente das penalidades cabíveis;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

V - quando se tratar de contribuinte pessoa física.

VI - quando se tratar de prestadores de serviços de diversões públicas, não estabelecidos neste Município ou que não possuam inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - C.M.C, deste Município.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, considera-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 137. A autoridade competente para fixar a estimativa poderá levar em consideração, conforme o caso:

- a) Dados fornecidos pelo próprio contribuinte, além de quaisquer outros elementos informativos da receita provável deste, inclusive estudos dos órgãos e entidades de classe vinculados diretamente à atividade desenvolvida;
- b) O valor dos materiais e combustíveis consumidos;
- c) O total dos salários pagos;
- d) O total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;
- e) 2% (dois por cento) do valor do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços ou, na hipótese de não serem próprios os referidos bens, o valor dos respectivos aluguéis;
- f) As despesas com fornecimento de água, energia e telefone;
- g) Índices nacionais ou regionais de construção civil, que indiquem custo de mão de obra e de materiais;
- h) Índices nacionais referentes ao salário base de cada categoria profissional;
- i) Outros elementos devidamente identificados.

Art. 138. O valor do imposto, estimado na forma do artigo anterior, será recolhido na conformidade do disposto no artigo 150 desta Lei.

Art. 139. Os contribuintes submetidos ao regime de estimativa serão regularmente notificados do período de duração do regime, bem como das importâncias a serem recolhidas.

Art. 140. Os valores estimados, para determinado exercício ou período, poderão ser revistos pela autoridade fiscal e, se for o caso, reajustadas as prestações subseqüentes à revisão, notificando-se o contribuinte, na forma do artigo anterior.

Art. 141. O contribuinte poderá contestar os valores estimados, mediante reclamação e sucessivamente, recurso, dirigidos à autoridade fiscal competente, na forma desta Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. O prazo para reclamação referida neste artigo é de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento das notificações de que trata o art. 139.

§2º. Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior recolhida na pendência da decisão, será compensada nos recolhimentos futuros relativos ao período ou, se for o caso, restituída ao contribuinte mediante requerimento.

§3º. Se a decisão proferida agravar o valor da estimativa, deve o contribuinte promover o recolhimento da diferença correspondente a cada mês, nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 142. Ao fim do período para o qual se fez a estimativa, ou ainda, por qualquer motivo, suspensa a aplicação do regime, a autoridade fiscal procederá à apuração da receita auferida e do imposto efetivamente devido, notificando-se o contribuinte dos resultados obtidos.

Parágrafo único. As diferenças verificadas entre o total do imposto estimado e o montante efetivamente devido serão:

I - caso favoráveis ao Fisco, recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da notificação referida no "caput" deste artigo;

II - devolvidas ao contribuinte, mediante requerimento a ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do último dia do período abrangido pela estimativa.

Art. 143. O enquadramento no regime de estimativa poderá ser feito, a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, individualmente, por categorias de estabelecimentos, ou por grupos de atividade, independentemente, a aplicação do regime, do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a manter escrita fiscal.

Parágrafo único. Sendo insatisfatórios os meios normais de controle, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá exigir, do contribuinte, a adoção de máquinas, equipamentos ou documentos especiais, necessários à apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

SEÇÃO IV
INSCRIÇÃO

Art. 144. Os sujeitos passivos do imposto devem promover sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - C.M.C., uma para cada local de atividade, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de início da atividade, ainda que se trate de sujeito passivo beneficiado por imunidade ou isenção.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. Caso o contribuinte não possua estabelecimento fixo, a inscrição será feita pelo local do seu domicílio.

§2º. O recebimento da inscrição prevista neste artigo não faz presumir a aceitação dos dados declarados pelo contribuinte.

Art. 145. Sempre que os dados declarados no momento da inscrição sofrerem alterações, fica o contribuinte obrigado a informá-las ao Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data das respectivas ocorrências.

Parágrafo único. Também no prazo referido neste artigo devem ser comunicados o encerramento das atividades, a venda e a transferência do estabelecimento.

Art. 146. Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em caso de omissão do contribuinte e sempre que julgado necessário, promover, de ofício, inscrições, alterações de dados cadastrais e cancelamento de inscrições.

Art. 147. A inscrição, a atualização de dados cadastrais e o cancelamento das inscrições serão efetuados em formulários próprios, segundo modelos instituídos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através dos quais serão declarados os dados e informações exigidas no interesse da fiscalização do tributo.

Parágrafo único. Como complemento dos dados da inscrição, fica o contribuinte obrigado a anexar, ao formulário mencionado neste artigo, quaisquer documentos exigidos pela Fazenda Municipal.

SEÇÃO V
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 148. O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao ISS, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

Art. 149. O lançamento do ISS será feito:

I - por homologação;

II - de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa e, em consequência do levantamento fiscal, ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de Notificação e Auto de Infração.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 150. Ressalvadas as exceções previstas nesta Lei, os sujeitos passivos devem, independentemente de qualquer notificação, calcular o imposto incidente sobre os serviços prestados ou tomados (retidos ou substituídos), em cada mês, recolhendo-o até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao faturamento ou no prazo estabelecido em portaria baixada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§1º. Quando os serviços tenham como base de cálculo faturamentos resultantes de convênios celebrados com o S.U.S., o recolhimento do imposto deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das respectivas faturas.

§2º. O recolhimento do imposto será feito através de formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 151. O imposto relativo aos serviços de diversões públicas, prestados nas condições descritas pelo inciso VI do artigo 136 desta Lei, será recolhido antecipadamente, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 152. O lançamento do imposto poderá ser procedido de ofício, cumprindo à autoridade que o realizar, a obrigatoriedade de notificar o sujeito passivo.

Art. 153. O contribuinte deverá promover recolhimentos distintos do imposto incidente sobre os serviços prestados em cada estabelecimento ou local de exercício da atividade.

Parágrafo único. É facultado o recolhimento unificado do imposto, relativamente a todos os estabelecimentos ou locais de exercício da atividade desde que:

I - o contribuinte esteja obrigado à manutenção de escrita contábil e adote a centralização desta em um dos seus estabelecimentos ou locais de exercício da atividade;

II - o estabelecimento ou local de centralização da escrita esteja localizado no território do Município;

III - o recolhimento unificado do imposto previsto no parágrafo único deste artigo seja requerido à Secretaria Municipal de Administração e Finanças que, em caso de deferimento do pedido, expedirá documento atestando a decisão favorável e, ainda, o local ou estabelecimento onde será centralizada a escrita e por via da qual serão realizados os recolhimentos do imposto.

Art. 154. Os contribuintes do imposto ficam obrigados à declaração das operações tributáveis ou sua ausência, nas hipóteses de isenção ou remissão.



ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. A declaração poderá ser feita através da escrituração dos livros fiscais prevista nesta Lei ou por outra forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§2º. O Secretário Municipal de Administração e Finanças poderá dispensar a seu critério, e mediante Portaria, a declaração de que trata este artigo, inclusive nos casos de contribuintes sujeitos ao regime de estimativa.

SEÇÃO VI ISENÇÕES

Art. 155. São isentos do imposto:

I - concertos, recitais, "shows", exhibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares, quando realizados para fins assistenciais e educacionais, por entidades regularmente constituídas;

II - os pequenos artífices, assim considerados os que, em seu próprio domicílio, sem porta aberta para a via pública e sem propaganda de qualquer espécie, prestem serviços por conta própria, sem empregados, não se entendendo como tais cônjuge ou filhos do contribuinte.

§1º. Os contribuintes isentos do imposto, na forma deste artigo, ficam dispensados da emissão de Notas Fiscais ou Faturas de Serviços e respectiva escrituração.

§2º. A isenção prevista no inciso I deste artigo, deve ser requerida antecipadamente, não dispensando os responsáveis pelo evento da emissão de bilhete de ingresso.

SEÇÃO VII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 156. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas ou imunes, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.

§1º As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excluem outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria, incluindo-se, dentre elas, a obrigação de, no prazo regulamentar, apresentar a Declaração Anual do Contribuinte - DAC, a Secretaria Executiva da Fazenda do Estado de Alagoas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

SEÇÃO VIII
DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MERCANTIL DE CONTRIBUINTES

Art. 157. A inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes a que se refere este artigo será promovida de ofício ou pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento.

§1º. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsáveis no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Pública Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§2º. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.

Art. 158. O contribuinte é obrigado comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

§1º. Sempre que os dados declarados no momento da inscrição sofrerem alterações, fica o contribuinte obrigado a informá-las, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data das respectivas ocorrências.

§2º. Também no prazo referido neste artigo devem ser comunicados o encerramento das atividades, a venda e a transferência do estabelecimento.

§3º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício, na forma que dispuser o regulamento.

§4º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 159. É facultado à Fazenda Pública Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

SEÇÃO IX
DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS FISCAIS



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 160. Obrigam-se os sujeitos passivos do imposto, contribuintes, responsáveis ou substitutos tributários a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos a inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados ou tomados, ainda que não tributados.

§1º. O regulamento estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou a atividade econômica explorada nos respectivos estabelecimentos.

§2º. Toda e qualquer pessoa jurídica, sociedade empresária ou sociedade simples, sujeito passivo da obrigação tributária, que mantenha filiais no território do Município de Coité do Nóia, é obrigada a manter contabilidade descentralizada para cada unidade ou centro de custo, localizado no Município, que permita diferenciar as receitas ou despesas específicas das atividades de prestação ou tomada de serviços se e quando estas existirem; e ainda que permita diferenciar os valores dos tributos recolhidos, a recolher, retidos e/ou substituídos.

§3º. Os sujeitos passivos do imposto, que forem autorizados, pela legislação tributária do Município de Coité do Nóia, a utilizar para efeitos de tributação, o regime contábil de caixa em substituição ao regime contábil de competência, e que não estejam sob o regime de estimativa, estão obrigadas, também, a manter relatórios analíticos detalhados, atualizados, do total dos serviços prestados, contratados, cancelados, não efetivados, não pagos, e dos efetivamente recebidos, sob pena de serem consideradas não autorizadas ao regime contábil de caixa, independente de outras penalidades previstas nesta lei.

§ 4º. os relatórios, de que trata este parágrafo devem informar, no mínimo: o CNPJ do tomador do serviço, o tipo de serviço, o valor do serviço, a data da contratação ou prestação e a data do pagamento ou cancelamento.

Art. 161. Os livros fiscais, notas fiscais e os documentos representativos ou indicativos de fatos geradores de obrigação tributária não poderão ser retirados do estabelecimento, sob nenhum pretexto, excetuados os casos em que estejam sob responsabilidade de profissional encarregado da contabilidade ou hajam sido solicitados, apreendidos pelo Fisco de qualquer nível de Governo, presumindo-se fora do estabelecimento, o livro que não for exibido, quando solicitado pelo Agente Fazendário Municipal, em prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Os Agentes do Fisco Municipal apreenderão, mediante expedição do respectivo termo, todos os livros fiscais, notas fiscais e os documentos representativos ou indicativos de fatos geradores de obrigação tributária, encontrados fora do estabelecimento, e os devolverão ao contribuinte, após a lavratura do Auto de Infração cabível.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 162. Os livros fiscais, que observarão modelos próprios e serão impressos com folhas tipograficamente numeradas, só poderão ser usados, depois de visados pela repartição fazendária competente, mediante “termo de abertura”.

§1º. Os livros novos somente serão autenticados pela Fazenda Municipal, mediante apresentação dos livros correspondentes, prestes a serem encerrados, ressalvadas as hipóteses de início de atividade e extravio do(s) livro(s) em uso, esta última, condicionada ao cumprimento das formalidades legais pertinentes.

§2º. Os livros fiscais e comerciais, de qualquer natureza, assim como notas fiscais ou qualquer documento que de algum modo se refira ou esteja relacionado a fato(s) gerador(es) de obrigação tributária são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados, pelo prazo de 05(cinco) anos, por quem tiver feito uso, contados da comunicação oficial do encerramento da atividade econômica.

§3º. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais, excludentes ou limitativas dos direitos do Fisco, de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e feitos comerciais e fiscais.

§4º. Os livros fiscais e comerciais, notas fiscais e documentos citados no “caput” deste artigo poderão ser examinados, pelos agentes do fisco municipal, fora do estabelecimento do sujeito passivo, desde que lavrado termo escrito de retenção pela autoridade fiscal, em que se especifiquem a quantidade, espécie, natureza e condições dos livros e documentos retidos.

§5º. Constituindo os livros fiscais, notas fiscais ou documentos supra mencionados prova da prática de ilícito tributário, os originais retidos não serão devolvidos, extraindo-se cópia para entrega ao sujeito passivo.

§6º. Excetuado o disposto no parágrafo anterior, devem ser devolvidos os originais dos documentos retidos para exame, mediante recibo.

§7º. O sujeito passivo usuário de sistema de processamento de dados para escrituração contábil deverá manter documentação técnica completa e atualizada do sistema, suficiente para possibilitar a sua auditoria, facultada a manutenção em meio magnético, sem prejuízo da sua emissão gráfica, quando solicitada.

Art. 163. Quando da efetiva prestação de serviços, deverá ser emitida Nota Fiscal, com as indicações, utilização e autenticação definidas em regulamento.

Art. 164. A impressão de Notas Fiscais, só poderá ser efetuada, mediante prévia autorização da Fazenda Municipal, atendidas as normas estabelecidas em regulamento.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÔIA

Parágrafo único. As empresas gráficas que confeccionarem as Notas Fiscais são obrigadas a manter livro para registros das que houverem fornecido.

Art. 165. Fica instituída no âmbito municipal a **Nota Fiscal de Serviços "avulsa"**, série única, que será emitida privativamente pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos casos em que o prestador de serviços, pessoa física ou empresa, não as possuam e necessitem emití-las, cabendo ao regulamento disciplinar sua operação.

§1º. O regulamento poderá dispensar a emissão de nota fiscal, para estabelecimentos que utilizem sistema de controle do seu movimento diário, baseado em máquinas registradoras, que expeçam "cupons" numerados sequencialmente, para cada operação, e disponham de totalizadores.

§2º. A Fazenda Municipal poderá exigir a autenticação das fitas, bem como a lacração dos totalizadores e somadores.

Art. 166. Independentemente da quantidade de Notas Fiscais autorizadas à confecção, cabe a Fazenda Municipal controlar sua autenticação na forma, a saber:

I - Nota Fiscal de Serviço - por vez - 10 (dez) talões;

II - Nota Fiscal Simplificada de Serviços - por vez - 50 (cinquenta) talões;

III - Nota Fiscal de Serviço - Formulário Contínuo - por vez - 3.000 (três mil) ou a critério da Fazenda Municipal, até 6.000 (seis mil) Notas.

§1º. Quando da solicitação de autenticações posteriores o requerente deverá comprovar a quitação do imposto incidente sobre os valores constantes das Notas Fiscais anteriormente autorizadas.

§2º. Será de 2 (dois) anos o prazo de validade das Notas Fiscais autenticadas, consoante disposições expressas neste artigo, entendendo-se como data de início da contagem aquela consignada na autenticação.

§3º. Mediante solicitação do contribuinte, poderá ser autorizada autenticação de Notas Fiscais em quantidades superiores às determinadas no caput deste artigo, desde que, a emissão de notas acima daqueles patamares, fique demonstrada no período de 12 meses.

TÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO PREDIAL URBANO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 167. Constitui fato gerador do Imposto Predial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel construído, localizado na zona urbana do Município.

Art. 168. Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana toda a área em que existam melhoramentos executados ou mantidos pelo Poder Público, indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Art. 169. Ainda que localizadas fora da zona urbana do Município, segundo definida pelo artigo anterior, considerar-se-ão urbanas, para os efeitos deste imposto, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana, destinadas à habitação, inclusive residências de recreio, à indústria ou ao comércio, a seguir enumeradas:

I - as áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente;

II - as áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;

III - as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;

IV - as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.

Parágrafo único. As áreas referidas nos incisos deste artigo terão seu perímetro delimitado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 170. Para os efeitos deste imposto, considera-se construído todo imóvel no qual exista edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades.

CAPÍTULO II
DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 171. Constitui fato gerador do Imposto Territorial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não construído, localizado na zona urbana do Município, observando as disposições contidas nos artigos 168 e 169.

Art. 172. Para os efeitos deste imposto, consideram-se não construídos os terrenos:

I - em que não existir edificação;

II - em que houver obra paralisada ou em andamento, edificações condenadas ou em ruínas, ou construções de natureza temporária;

III - cuja área exceder de 5 (cinco) vezes a ocupada pelas edificações, exceto as chácaras de recreio;

IV - ocupados por construção de qualquer espécie, inadequada à sua situação, dimensões, destino ou utilidade, conforme regulamento.

Parágrafo único. No cálculo do excesso de área de que trata o inciso III, toma-se por base a do terreno ocupado pela edificação principal, edículas e dependências.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES COMUNS RELATIVAS AO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL
URBANO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 173. A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

Art. 174. O imposto não incide:

I - nas hipóteses de imunidades previstas na Constituição Federal e no disposto neste Código;

II - no caso do Imposto Predial Urbano, sobre os imóveis, ou parte destes, considerados como não construídos, para os efeitos da incidência do Imposto Territorial Urbano.

Art. 175. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 176. O imposto é devido, a critério da repartição competente:

I - por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II - por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

Art. 177. O lançamento do imposto é anual e feito um para cada unidade imobiliária, em nome do sujeito passivo, na conformidade do disposto no artigo anterior.

§1º. No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de cada um dos condôminos, na proporção de sua parte e, em sendo esses desconhecidos, em nome do condomínio.

§2º. Quando se tratar de loteamento figurará o lançamento em nome do seu proprietário, até que seja outorgada a escritura definitiva da unidade vendida.

§3º. Verificando-se a outorga de que trata o parágrafo anterior, os lotes vendidos serão lançados em nome do comprador, no exercício subsequente ao que se verificar a modificação do Cadastro Imobiliário.

§4º. Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, figurará o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para os nomes dos sucessores, os quais se obrigam a promover a transferência perante o órgão da Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da partilha ou da adjudicação, transitado em julgado.

§5º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, o qual responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se lancem as necessárias modificações.

§6º. O lançamento dos imóveis pertencentes à massa falida ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas a notificação será endereçada aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

Art. 178. Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento, ressalvadas as edificações construídas durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá, inicialmente, na data da concessão do "habite-se", ou quando do cadastramento "ex-officio", sendo o imposto referente a edificação calculado de modo proporcional a quantidade de meses restantes para o término do ano fiscal, não se considerando fração de mês e incluindo-se o mês da concessão do "habite-se" ou cadastramento "ex-officio".

Art. 179. O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo, na hipótese do imposto predial urbano, com a entrega do carnê de pagamento, no local do imóvel ou no local por ele indicado, observadas as disposições contidas neste Capítulo.

§1º. A notificação deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, das datas de entrega dos carnês de pagamento e das suas correspondentes datas de vencimento.



ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, decorridos 05 (cinco) dias contados após a entrega dos carnês de pagamento.

§3º. Comprovada a impossibilidade de entrega da notificação, ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificação far-se-á por edital.

§4º. O edital poderá ser feito globalmente para todos os imóveis que se encontrarem em situação prevista no parágrafo anterior.

§5º. Considera-se feita a notificação por edital 05 (cinco) dias após a sua publicação em jornal de circulação na Capital ou em Diário Oficial do Município ou em mural afixado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, se for o caso.

Art. 180. O pagamento do imposto poderá ser efetuado de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, na forma e prazo regulamentares.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto não importa em presunção, por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

Art. 181. A notificação do lançamento do imposto territorial urbano far-se-á por meio de edital, observado o disposto no § 5º do artigo 179.

CAPÍTULO IV DAS ISENÇÕES

Art. 182. São isentos do IPTU, observado o disposto em regulamento:

I - os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso do Município de Coité do Nôia;

II - O único imóvel pertencente a aposentado ou pensionista, cuja renda mensal, auferida em 1º de janeiro do exercício de competência, corresponda a um salário mínimo e desde que utilizado exclusivamente como sua residência.

CAPÍTULO V DA BASE DE CÁLCULO

Art. 183. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, que será apurado com base na Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, aprovada anualmente pela Câmara Municipal, até 31 de dezembro do ano que anteceder ao lançamento.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º A Planta e Tabela de que trata o caput deste artigo serão elaboradas e revistas anualmente por comissão própria composta de pelo menos 03 (três) membros, a ser constituída pelo Chefe do Poder Executivo.

§2º. Da comissão mencionada no caput deste artigo, deverá fazer parte 01 (um) representante da Câmara de Vereadores.

§3º. Caso não seja promulgada a Lei de que trata o caput deste artigo, os valores venais serão os mesmos utilizados para cálculo do imposto do exercício imediatamente anterior, devidamente corrigidos pela variação do IPCA.

Art. 184. Na apuração do valor venal do imóvel, para os fins de lançamento do IPTU, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - Quanto ao prédio:

- a) o padrão ou tipo de construção;
- b) a área construída;
- c) o valor unitário do metro quadrado;
- d) o estado de conservação;
- e) os serviços públicos ou de utilidade existentes na via ou logradouro;
- f) o índice de valorização do logradouro, quadra ou zona em que estiver situado o imóvel;
- g) o preço nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas, segundo o mercado imobiliário local;
- h) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente;

II - Quanto ao terreno:

- a) a área, a forma, as dimensões, a localização, os acidentes geográficos e outras características;
- b) os fatores indicados nas alíneas "e", "f" e "g" do item anterior e quaisquer outros dados informativos.

Art. 185. Observado o disposto no artigo anterior, ficam definidos, como valores unitários, para os locais e construções no território do Município:

I - relativamente aos terrenos, os constantes da Planta de Valores Genéricos;

II - relativamente às construções, os valores indicados na Tabela de Preços de Construção.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. Os imóveis, que não constarem da Planta de Valores referida no inciso I, terão seus valores unitários de metro quadrado de terreno fixados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 186. Na determinação do valor venal não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II - as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.

Art. 187. No cálculo da área construída das unidades autônomas de prédios em condomínio, será acrescentada, à área privativa de cada unidade, a parte correspondente nas áreas comuns em função de sua cota-parte.

Art. 188. O valor unitário de metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da construção num dos tipos da Tabela de Preços de Construção, em função da sua área predominante, e no padrão de construção cujas características mais se assemelhem às suas.

Parágrafo único. Nos casos em que a área predominante não corresponder à destinação principal da edificação, ou conjunto de edificações, poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração.

Art. 189. O valor venal de imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção, calculados na forma da Lei que vier a instituir a Planta de Valores Genéricos e a Tabela de Preços de Construção.

CAPÍTULO VI
DAS ALÍQUOTAS RELATIVAS AO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL
URBANO

Art. 190. O imposto será calculado aplicando-se as seguintes alíquotas:

I – Imóveis prediais – 1% (um por cento);

II – Imóveis territoriais – 2% (dois por cento).

§1º. Nas glebas, assim entendidas as quadras, residenciais ou não, nas quais não foi efetuado o micro-parcelamento, a alíquota do Imposto Territorial Urbano fica fixada em 2,5 % (dois e meio por cento), independente da zona em que se situam.

§2º. O zoneamento urbano do Município será definido na mesma Lei que tratar da Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§3º. Enquanto não definidos os novos valores da Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, ficam considerados os ora praticados pela Fazenda Municipal.

CAPÍTULO VII
DO PAGAMENTO DO IPTU

Art. 191. O imposto será pago na forma, local e prazos definidos em regulamento, observando-se que:

I - terá o desconto, a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, de até 30% (trinta por cento), se for pago em até 3 (três) parcelas;

II - poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas iguais, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 30,00 (trinta) reais.

§1º. Todas as expedições de alvarás de desmembramento, loteamentos, remembramentos e bem assim atestados de "habite-se" para edifícios somente serão liberados quando:

a) alvarás de desmembramentos e loteamentos - quando da quitação plena do IPTU da área a ser fracionada;

b) remembramento - quando da quitação plena do IPTU incidente sobre as unidades imobiliárias a serem lembradas;

c) habite-se de edifícios ou edificações - quando da quitação plena das parcelas do IPTU do imóvel territorial onde foi construído o edifício ou edificação, e assim como da quitação do imposto devido pela prestação dos serviços na sua construção;

d) no processo de expedição do "habite-se", constatando-se a falta de recolhimento do ISS relativo à execução das atividades prestacionais, o proprietário da obra será responsável pelo pagamento de referido imposto.

Parágrafo único. Isenta-se do disposto na alínea "d", do parágrafo 1º, deste artigo, a obrigação com respeito ao ISS no caso de imóveis nos quais pessoa física seja titular da propriedade, do domínio útil, da posse por natureza ou acessão física.

CAPÍTULO VIII
DA REVISÃO DO LANÇAMENTO

Art. 192. O lançamento, regularmente efetuado e após notificado o sujeito passivo, só será alterado em virtude de:



ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

I - iniciativa de ofício da autoridade lançadora, quando se comprove que no lançamento ocorreu erro na apreciação dos fatos, omissão ou falta da autoridade que efetuou ou quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento;

II - deferimento pela autoridade administrativa, de reclamação ou impugnação do sujeito passivo, em processo regular, obedecidas as normas processuais previstas neste Código.

Art. 193. Far-se-á ainda revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação do valor venal ou da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo Fisco.

Art. 194. Uma vez revisto o lançamento com obediência às normas e exigências nos artigos anteriores, será reaberto o prazo de 10 (dez) dias ao contribuinte, para efeito de pagamento do tributo ou da diferença deste, sem acréscimo de qualquer penalidade.

CAPÍTULO IX DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO

Art. 195. A reclamação será dirigida ao órgão competente da Fazenda Pública Municipal em requerimento, devidamente protocolado, obedecidas as formalidades regulamentares e assinado pelo contribuinte ou por seu representante legal, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência na notificação.

Art. 196. A reclamação apresentada dentro do prazo previsto no artigo anterior terá efeito suspensivo quando:

I - houver engano quanto ao contribuinte ou aplicação de alíquota;

II - existir erro quanto à base de cálculo ou do próprio cálculo;

III - os prazos para pagamento divergirem dos previstos em regulamento.

Parágrafo único. O contribuinte que tiver sua reclamação indeferida, responderá pelo pagamento de multas e de outras penalidades já incidentes sobre o tributo.

Art. 197. O requerimento reclamatório será julgado nas instâncias administrativas, na forma prevista neste Código, sujeitando-se à mesma processualística, exceto aos prazos, que serão os que constarem deste Capítulo.

CAPÍTULO X DAS PENALIDADES

Art. 198. Aplica-se ao IPTU os acréscimos legais previstos no artigo 92.



ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. Aos que deixarem de proceder ao cadastramento previsto no artigo 200, bem como à comunicação exigida no artigo 203, aplicar-se-á a multa por infração prevista no item XXII do artigo 98, que será cobrada no ato ou juntamente com o IPTU do exercício seguinte ao que ocorreu a infração, quando a correção for efetuada por iniciativa da repartição competente.

CAPÍTULO XI DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 199. Todos os imóveis, inclusive os que gozarem de imunidade ou isenção, situados na zona urbana, de expansão e dos Distritos do Município, como definidas neste Código, deverão ser inscritos pelo contribuinte ou responsável no Cadastro Imobiliário.

Art. 200. A fim de efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário, é o responsável obrigado a comparecer aos órgãos competentes do Município de Coité do Nôia, munido do título de propriedade ou do compromisso de compra e venda, para a necessária anotação.

§1º. A inscrição deverá ser efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da escritura definitiva ou da promessa de compra e venda do imóvel.

§2º. As obrigações a que se refere este artigo serão extensivas aos casos de aquisição de imóveis pertencentes a loteamentos, após a outorga da escritura definitiva ou promessa de compra e venda.

§3º. A inscrição e os efeitos tributários dela decorrentes não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao detentor da posse a qualquer título, bem como não excluem o direito do Município de promover a adequação da edificação às normas legais, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

§4º. Para a caracterização da área do imóvel será considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrição contida no respectivo título de propriedade, domínio ou posse.

Art. 201. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal observação, bem como a qualificação dos litigantes e dos detentores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e cartório por onde correr a ação.

Parágrafo único. Inclui-se, também, na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 202. Em se tratando de área loteada ou remanejada, cujo loteamento tenha sido licenciado pela Prefeitura, fica o responsável obrigado, além da apresentação do título de propriedade, a entrega ao órgão cadastrador, uma planta completa em escala que permita a anotação dos desdobramentos, logradouros, das quadras, dos



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

lotes, área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e áreas alienadas.

Art. 203. Deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao órgão cadastrador, no prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel que possam afetar a base de cálculo e a identificação do contribuinte, da obrigação tributária.

Art. 204. Será exigida certidão de cadastramento em todos os casos de:

I - Habite-se, licença para construção ou reconstrução, reforma, demolição ou ampliação;

II - remanejamento de área;

III - aprovação de plantas.

Art. 205. É obrigatória a informação do Cadastro Imobiliário nos seguintes casos:

I - expedição de certidão relacionada com o IPTU;

II - reclamação contra lançamento;

III - restituição de tributos imobiliários e taxas que a eles acompanham;

IV - anistia parcial ou total de tributos imobiliários.

TÍTULO IV
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 206. O Imposto Sobre a Transmissão por ato oneroso inter vivos, de Bens Imóveis, bem como cessão de direitos a eles relativos, ITBI, tem como fato gerador:

I - a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

II - a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei é adotado o conceito de imóvel e de cessão constantes da Lei Civil.

Art. 207. A incidência do ITBI alcança as seguintes mutações patrimoniais:

- I** - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
- II** - dação em pagamento;
- III** - permuta;
- IV** - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
- V** - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;
- VI** - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- VII** - tornas ou reposições que ocorram:
 - a)** nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte de valor maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
 - b)** nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;
- VIII** - mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;
- IX** - instituição de fideicomisso;
- X** - enfiteuse e subenfiteuse;
- XI** - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;
- XII** - concessão real de uso;
- XIII** - cessão de direitos de usufruto;
- XIV** - cessão de direitos ao usucapião;
- XV** - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÔIA

XVI - acessão física quando houver pagamento de indenização;

XVII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XVIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XIX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;

XX - incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;

XXI - transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

XXII - cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

§1º. Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

§2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida nos incisos XX e XXI deste artigo, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos anos anteriores e nos dois anos subseqüentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas nesta Lei.

§3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 2 (dois) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§4º. Verificada a preponderância referida no §2º deste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

CAPÍTULO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 208. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 209. O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I - o adquirente dos bens ou direitos;

II - nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

Art. 210. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados ou que por eles tenham sido coniventes, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que foram responsáveis.

CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 211. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, mesmo que o atribuído no contrato seja menor do que aquele.

§1º. Na arrematação ou leilão, na remissão, na adjudicação de bens imóveis ou direitos a eles relativos, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.



ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Nas tornas ou reposições, a base de cálculo, será o valor venal da fração ideal excedente inter vivos, o imposto será pago pelo fiduciário, com redução de 50% (cinquenta por cento) e pelo fideicomissário, quando entrar na posse dos bens de direitos, também com a mesma redução.

§3º Na transmissão de fideicomisso inter vivos o imposto será pago pelo fiduciário, com redução de 50% (cinquenta por cento), e pelo fideicomissário, quando entrar na posse dos bens ou direitos, também com a mesma redução.

§4º. Extinto o fideicomisso por qualquer motivo e consolidada a propriedade, o imposto deve ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias do ato extinto.

§5º. O fiduciário que puder dispor dos bens e direitos, quando assim proceder, pagará o imposto de forma integral.

§6º. Para efeito de fixação do valor tributável, será utilizada a Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, devidamente atualizada, exigindo-se a aprovação do titular da Fazenda Pública Municipal às avaliações que indicarem quantitativos inferiores aos estabelecidos, sem prejuízo da consideração de outros fatores relevantes.

§7º. Sendo o valor venal determinado pela Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção inferior ao valor declarado pelos sujeitos da transação, ou inferior ao valor da última transcrição em Cartório, a base de cálculo do imposto será o valor declarado ou o valor da última transcrição.

Art. 212. O imposto será calculado, aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I - transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação;

- a) 0,5% (meio por cento), em relação a parcela financiada;
- b) 2,5%(dois vírgula cinco por cento), sobre o valor restante;

II - 3%(três por cento) nas demais transmissões.

CAPÍTULO V DO PAGAMENTO

Art. 213. O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, exceto:

I - nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;



ESTADO DE ALAGOAS MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

II - na arrematação ou adjudicação, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;

III - na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

Parágrafo único. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 214. A fiscalização de regularidade do recolhimento do imposto compete a todas as autoridades e funcionários do fisco municipal, às autoridades judiciárias, serventuários da justiça, membros do Ministério Público, na forma da legislação vigente.

Art. 215. Nas transmissões e cessões por instrumento público, serão consideradas todas as informações constantes do documento de arrecadação municipal comprobatório do recolhimento do imposto devido.

§1º. Para os fins deste artigo, entende-se por instrumento público o lavrado por Tabelião, Oficial de Registro de Imóveis ou Escrivão, qualquer que seja a natureza do ato.

§2º. Uma via da Guia de Informações para Apuração de ITBI - GIAI, devidamente autenticada pelo agente arrecadador, deverá ser arquivada pelo tabelião, oficial de registro de imóveis, ou escrivão, de forma que possa ser facilmente apresentada à fiscalização municipal, quando solicitada.

Art. 216. Os serventuários da justiça facilitarão aos funcionários do Fisco Municipal o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessarem à verificação de regularidade da arrecadação do imposto.

Art. 217. O sujeito passivo é obrigado a apresentar ao órgão fazendário municipal os documentos e informações necessárias ao lançamento do imposto, inclusive os comprovantes de quitação do IPTU, incidentes sobre o imóvel até a data de quitação do Imposto de Transmissão Onerosa de Bens Imóveis, objeto do fato translativo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 218. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem que se faça prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.

TÍTULO V
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 219. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§1º. Integram-se ao elenco das taxas as de:

I - licença;

II - expediente e serviços diversos;

III - serviços urbanos.

§2º. As taxas serão arrecadadas mediante documento próprio, emitido, preferencialmente, pelo órgão responsável pela concessão da licença ou pela execução do serviço solicitado, conforme o caso.

Art. 220. As taxas classificam-se:

I - pelo exercício regular do poder de polícia;

II - pela utilização de serviços públicos.

§1º. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesses ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, inerente à segurança, à higiene, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

§2º. São taxas pelo exercício regular do poder de polícia as de:

a) licença para localização e fiscalização de licença para funcionamento;

b) licença para funcionamento de estabelecimentos em horário especial;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- c) licença para exploração de meios de publicidade;
- d) licença para o exercício do comércio ou atividade econômica eventual ou ambulante;
- e) licença para abate de animais;
- f) licença para execução de obras, loteamentos e "habite-se";
- g) licença para ocupação de áreas em praças, vias e logradouros públicos;
- h) licença ambiental.

§3º. São taxas pela utilização de serviços públicos as de:

- a) serviços urbanos;
- b) expediente e serviços diversos.

CAPÍTULO II
DAS TAXAS DE LICENÇA
SEÇÃO I
DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

Art. 221. São fatos geradores:

I - da taxa de licença para localização, a concessão de licença obrigatória para a localização de estabelecimentos pertencentes a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, comerciais, industriais, prestacionais, profissionais e outros que venham exercer atividades no Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento;

II - da taxa de fiscalização de licença para funcionamento, o exercício de poder de polícia no Município, consubstanciado na obrigatoriedade da inspeção ou fiscalização periódica a todos os estabelecimentos licenciados, para efeito de verificar:

- a) se a atividade atende as normas concernentes à saúde, ao sossego público, à higiene, à segurança, aos costumes, à moralidade e à ordem, constantes das posturas municipais;
- b) se o estabelecimento ou local de exercício da atividade, ainda atende às exigências mínimas de funcionamento, em conformidade com o Código de Posturas do Município;
- c) se ocorreu ou não mudanças da atividade ou ramo de atividade;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

d) se houve violação a qualquer exigência legal ou regular relativa ao exercício da atividade.

Art. 222. O Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou empresa sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento de atividades previstas no artigo 221.

Art. 223. As taxas serão calculadas de acordo com a tabela constante do **Anexo I** desta Lei.

Art. 224. As taxas, que independem de lançamento de ofício, serão devidas e arrecadadas nos seguintes prazos:

I - em se tratando das taxas de licença para localização:

a) no ato do licenciamento, ou antes, do início da atividade;

b) cada vez que se verificar mudança de local do estabelecimento, ou mudança na razão social, a taxa será paga até 30 (trinta) dias contados a partir da data da alteração;

II - em se tratando da taxa de fiscalização de licença para funcionamento:

a) anualmente, em conformidade com o regulamento, quando se referir a empresas ou estabelecimentos já licenciados pela municipalidade;

b) até 30 (trinta) dias, contados da alteração quando ocorrer mudanças de atividades ou ramo de atividades.

Art. 225. As taxas de licenças para localização, quando devidas no decorrer do exercício financeiro, serão calculadas a partir do trimestre civil em que ocorrer o início ou alteração da atividade.

SUBSEÇÃO I

DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PARA FUNCIONAMENTO

Art. 226. A licença para localização e para funcionamento do estabelecimento será concedida pelo órgão competente, mediante expedição do respectivo Alvará, por ocasião da abertura, instalação ou prosseguimento de suas atividades.

§1º. Nenhum Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento, constante das posturas e Lei do Uso do Solo municipal, através de setores competentes.

§2º. Funcionamento de estabelecimento sem o Alvará, fica sujeito à lacração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§3º. O Alvará será expedido mediante o pagamento da taxa respectiva, devendo nele constar, entre outros, os seguintes elementos:

I - nome da pessoa física ou jurídica a quem for concedido;

II - local do estabelecimento;

III - ramo de negócio ou atividade;

IV - número de inscrição e número do processo de vistoria;

V - horário de funcionamento, quando houver;

VI - data de emissão e assinatura do responsável;

VII - prazo de validade, se for o caso;

VIII - código de atividade principal e secundária.

§4º. É obrigatório o pedido de nova vistoria e expedição de novo Alvará, sempre que houver mudança do local do estabelecimento, da atividade ou ramo de atividade, concomitantemente com aqueles já permitidos.

§5º. É indispensável o pedido de vistoria de que trata o parágrafo anterior, quando a mudança se referir ao nome da pessoa física ou jurídica.

§6º. A modificação da licença, na forma dos §§ 4º e 5º deste artigo, deverá ser requerida no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que se verificou a alteração.

§7º. Nenhum estabelecimento poderá prosseguir em suas atividades sem o pagamento da taxa de licença para funcionamento do respectivo exercício.

§8º. O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento poderá ser cassado a qualquer tempo quando:

a) o local não atenda mais às exigências para o qual fora expedido, inclusive quando ao estabelecimento seja dada destinação diversa.

b) a atividade exercida violar normas de segurança, sossego público, higiene, costumes, moralidade, silêncio e outras previstas na legislação pertinente.

SUBSEÇÃO II
DO ESTABELECIMENTO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 227. Considera-se estabelecimento o local do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, prestacional, profissional e similar, ainda que exercida no interior de residência.

Art. 228. Para efeito da taxa de licença para localização e para funcionamento, considerar-se-ão estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que idêntico ramo de negócio, pertença a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora idêntico o ramo de negócio e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

SUBSEÇÃO III
DA INSCRIÇÃO CADASTRAL E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 229. Os comerciantes e industriais são obrigados a inscreverem cada um de seus estabelecimentos no cadastro próprio da Prefeitura, na forma e nos prazos fixados em regulamento.

§1º. A inscrição é intransferível e será obrigatoriamente renovada sempre que ocorrerem modificações nas declarações constantes do formulário de inscrição, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da modificação.

§2º. Para efeito de cancelamento da inscrição, fica o contribuinte obrigado a comunicar à repartição no prazo de 15 (quinze) dias contados da ocorrência, a transferência ou venda do estabelecimento ou encerramento da atividade.

Art. 230. Comprovado o não recolhimento da taxa e depois de passado em julgado na esfera administrativa a ação fiscal que determinar a infração, a Fazenda Pública Municipal tomará as providências necessárias para interdição do estabelecimento.

Art. 231. Aplica-se a esta Seção os acréscimos legais previstos no artigo 92.

SUBSEÇÃO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 232. O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento deve ser colocado em lugar visível para o público e à fiscalização municipal.

Art. 233. A transferência ou venda do estabelecimento ou o encerramento da atividade deverão ser comunicados à repartição competente, mediante requerimento protocolado no prazo de 30 (trinta) dias, contados daquele fato.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 234. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, profissional, prestacional ou similar, poderá iniciar suas atividades no município sem prévia licença de localização concedida pela Prefeitura e sem que haja seus responsáveis efetuado o pagamento da devida taxa.

Art. 235. As atividades cujo exercício dependem de autorização de competência exclusiva do Estado ou da União, não estão isentas das taxas de localização e de funcionamento.

Art. 236. As taxas incidem ainda, sobre o comércio exercido em bancas, boxes ou guichês, instalados nos mercados, rodoviárias e aeroportos.

SEÇÃO II

**DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS
EM HORÁRIO ESPECIAL**

Art. 237. Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais, prestacionais e similares fora do horário de abertura e fechamento.

Art. 238. A taxa será calculada de acordo com a tabela constante do **Anexo II** desta Lei.

§1º. A taxa independe de lançamento de ofício e sua arrecadação será feita antecipadamente.

§2º. É obrigatória a fixação, em lugar visível e de fácil acesso à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de que trata esta seção, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

SEÇÃO III

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE

Art. 239. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore publicidade na forma e nos locais mencionados no artigo 245.

Art. 240. A taxa será calculada em função do tipo e da localização da propaganda, de conformidade com o **Anexo III** desta Lei, e será devida pelo período inteiro nela previsto, ainda que o anúncio seja explorado ou utilizado em parte do período considerado.

§1º. As licenças anuais serão válidas para o exercício financeiro em que forem concedidos, desprezados os períodos já transcorridos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓRIA

§2º. O período de validade das licenças constará do documento de pagamento da taxa, feito por antecipação.

§3º. Os cartazes ou anúncios destinados a fixação, exposição ou distribuição por quantidade, conterão em cada unidade, mediante carimbo ou qualquer processo mecânico adotado pela Prefeitura, a declaração do pagamento da taxa e o número da inscrição municipal do contribuinte.

Art. 241. O lançamento da taxa far-se-á em nome:

I - de quem requerer a licença;

II - de qualquer dos sujeitos passivos, a juízo da Prefeitura nos casos de lançamento de ofício, sem prejuízo das cominações legais, regulamentares ou administrativas.

Art. 242. Quando, no mesmo meio de propaganda, houver anúncio de mais de uma pessoa sujeita à tributação, deverão ser efetuados tantos pagamentos distintos quantas forem essas pessoas, físicas ou jurídicas.

Art. 243. Não havendo, na tabela, especificação própria para a publicidade, a taxa deverá ser paga pelo valor estipulado no item que guardar maior identidade de características, a juízo da repartição municipal competente.

Art. 244. A taxa será arrecadada por antecipação, considerando-se:

I - as iniciais, no ato da concessão da licença;

II - as posteriores:

a) quando anuais, até 31 de janeiro de cada ano;

b) quando mensais, até o dia 15 de cada mês.

Art. 245. É devida a taxa em todos os casos de exploração ou utilização de meios de publicidade tais como:

I - cartazes, letreiros, faixas, programas, quadros, painéis, pôsteres, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, distribuídos, pintados ou fixados em paredes, muros, veículos, vias públicas e quaisquer outros meios;

II - propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

§1º. Compreende-se na disposição deste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem visíveis da via pública.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Considera-se também, publicidade externa, para efeito de tributação, aquela que estiver na parte interna de estabelecimento e seja visível da via pública.

Art. 246. Respondem solidariamente com o sujeito passivo da taxa, todas as pessoas naturais ou jurídicas, as quais a publicidade venha a beneficiar, uma vez que as tenha autorizado.

Art. 247. É expressamente proibida a fixação de cartazes e pôsteres no interior de qualquer estabelecimento sem a declaração de que trata o §2º do artigo 240.

Art. 248. Nenhuma publicidade poderá ser feita sem a prévia licença da Prefeitura.

Art. 249. A transferência de anúncios para local diferente do licenciado deverá ser procedida a prévia comunicação à repartição municipal competente, sob pena de serem considerados como novos.

SEÇÃO IV

**DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO OU ATIVIDADE
ECONÔMICA EVENTUAL OU AMBULANTE**

Art. 250. O sujeito passivo da taxa é aquele que exerce atividade econômica eventual ou ambulante, sem prejuízo da responsabilidade solidária de terceiros, se aqueles forem empregados ou agentes deste.

Art. 251. A taxa será calculada em conformidade com a tabela constante do **Anexo IV** desta Lei.

Art. 252. A taxa, que independe de lançamento de ofício, será arrecadada no ato do licenciamento ou do início da atividade.

Art. 253. Para efeito de cobrança da taxa, considera-se:

I - atividade eventual, a que for exercida em determinada época do ano, especialmente por ocasiões de festejos ou comemorações, removíveis, praticada nas vias ou logradouros públicos, com balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes;

II - ambulante, o que exerce individualmente sem estabelecimento, instalações ou localização fixa.

Art. 254. O pagamento da taxa de licença para o exercício do comércio ou atividade econômica eventual ou ambulante não dispensa a cobrança da taxa de licença para ocupação de áreas em praças, vias e logradouros públicos.

Art. 255. Respondem pela taxa de licença para o exercício do comércio ou atividade econômica eventual ou ambulante os vendedores que tenham mercadorias



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

encontradas em seu poder, mesmo que pertençam a contribuintes que tenham pago a respectiva taxa em seu estabelecimento fixo.

SEÇÃO V
DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

Art. 256. São fatos geradores da taxa os abates de animais, em matadouros deste Município.

Art. 257. O sujeito passivo da taxa é toda pessoa, física ou jurídica, proprietária de animais que se classificam no artigo anterior.

Art. 258. A taxa será calculada de acordo com a tabela constante do **Anexo V** desta Lei, mediante inspeção sanitária executada pelo setor competente.

Art. 259. O lançamento da taxa far-se-á em nome do sujeito passivo da obrigação tributária.

Art. 260. A taxa será arrecadada por antecipação.

SEÇÃO VI
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, LOTEAMENTOS E HABITE-SE

Art. 261. A Taxa de Licença para execução de obras particulares, arruamentos, loteamentos e "habite-se" é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, acréscimo, reparação, demolição de prédios, muros, calçadas e quaisquer tapumes.

Art. 262. A taxa será devida pela análise, aprovação do projeto e fiscalização de execução de obras, loteamentos e demais atos e atividades constantes da tabela a que se refere o artigo 267, dentro do território do município.

§1º. Entende-se como obras e loteamento, para efeito de incidência da taxa:

I - a construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição de edificações ou quaisquer outras obras de construção civil;

II - o loteamento em terrenos particulares, segundo critérios fixados pelo Plano Diretor de Coité do Nôia;

III - condomínios particulares em glebas não microparceladas.

§2º. Nenhuma obra ou loteamento poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida, sob pena de notificação e não sendo atendida, o embargo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 263. Nenhum plano ou projeto para execução de obras particulares, arruamento ou loteamento poderá ser executado sem análise prévia e, bem assim nenhum alvará de reforma e ampliação poderá ser liberado para imóveis que não possuam atestado de habitabilidade - "habite-se".

Art. 264. A licença concedida constará de Alvará no qual se mencionarão:

I - nome do contribuinte;

II - área do terreno e área a ser construída, observadas as disposições dos Códigos de Edificações e Urbanismo;

III - área reservada aos equipamentos urbanos em se tratando de loteamentos;

IV - obrigações do loteador ou arruador com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

Art. 265. As novas edificações só poderão ser ocupadas após a expedição do respectivo "Habite-se", mediante vistoria procedida por técnicos da Prefeitura.

§1º. Nenhum atestado de "habite-se" será fornecido para imóveis construídos em terrenos que não estejam devidamente legalizados com matrícula próprias no ofício de registro de imóveis.

§2º. A ocupação do prédio antes da concessão do "habite-se" sujeitará o contribuinte a multa equivalente a 100 % (cem por cento) do valor da taxa.

Art. 266. São isentos da Taxa de licença para execução de obras particulares:

I - a limpeza ou pintura externa de prédios, muros ou grades;

II - a construção de passeios quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

III - a construção de barracões destinados a guarda de material para obras já devidamente licenciadas.

Art. 267. A taxa de que trata esta Seção será cobrada consoante o estabelecido no **Anexo VI**, desta Lei.

SEÇÃO VII
DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM PRAÇAS, VIAS E
LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 268. Sujeto passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupar área em praça, via ou logradouro público, mediante licença prévia da repartição municipal competente.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 269. A taxa, que independe de lançamento de ofício, será calculada e arrecadada conforme as tabelas constantes do **Anexo VII** desta Lei.

Parágrafo único. No cálculo da taxa, considera-se como mínimo de ocupação o espaço de um metro quadrado.

Art. 270. Entende-se por ocupação de área aquela de caráter particular feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, banca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelhos e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais ou prestação de serviços e estacionamento de veículos, em locais permitidos.

SEÇÃO VIII
DA TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

Art. 271. As Taxas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa ambiental, de competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, são as seguintes:

- I – Taxa de Licença Prévia;
- II – Taxa de Licença de Instalação;
- III – Taxa de Licença de Operação;
- IV – Taxa de Autorização de Funcionamento.

Art. 272. As Taxas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa ambiental, de competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, são as seguintes:

I - Taxa de Licença Prévia: Tem como fato gerador a atividade de exame, controle e fiscalização do cumprimento das normas ambientais *quanto ao planejamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais*, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

II - Taxa de Licença de Instalação: Tem como fato gerador a atividade de exame, controle e fiscalização *quanto às normas ambientais inerentes à implantação de atividades utilizadoras de recursos ambientais*, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

III - Taxa de Licença de Operação: Tem como fato gerador a atividade de exame, controle e fiscalização *quanto às normas ambientais inerentes ao funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais*, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

IV - Taxa de Autorização de Funcionamento: Tem como fato gerador a atividade de exame, controle e fiscalização quanto às normas ambientais e a **análise prévia**, determinada no artigo 221 desta Lei, a que estão submetidas quaisquer pessoas físicas ou empresas que pretendam se instalar no âmbito do território do Município de Coité do Nôia.

Art. 273. Fica instituída a BCLA - Base de Cálculo de Licença Ambiental, correspondente a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), atualizados conforme o disposto no artigo 93 desta Lei, sobre a qual incidirão as alíquotas, de acordo com o determinado no **Anexo XI** desta Lei.

§1º. Em condições especiais e em função das características econômicas locais, fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução da base de cálculo das taxas instituídas nesta seção.

§2º. Para a incidência das alíquotas a que se refere este artigo, as atividades sujeitas às taxas serão enquadradas em classes definidas mediante a conjugação dos seguintes critérios:

I - porte do empreendimento;

II - potencial poluidor/degradador gerado pela atividade.

§3º. Para o enquadramento das atividades nas classes acima descritas, Decreto do Executivo Municipal estabelecerá as formas e critérios de apuração;

§4º. Os empreendimentos que se constituem de mais de uma das atividades sujeitas ao licenciamento ou à autorização ambiental sofrerão a incidência da taxa respectiva, em cada atividade isoladamente considerada;

§5º. As taxas serão cobradas sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade e/ou transferência de local.

§6º. O Poder Executivo fixará, por Decreto, o valor das tarifas a serem cobradas pela utilização efetiva dos serviços de análise laboratorial de recursos naturais, quanto à qualidade ambiental.

CAPÍTULO III
TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SEÇÃO I
DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS

Art. 274. As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, compreendem:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- I** - Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos;
- II** - Taxa de Conservação e Reparação de Vias Públicas;
- III** - Taxa de Expediente;
- IV** - Taxa de Serviços Diversos.

SUBSEÇÃO I
TAXA DE COLETA, TRANSPORTE E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Art. 275. Os serviços decorrentes da utilização da Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição compreendem:

- I** - a varrição, lavagem e a capinação de vias e logradouros;
- II** - a limpeza de córregos, galerias pluviais, bocas de lobo, bueiros e irrigação;
- III** - a coleta, transporte e/ou destinação de resíduos sólidos urbanos.

Art. 276. O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares onde a Prefeitura mantenha com regularidade quaisquer serviços a que alude o artigo antecedente.

Art. 277. Os serviços compreendidos nos incisos I, II, e III do Art. 275, serão calculados para efeito de cobrança da respectiva taxa conforme o determinado pelo **Anexo VIII** a esta Lei.

§1º. A Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas, das notificações deverão constar obrigatoriamente as indicações dos elementos distintas de cada tributo e os valores correspondentes.

§2º. Aplicam-se no que couber, a Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, as disposições relativas ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, sem que prevaleçam, porém, quanto à taxa, as hipóteses de dispensa do pagamento do imposto mencionado.

§3º. O tributo de que trata esta Seção será lançado com base no Cadastro Imobiliário Municipal - CIM e incidirá sobre cada uma das propriedades imobiliárias urbanas alcançadas pelos Serviços.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL para proceder a cobrança e recolhimento da Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, de que trata esta Lei, podendo remunerá-la.

Art. 278. São isentos da taxa de que se trata esta Seção os imóveis pertencentes aos órgãos municipais da administração direta e suas respectivas autarquias.

SUBSEÇÃO II
TAXA DE CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

Art. 279. Os serviços decorrentes da Conservação e Reparação de Vias Públicas compreendem:

- a) Conservação de vias públicas;
- b) Reparação de asfalto;
- c) Reparação de calçamento.

Art. 280. Considera-se fato gerador da Taxa de Conservação de Vias Públicas a prestação de serviços de manutenção de vias públicas de rodagem, mediante o recapamento asfáltico e reposição de paralelepípedos e blocos de cimento do leito do logradouro.

Art. 281. O Contribuinte da Taxa de Conservação de Vias Públicas é o proprietário de veículos automotores matriculados no órgão de trânsito com jurisdição no Município de Coité do Nóia, usuário de vias de rodagem que compõem o complexo viário do Município de Coité do Nóia.

§1º. Os veículos utilizados para transporte coletivo de passageiros, componentes dos sistemas de transporte urbano metropolitano, que operem linhas em que no seu trajeto no território do Município de Coité do Nóia, regularmente, tenham definido pontos de embarque ou desembarque de passageiros, mesmo de natureza intermunicipal, estarão sujeitos ao pagamento de taxa pela prestação dos serviços de conservação de vias públicas, mediante contrato de operação de linha.

§2º. Os veículos utilizados para transporte de cargas e de serviços e que tenham no seu trajeto, regularmente, o território de Coité do Nóia, estarão sujeitos no pagamento da taxa pela prestação de serviços públicos de conservação de vias, mediante convênio ou contrato com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-AL.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 282. A Taxa de Conservação de Vias Públicas será cobrada, anualmente, considerando-se para sua determinação o maior desgaste provocado pelo veículo em razão do seu peso, conforme se especifica:

ESPECIFICAÇÃO	REAL
1. Veículos até 650 Kg	12,64
2. Veículos de 651 a 950 Kg	18,30
3. Veículos 951 a 1.500 Kg	28,11
4. Veículos acima de 1.500 Kg	40,71

§1º. O lançamento da Taxa de Conservação de Vias Públicas será efetuado de ofício e devida quando da primeira matrícula do veículo e em cada renovação anual subsequente.

§2º. Os recursos decorrentes da Taxa de Conservação de Vias Públicas serão aplicados nos serviços de manutenção da malha viária do Município de Coité do Nôia, devendo ser repassados mensalmente à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a correlação entre os valores fixados na presente tabela e a Unidade Padrão Fiscal do Estado de Alagoas – UPFAL.

Art. 283. O Poder Executivo, através de Decreto, regulamentará procedimento administrativo com o objetivo de garantir a indenização dos danos, eventualmente causados por depressões naturais ou artificiais nas vias públicas, aos veículos automotores matriculados no órgão de trânsito com jurisdição em Coité do Nôia.

Parágrafo Único. O procedimento de que trata o "caput" deste artigo terá vigência estipulada após o primeiro ano de recolhimento da Taxa de Conservação de Vias Públicas.

Art. 284. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o órgão de Trânsito Estadual para proceder à arrecadação da Taxa de Conservação de Vias Públicas, podendo remunerá-lo.

Art. 285. O não pagamento da Taxa de Conservação de Vias Públicas no prazo determinado implicará na aplicação dos acréscimos legais previstos no artigo 92 desta Lei.

Art. 286. Contribuinte da Taxa Reparação de Vias Públicas é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, situados em logradouros públicos, solicitante dos serviços descritos nas alíneas "b" e "c" do artigo 279.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 287. Os serviços de reparação, descritos nas alíneas "b" e "c" do artigo 279, serão devidos no momento da solicitação de autorização para execução de serviços que venham a danificar os logradouros públicos, e calculados em função da área a ser reparada, de acordo com o determinado no **Anexo IX** desta Lei.

SEÇÃO II
DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS
SUBSEÇÃO I
TAXA DE EXPEDIENTE

Art. 288. A Taxa de Expediente é devida pelos atos emanados da Administração Municipal e pela apresentação de papéis e documentos às repartições do Município.

Art. 289. É contribuinte da taxa de que trata esta Seção, quem figurar no Ato Administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiver qualquer vantagem, ou o houver requerido.

Art. 290. A cobrança da taxa será feita por meio de conhecimento ou guia na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou que o instrumento for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Art. 291. Fica suspenso o encaminhamento de papéis e documentos apresentados às repartições municipais, se não for comprovado o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Art. 292. A Taxa de Expediente será calculada de acordo com o **Anexo X** desta Lei.

SUBSEÇÃO II
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Art. 293. A Taxa de Serviços Diversos tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Município referente a:

- I** - numeração e renumeração de prédios;
- II** - matrículas de cães;
- III** - apreensão e remoção aos depósitos de bens móveis e semoventes e de mercadorias;
- IV** - alinhamento e nivelamento;
- V** - cemitérios;

Art. 294. Os serviços de que trata o artigo anterior são devidos por quem tem interesse direto no ato da Administração Municipal e serão cobrados de acordo com o **Anexo X** desta Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

TÍTULO VI
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA

Art. 295. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 296. Será devida a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:

- I** - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;
- II** - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III** - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV** - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás;
- V** - proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
- VI** - construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- VII** - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

CAPÍTULO II
DO CÁLCULO

Art. 297. O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 298. O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 299. A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.

Parágrafo único. Os imóveis edificadas em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 300. Contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel beneficiado por obra pública.

Art. 301. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

CAPÍTULO IV
DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA

Art. 302. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração Pública deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I** - memorial descritivo do projeto;
- II** - orçamento total ou parcial do custo da obra;
- III** - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- IV** - delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 303. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 304. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 305. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 306. O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.

Art. 307. As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.

Parágrafo único. Será atualizada, a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição de Melhoria tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.

Art. 308. O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.

Parágrafo único. O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que, no caso de condomínio:

- a) quando pro-indiviso, em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
- b) quando pro-diviso, em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 309. O atraso na quitação das prestações da Contribuição de Melhoria sujeitará o contribuinte ao pagamento de atualização monetária, multa de mora e juros de mora, conforme previsto nos artigos 92 a 96 desta Lei.

CAPÍTULO VI
DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS
FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 310. Fica o Chefe do Poder Executivo expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO VII
DA CONTRIBUIÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP
CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 311. A Contribuição de Iluminação Pública - CIP, tem como fato gerador o custeio da iluminação de vias públicas, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento, expansão e fiscalização da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

Art. 312. Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título em nome do qual se emitam guias para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e/ou a conta de fornecimento de energia elétrica, relativamente ao mesmo imóvel.

Art. 313. A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa Concessionária distribuidora, apurada em função do consumo, medido em KW/H, conforme determinado na Lei Municipal n. 225/2002, de 20.12.2002, que se encontra em vigor.

§1º. A atualização monetária dos valores constantes da Lei Municipal n. 225/2002, de 20.12.2002, será realizada, anualmente, com base na variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo - IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§2º - Em caso de extinção do IPCA, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou, em não havendo substituição, por índice instituído por lei federal.

Art. 314. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com a Concessionária de Energia Elétrica, destinado à cobrança e recolhimento da Contribuição de que trata esta Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. Dentre outras condições, o convênio ou contrato de que trata o “caput” deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever o repasse imediato do valor arrecadado pela Concessionária ao Município, restando os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a Concessionária, relativos aos serviços supracitados.

§2º. A retenção dos valores devidos a Concessionária fica condicionada a demonstrativo circunstanciado de todos os encargos devidos pela Administração Pública, sem os quais a apropriação se tornará indevida, sujeitando-se o responsável tributário a responder civil e criminalmente pelo não cumprimento da obrigação.

§3º. A Concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixarem de efetuar o recolhimento da Contribuição, fornecendo os dados constantes naquele para a autoridade administrativa competente pela administração do tributo.

§4º. O montante devido e não pago da Contribuição será automaticamente objeto de lançamento de ofício, por parte da autoridade competente, no mês seguinte à verificação da inadimplência, servindo como título hábil para embasar o lançamento, a comunicação de inadimplência efetuada pela Concessionária.

Art. 315. Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a gerência exclusiva do custeio do serviço de iluminação pública, tal como definido no artigo 311 desta Lei.

LIVRO III
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TÍTULO I
DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 316. Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

Art. 317. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

§2º. A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO

Art. 318. A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas e relações em folhas soltas, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.

§1º. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, serão inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos em moeda corrente e estarão passíveis de atualização monetária quando na época de sua quitação.

§2º. O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:

- I** - a inscrição fiscal do contribuinte;
- II** - o nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis;
- III** - o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;
- IV** - a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;
- V** - a data de inscrição na Dívida Ativa;
- VI** - o exercício ou o período de referência do crédito;
- VII** - o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.

Art. 319. A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:

- I** - por via amigável;
- II** - por via judicial.

Art. 320. Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 321. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

Art. 322. No interesse da Administração e verificada qualquer insuficiência operacional quanto à cobrança da Dívida Ativa, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório específico, contratar pessoa jurídica para tal fim.

TÍTULO II
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 323. Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.

Art. 324. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 325. A Fazenda Pública Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:

- I** - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II** - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;
- III** - exigir informações escritas e verbais;
- IV** - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;
- V** - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;

VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

VII - ter livre acesso aos locais onde se promovam eventos sujeitos aos tributos municipais.

Art. 326. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.

§1º. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§2º. A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

Art. 327. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§1º. Excetuem-se do disposto neste artigo, unicamente:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

I - a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;

II - nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da Justiça.

III - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 328. A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

TÍTULO III
DAS CERTIDÕES

Art. 329. À vista do requerimento do interessado, serão expedidas pela repartição competente certidões que venham a precisar a situação do sujeito passivo perante a Fazenda Municipal.

§1º. Os modelos das certidões serão estabelecidos por ato do dirigente da Fazenda Pública Municipal.

§2º. As certidões serão expedidas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, individualmente para cada imóvel, ou para cada pessoa física ou empresa, consoante o número sob o qual estiver cadastrado o imóvel ou o interessado, conforme o caso.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§3º. O Secretário Municipal de Administração e Finanças poderá delegar a competência para expedição de certidões a outras unidades do respectivo setor, assim como autorizar a expedição via internet, asseguradas as condições indispensáveis de segurança.

§4º. O prazo para expedição de certidões, por parte da Fazenda Pública Municipal, é de até 5 (cinco) dias da data de protocolização do pedido.

Art. 330. Os prazos de validade das certidões expedidas pela Fazenda Municipal, de que trata este Título, são os seguintes:

I - de cadastramento ou não inscrição cadastral, 30 (trinta) dias;

II - de lançamento, não incidência, imunidade ou isenção, o exercício financeiro a que se referir;

III - de baixa, por tempo indeterminado;

IV - de suspensão de atividade, pelo tempo da suspensão, comunicado e comprovado pela repartição;

V - negativa de débitos, 60 (sessenta) dias;

VI - narrativa, 30 (trinta) dias;

VII - demais certidões, 30 (trinta) dias.

Art. 331. A prova de quitação dos tributos municipais será feita, quando exigida, por Certidão Negativa de Débitos - CND, cujo requerimento deverá conter todas as informações necessárias à identificação do interessado, domicílio tributário, ramo de negócio ou atividade, localização do imóvel, inscrição municipal, quando for o caso, e o fim a que esta se destina.

Parágrafo único. A CND será expedida em relação ao contribuinte que estiver em situação de regularidade fiscal.

Art. 332. A expedição de CND não exclui o direito de exigir a Fazenda Pública Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

Art. 333. Terá os mesmos efeitos da CND aquela em que constar a existência:

I - de créditos não vencidos, inclusive na hipótese de parcelamento, desde que não haja atraso no pagamento das respectivas parcelas;

II - de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

III - de crédito cuja exigibilidade esteja suspensa, ou cujo vencimento tenha sido adiado, o que deverá ser comprovado pelo interessado.

§1º. Os casos enumerados nos incisos deste artigo não elidem a expedição da CND, que far-se-á sob a denominação de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa.

§2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

Art. 334. Será exigida a CND nos seguintes casos:

I - participação em licitação promovida pelo Município, suas autarquias e empresas públicas;

II - pedido de incentivos fiscais, sempre que o ato concessivo a exija;

III - aprovação de projetos de loteamentos;

IV - concessão de serviços públicos;

V - demais situações definidas pela Fazenda Pública Municipal, em ato próprio.

Art. 335. Será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimimento, quando se tratar de ato imprescindível para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, acréscimos tributários e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

Art. 336. A expedição de qualquer certidão com dolo ou fraude ou, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabilizará pessoalmente pelo crédito tributário o funcionário que a expedir, acrescido das cominações legais, não excluindo as responsabilidades criminais e funcionais que couberem ao caso.

Art. 337. É assegurado a qualquer pessoa o direito de requerer às repartições públicas municipais outras certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único. O pedido será indeferido se o interessado recusar-se a apresentar provas e documentos necessários à apuração dos fatos relacionados com a legitimidade do pedido.

TÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 338. Na instauração, condução e decisão do processo administrativo, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo, da garantia de ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo de outros princípios de direito público.

§1º. No encaminhamento e na instrução do processo, ter-se-á sempre em vista a conveniência da rápida solução do pedido ou litígio, restringindo-se as exigências ao estritamente necessário à elucidação do processo e à formação do convencimento da autoridade requerida ou do órgão julgador.

§2º. Quando por mais de um modo se puder praticar o ato ou cumprir a exigência, preferir-se-á o menos oneroso para o requerente.

Art. 339. Tem legitimidade para postular todo aquele a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória, ou que esteja submetido a exigência ou medida fiscal de qualquer espécie.

§1º. A postulação de pessoa manifestamente ilegítima será arquivada pela Fazenda Pública Municipal, mediante despacho do seu titular, ressalvado ao interessado o direito de impugnar o arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência, perante o órgão competente para conhecer o mérito do pedido.

§2º. Para efeito deste artigo, entende-se como Fazenda Pública Municipal a Prefeitura Municipal de Coité do Nóia, os órgãos da administração descentralizada e as autarquias municipais.

Art. 340. A empresa sem personalidade jurídica será representada por quem estiver na administração de seus bens.

Parágrafo único. A irregularidade de constituição de pessoa jurídica não poderá ser alegada em proveito dos sócios ou da sociedade.

Art. 341. Ocorrendo a decretação da falência jurídica do requerente, será cientificado o síndico da massa falida para que ingresse no processo, no estado em que se encontrar, no momento da sua nomeação.

Art. 342. As petições do sujeito passivo e suas intervenções no processo serão feitas:

I - pessoalmente, através do titular, gerente, diretor ou equivalente, na forma como forem designados em declaração de firma individual, contrato social, estatuto ou ata de constituição da sociedade, conforme o caso;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

II - através do mandatário, que poderá ser advogado ou preposto que tenha notório conhecimento dos fatos controvertidos, devendo ser feita a juntada do instrumento de mandato correspondente;

III - através do administrador dos bens ou do síndico da massa falida.

§1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por preposto a pessoa que mantenha com o sujeito passivo vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviço profissional continuado.

§2º. É assegurado ao interessado intervir no processo para defesa de seus direitos ainda que a impugnação tenha sido apresentada por outrem.

Art. 343. O processo administrativo tributário e os demais procedimentos administrativos escritos serão organizados à semelhança dos autos forenses, com folhas devidamente numeradas e rubricadas, observada a ordem cronológica de juntada.

Art. 344. Os documentos juntados aos autos, inclusive os documentos apreendidos pelo fisco, poderão ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do interessado, desde que não haja prejuízo à instrução do processo e deles fiquem cópias autenticadas ou conferidas nos autos, lavrando-se o devido termo para documentar o fato.

Art. 345. Os atos e termos processuais deverão conter somente o indispensável à sua finalidade, sem espaços em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 346. Na lavratura dos atos e termos processuais e na sua prestação de informações de qualquer natureza, observar-se-á o seguinte:

I - os atos, termos, informações e papéis de trabalho serão lavrados ou elaborados, sempre que possível, por meio eletrônico de processamento de dados, mediante carimbo ou processo mecanizado ou, ainda, datilograficamente;

II - no final dos atos e termos deverá constar:

a) a localidade e a denominação, ou sigla da repartição;

b) a data;

c) assinatura do servidor, seguindo-se o seu nome por extenso;

d) o cargo ou função do servidor responsável pela emissão ou elaboração do instrumento e o número do cadastro funcional.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. Os papéis gerados ou preenchidos de forma impessoal, pelo sistema eletrônico de processamento de dados da repartição fiscal, prescindem da assinatura da autoridade fiscal, para todos os efeitos legais.

Art. 347. As petições deverão ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para apreciar a matéria, e serão entregues preferencialmente na repartição tributária vinculada ao requerente.

Parágrafo único. O erro na indicação da autoridade ou órgão a que seja dirigida a petição não prejudicará o requerente, devendo o processo ser encaminhado, por quem o detiver, à autoridade ou órgão competente.

Art. 348. A repartição a que, por equívoco, for indevidamente remetido o processo deverá promover o seu imediato e direto encaminhamento ao órgão competente.

Art. 349. Os prazos processuais serão contínuos, excluindo na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

§1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou onde deva ser praticado o ato.

§2º. Nos casos em que o processo seja baixado em diligência pela autoridade ou órgão que deva praticar determinado ato em prazo prefixado, a contagem desse prazo recomeça no retorno do processo.

Art. 350. O prazo para que o contribuinte ou interessado atenda a regularização do processo ou de juntada de documento é de 10 (dez) dias, salvo disposições expressas em contrário na legislação tributária.

Art. 351. As petições deverão conter:

- I** - a função ou cargo da autoridade do órgão a quem sejam dirigidas;
- II** - o nome, a razão ou a denominação social do requerente, o seu endereço, a atividade profissional ou econômica e o número de inscrição nos cadastros municipal e federal, tratando-se de pessoa inscrita;
- III** - o pedido e seus fundamentos expostos com clareza e precisão;
- IV** - os meios de prova com que o interessado pretenda demonstrar as suas alegações;
- V** - a assinatura, seguida do nome completo do signatário, com indicação do número de sua carteira de identidade e do nome do órgão expedidor, ou no caso de advogado, os dados previstos na legislação processual.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. Os documentos, salvo disposição expressa em contrário, poderão ser apresentados em cópia autenticada.

§2º. É vedado reunir numa só petição, defesas, recursos ou pedidos relativos a matérias de naturezas diversas.

Art. 352. Ocorrendo mudança de endereço do requerente no curso do processo, o interessado deverá comunicá-la à repartição fazendária municipal a que estiver vinculado, sob pena de serem consideradas válidas as intimações feitas com base na indicação constante nos autos.

Art. 353. A petição será indeferida de plano, pela autoridade ou órgão a que se dirigir, ou pelo órgão preparador, conforme o caso, se intempestiva, se assinada por pessoa sem legitimidade ou se inepta ou ineficaz, vedada a recusa de recebimento ou protocolização.

§1º. A petição será considerada:

I - intempestiva, quando apresentada fora do prazo legal;

II - viciada de ilegitimidade de parte, quando assinado por pessoa sem capacidade ou competência legal para fazê-lo, inclusive em caso de ausência de legítimo interesse ou da ilegalidade da representação;

III - inepta, quando:

- a) não conter pedido ou seus fundamentos;
- b) conter incompatibilidade entre o pedido e seus fundamentos;
- c) conter pedido relativo à matéria não contemplada na legislação tributária;
- d) não conter elementos essenciais à identificação do sujeito passivo, inclusive sua assinatura, após devidamente intimado o requerente para supri-los.

IV - ineficaz, quando insuscetível de surtir os efeitos legais pretendidos, por falta de requisitos fundamentais.

§2º. É assegurado ao interessado o direito de impugnar o indeferimento ou arquivamento da petição declarada intempestiva, viciada de ilegalidade, inepta ou ineficaz, no prazo de 10 (dez) dias, perante a autoridade ou órgão competente.

Art. 354. São nulos:

I - os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetentes ou impedidos;

II - os atos praticados e as decisões proferidas como preterição do direito de defesa;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

III - as decisões não fundamentadas;

IV - o lançamento de ofício que não contiver elementos suficientes para se determinar a infração e o infrator, ou que deixar de observar exigências formais contidas na legislação.

§1º. As eventuais incorreções ou omissões da Notificação e Auto de Infração não acarretam sua nulidade, desde que seja possível determinar a natureza da infração, o autuado e o montante do débito tributário, devendo as incorreções e omissões serem corrigidas e suprimidas pela autoridade competente, reabrindo-se o prazo de defesa.

§2º. A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele sejam diretamente dependentes ou conseqüentes.

Art. 355. A nulidade será proferida, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato, devendo ser alegada na primeira oportunidade que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

Art. 356. A autoridade que determinar a nulidade deverá mencionar os atos atingidos, determinando ou recomendando, se for o caso, a repetição dos atos necessários à regularização do processo.

Art. 357. Não implica nulidade o erro na identificação de dispositivo legal, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o seu enquadramento em outro dispositivo.

Art. 358. A autoridade fazendária do órgão onde se encontrar ou por onde tramitar o processo, sob pena de responsabilidade funcional, adotará as medidas cabíveis no sentido de que sejam fielmente observados os prazos processuais para interposição de defesa ou recurso, réplica ou informação fiscal, cumprimento de diligências ou perícias, tramitação e demais providências.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS
SEÇÃO I
DO INÍCIO E DO ENCERRAMENTO DA AÇÃO FISCAL

Art. 359. Considera-se iniciado o procedimento fiscal pela:

I - apreensão de bem, livro ou documento;

II - lavratura do Termo de Início de Fiscalização;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

III - notificação, por escrito, ao contribuinte, seu preposto ou responsável, para prestar esclarecimento, exhibir elementos solicitados pela fiscalização ou efetuar o recolhimento de tributos;

IV - lavratura da Notificação e Auto de Infração.

§1º. A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, conforme o caso:

I - termo de apreensão ou termo de liberação para documentar a apreensão de bens, livros ou documentos que constituam prova material de infração, bem como sua liberação;

II - Termo de Início de Fiscalização, destinado a documentar o início do procedimento fiscal, com indicação do dia e hora da lavratura, com a assinatura do intimado no instrumento, a menos que seja lavrado diretamente em livro fiscal municipal;

III - notificação para apresentação de documentos fiscais, para intimar o sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, no sentido de exhibir elementos ou prestar esclarecimentos solicitados pela fiscalização;

IV - notificação para pagamento de tributos;

V - Notificação e Auto de Infração, para exigência do crédito tributário, atendidas as disposições pertinentes desta Lei.

§2º. O início de procedimento fiscal exclui a espontaneidade do contribuinte em relação a atos anteriores e independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Art. 360. Encerra-se o procedimento administrativo fiscal, contencioso ou não, com:

I - o esgotamento do prazo para apresentação de defesa ou para interposição de recurso;

II - a decisão irrecorrível da autoridade competente;

III - o reconhecimento do débito pelo sujeito passivo;

IV - a desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência da escolha da via judicial.

Art. 361. Na conclusão do procedimento fiscal no estabelecimento, a autoridade fiscalizadora lavrará Termo de Encerramento de Fiscalização, que registrará de



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

forma circunstanciada os fatos relacionados com a ação fiscal, devendo conter, no mínimo, as seguintes indicações:

- I** - a denominação do termo;
 - II** - o dia, o mês e o ano da lavratura;
 - III** - o número da ordem de serviço, quando for o caso;
 - IV** - o período fiscalizado;
 - V** - a identificação do estabelecimento: nome comercial (firma, razão social ou denominação), endereço e número de inscrição nos cadastros municipal e federal, se houver;
 - VI** - a reprodução fiel do teor dos fatos verificados, com declaração expressa, quando for o caso, de que não foi apurada nenhuma irregularidade no tocante à legislação ou se foi lavrada Notificação e Auto de Infração;
 - VII** - a declaração, com efeito de recibo, quanto à devolução dos livros e documentos anteriormente arrecadados, se for o caso;
 - VIII** - o número da matrícula e assinatura do Fiscal de Tributos Municipais;
 - IX** - o nome do Fiscal de Tributos Municipais, em letra de forma ou carimbo.
- Art. 362.** O Termo de Início de Fiscalização será lavrado em formulário esparsos, devendo ser entregue cópia ao sujeito passivo, mediante recibo.
- Art. 363.** É dispensada a lavratura do Termo de Início de Fiscalização quando a Notificação e Auto de Infração for lavrada em decorrência de descumprimento de obrigação acessória.
- Art. 364.** Observar-se-ão as disposições da legislação tributária municipal no tocante aos seguintes atos ou procedimentos:
- I** - apreensão de bens, livros e documentos e lavratura dos termos de apreensão, liberação e depósito dos bens, livros e documentos apreendidos;
 - II** - arbitramento da base de cálculo do tributo;
 - III** - lavratura do termo de embargo à ação fiscal;
 - IV** - aplicação das penas de:
- a)** sujeição a regime especial de fiscalização e pagamento;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

- b)** cancelamento de benefícios fiscais;
- c)** cassação de regime especial para pagamento, emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais;
- d)** proibição de transacionar com as repartições municipais.

SEÇÃO II
DA NOTIFICAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 365. Notificação e Auto de Infração será lavrada para exigência de tributos, acréscimos tributários e multas, sempre que, mediante ação fiscal, for constatada infração à legislação tributária, quer se trate de descumprimento de obrigação principal, quer de obrigação acessória.

Art. 366. A Notificação e Auto de Infração conterá:

- I** - a identificação, o endereço e a qualificação fiscal do autuado;
- II** - o dia, a hora e o local da autuação;
- III** - a descrição dos fatos considerados infrações de obrigações principal e acessórias, de forma clara, precisa e resumida, indicando-se as datas de ocorrências;
- IV** - demonstrativo do débito tributário, discriminando:
 - a)** a data da ocorrência do cometimento;
 - b)** a base de cálculo;
 - c)** a alíquota, ou, quando for o caso, o percentual de cálculo do imposto;
 - d)** o percentual da multa cabível ou valor da multa fixa;
 - e)** as parcelas do tributo, por período, relativamente a cada fato;
 - f)** o valor histórico do tributo e o valor atualizado até a data da autuação;
- V** - a indicação do dispositivo da legislação tributária em que se fundamente a exigência fiscal, relativamente à ocorrência do fato gerador da obrigação principal ou acessória, tido como infringido e que esteja tipificada a infração ou multa correspondente, relativamente a cada situação;
- VI** - a intimação para pagamento ou impugnação administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, com indicação das situações em que o débito poderá ser pago com multa reduzida;
- VII** - o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do autuante;
- VIII** - a assinatura do autuado ou de seu representante ou preposto, com a data da ciência, ou a declaração de sua recusa.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§1º. A Notificação e Auto de Infração será lavrada no estabelecimento do infrator, na repartição fazendária municipal ou no local onde se verificar ou apurar a infração.

§2º. Na lavratura da Notificação e Auto de Infração, não sendo possível discriminar o débito por períodos, considerar-se-á o tributo devido no último mês do período fiscalizado.

§3º. A Notificação e Auto de Infração poderá ser lavrada contra o contribuinte, contra o substituto tributário ou contra o responsável legal.

Art. 367. A Notificação e Auto de Infração far-se-á acompanhar dos demonstrativos e dos levantamentos realizados pela autoridade autuante, que sejam indispensáveis ao esclarecimento dos fatos.

Art. 368. A lavratura da Notificação e Auto de Infração é de competência exclusiva do Fiscal de Tributos Municipais.

Art. 369. É vedada a lavratura de Notificação e Auto de Infração relativa a tributos diversos.

Art. 370. A Notificação e Auto de Infração será lavrada no mínimo em 4 (quatro) vias, que terão a seguinte destinação:

I - 1ª via, processo;

II - 2ª via, autuado;

III - 3ª via, autuante;

IV - 4ª via, cadastro.

Art. 371. A Notificação e Auto de Infração será registrada na repartição fiscal responsável pelo preparo do processo.

Art. 372. Uma vez intimado da lavratura da Notificação e Auto de Infração, o autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação, para efetuar o pagamento do débito ou apresentar defesa.

Parágrafo único. Na intimação do sujeito passivo, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pelo Fiscal de Tributos Municipais, que acompanham a respectiva Notificação e Auto de Infração.

Art. 373. Na lavratura da Notificação e Auto de Infração, ocorrendo erro não passível de correção, deverá a mesma ser cancelada pelo Coordenador Tributário,



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

por proposta do autuante até antes do seu registro, com o objetivo de renovar o procedimento fiscal sem falhas ou incorreções.

CAPÍTULO III
DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
SEÇÃO I
DA CONSULTA

Art. 374. Aos contribuintes dos tributos municipais é assegurado o direito de consulta para esclarecimento de dúvidas relativas ao entendimento e aplicação da legislação tributária.

Art. 375. O direito de consulta é facultado a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, desde que mantenha relação ou interesse com a legislação ou tributo e será dirigida à Coordenação de Instrução e Julgamento.

Art. 376. A petição de consulta indicará:

- I** - a autoridade a quem é dirigida;
- II** - os fatos, contendo descrição de modo concreto e sem qualquer reserva da matéria objeto de dúvida, esclarecendo se já houve fatos ou atos praticados passíveis de gerar tributos;
- III** - a data do fato gerador da obrigação principal ou acessória, se já ocorridos;
- IV** - a declaração de existência ou não de início de procedimento fiscal contra o consulente;
- V** - assinatura, seguido de nome completo do signatário, com indicação do número da carteira de identidade e do nome do órgão expedidor, ou, no caso de advogado, os dados previstos na legislação processual.

Art. 377. Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o 10º (décimo) dia subsequente à data da ciência da decisão administrativa.

Art. 378. A consulta não suspende o prazo para o pagamento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.

Art. 379. Não produzirá efeito a consulta formulada:

- I** - por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionam com a matéria consultada;
- II** - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

III - quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

IV - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo ou resolução publicados antes da sua apresentação;

V - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da Lei Tributária;

VI - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

Art. 380. Quando a resposta à consulta já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma, fixando o prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 381. É facultado ao consulente que não se conformar com a exigência, dentro do prazo de 10 (dez) dias da intimação, recorrer ao Conselho Tributário Municipal, que julgará, se for o caso, a atribuição de ineficiência feita à consulta e os efeitos dela decorrentes.

Art. 382. O dirigente da Coordenação de Instrução e Julgamento recorrerá de ofício da decisão favorável ao consulente, sempre que:

I - a hipótese sobre o qual versar a consulta envolver questões doutrinárias;

II - a solução dada à consulta contrariar, no todo ou em parte, a interpretação que vem sendo dada pelo órgão encarregado do tributo ou normas de arrecadação já adotadas;

III - contrariar soluções anteriores transitadas em julgado.

Art. 383. Não cabe pedido de reconsideração da decisão proferida em processo de consulta.

Art. 384. Nos termos do Art. 2º, Parágrafo único, inciso I desta Lei, a solução dada à consulta terá efeito normativo, quando adotada em normas expedidas pela autoridade fiscal competente.

SEÇÃO II
RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

Art. 385. Serão restituídas, no todo ou em parte, as quantias pagas indevidamente relativas a tributos ou penalidades, e também assegurado ao



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária.

Art. 386. A restituição de tributo municipal, seus acréscimos ou multa, em razão de recolhimento a mais ou indevido, dependerá de petição dirigida à Fazenda Pública Municipal, contendo os seguintes requisitos:

- I** - qualificação do requerente e seu endereço;
- II** - indicação do valor da restituição pleiteada, sempre que for possível conhecê-lo de antemão;
- III** - indicação do dispositivo legal em que se funde o requerimento, e prova de nele estar enquadrado;
- IV** - prova inequívoca do recolhimento a mais ou indevido;
- V** - outras indicações e informações necessárias ao esclarecimento do pedido.

Art. 387. A restituição do tributo somente será feita a quem provar haver assumido o encargo financeiro do imposto, ou estiver expressamente autorizado pelos terceiros que suportaram o ônus financeiro do tributo.

Art. 388. A restituição do indébito será feita:

- I** - mediante devolução em moeda corrente ou autorização do uso do imposto, como crédito, tratando-se de devolução de ISS a contribuinte inscrito;
- II** - em moeda corrente, no caso de devolução de outros tributos.

Parágrafo único. Nas situações em que a restituição do indébito deva ser feita em moeda corrente, o processo, após a decisão final, será encaminhado ao dirigente da Fazenda Pública Municipal, para os devidos fins.

Art. 389. O tributo indevidamente recolhido será restituído atualizado monetariamente, utilizando-se os mesmos critérios de atualização dos débitos tributários vigentes à época do recolhimento indevido.

Art. 390. Tratando-se de valores relativos ao ISS, uma vez formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias, contado da protocolização do pedido, o contribuinte poderá utilizar o valor pedido, como crédito, em sua escrita fiscal, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

Art. 391. Na hipótese do artigo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da respectiva notificação, procederá ao



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

estorno dos valores lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

SEÇÃO III
PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL

Art. 392. O benefício fiscal, quando não concedido em caráter geral, dependerá de prévio reconhecimento.

Art. 393. O pedido de reconhecimento de benefício fiscal, quando não dispuser de outro modo, conterà:

I - a qualificação do requerente;

II - a indicação do dispositivo legal em que se ampare o pedido e prova de nele estar enquadrado.

Art. 394. Quando a legislação não contiver indicação expressa da autoridade competente, o pedido de reconhecimento do benefício fiscal será dirigido ao setor competente da Fazenda Pública Municipal.

SEÇÃO IV
DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 395. No caso de o contribuinte, antes do início de qualquer procedimento fiscal, procurar espontaneamente a repartição fiscal para comunicar irregularidade ou recolher tributo não pago na época própria, observar-se-á o seguinte:

I - a repartição fazendária municipal providenciará o preenchimento do instrumento de denúncia espontânea, que será devidamente protocolizado;

II - a denúncia espontânea será instruída, quando for o caso, com:

a) relação discriminada do débito;

b) o comprovante do recolhimento do tributo, acrescido da atualização monetária e dos acréscimos moratórios cabíveis;

c) o requerimento de parcelamento com os elementos relacionados nesta Lei, se o débito for parcelado; ou

d) a prova do cumprimento da obrigação acessória a que se referir.

§1º. O contribuinte que denunciar espontaneamente o seu débito terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da sua protocolização, para quitá-lo ou providenciar o pedido de parcelamento e efetuar o pagamento da parcela inicial.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Não caberá incidência de multa por infração aos contribuintes que efetuarem denúncia espontânea.

CAPÍTULO IV
DA INTIMAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

Art. 396. A intimação do sujeito passivo ou da pessoa interessada acerca de qualquer ato, fato ou exigência fiscal, será feita:

I - pessoalmente, mediante aposição de data e assinatura do sujeito passivo ou interessado, seu representante ou preposto, no próprio instrumento que se deseje comunicar ou em expediente, com entrega, quando for o caso, de cópia do documento, ou através da lavratura de termo no livro próprio, se houver;

II - mediante remessa, por via postal ou por qualquer outro meio ou via, com aviso de recebimento (AR) ou com prova de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo ou interessado, de cópia do instrumento ou de comunicação de decisão ou circunstância constante de expediente;

III - por edital publicado em jornal de circulação na Capital ou em Diário Oficial do Município ou, se for o caso, mediante afixação no mural geral da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único. As intimações serão feitas:

I - pelo autor do procedimento;

II - pelo órgão encarregado do preparo do processo, podendo ser designado nesse sentido o próprio autor do procedimento ou fiscal estranho ao feito;

III - pela secretaria do órgão de julgamento, quando a intimação se referir a decisões ou recursos, exceto no caso de decisões interlocutórias que impliquem reabertura de prazo ou "vista" dos autos ao sujeito passivo ou interessado.

Art. 397. Considera-se efetivada a intimação nos mesmos prazos previstos nos incisos do § 5º do artigo 42.

Art. 398. Sempre que for dada ciência ao contribuinte ou responsável tributário acerca de qualquer fato ou exigência fiscal, a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto no instrumento correspondente valerá apenas como "recibo" ou "ciente", visando a documentar sua ciência acerca do fato ou do procedimento fiscal, não implicando concordância ou confissão quanto ao teor do fato comunicado ou da exigência feita, e sua recusa em receber a intimação não importa prejuízo de seus direitos nem agravamento da infração, se for o caso.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

**CAPÍTULO V
DA REVELIA**

Art. 399. Não sendo efetuado o pagamento do Auto de Infração e nem apresentada defesa no prazo legal, o sujeito passivo será considerado revel e confesso, ficando definitivamente constituído o crédito tributário, ressalvado o controle da legalidade da inscrição em Dívida Ativa.

Parágrafo único. Verificada a situação de que cuida este artigo, a autoridade preparadora certificará o fato, lavrando o termo de revelia e encaminhando o processo para ser inscrito na Dívida Ativa.

Art. 400. A defesa intempestiva será arquivada pelo órgão preparador, mediante despacho do seu titular, ressalvado o direito do sujeito passivo de impugnar o arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência, perante o órgão julgador de primeira instância competente para conhecer a defesa.

**CAPÍTULO VI
DO CONTROLE DA LEGALIDADE DA DÍVIDA ATIVA**

Art. 401. Compete a Procuradoria Municipal ou órgão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, determinado pelo Chefe do Executivo, o controle da legalidade e da execução da inscrição dos créditos tributários na Dívida Ativa do Município.

Parágrafo único. Antes da inscrição do débito revel, o setor competente poderá solicitar diligências no sentido de sanar irregularidades na constituição do crédito.

Art. 402. No caso de existência de vício insanável ou de ilegalidade flagrante, fica o setor competente autorizado a não efetivar ou a cancelar, mediante despacho fundamentado, a inscrição do débito tributário em Dívida Ativa, remetendo em seguida o processo administrativo a Coordenação de Instrução e Julgamento para apreciação do fato.

Parágrafo único. A Coordenação de Instrução e Julgamento fará, ainda, o julgamento do lançamento de ofício.

Art. 403. Após a apreciação das situações de que cuida o artigo anterior, esgota-se o controle da legalidade do setor administrativo referido no caput do artigo 402, qualquer que seja a decisão daquele órgão.

Art. 404. Escolhida a via judicial pelo sujeito passivo, ficam prejudicados sua defesa ou recurso, importando tal escolha a desistência da defesa ou do recurso interposto, considerando-se esgotada a instância administrativa.

Parágrafo único. Proposta a ação judicial, os autos ou peça fiscal serão imediatamente remetidos à Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Art. 405. A ação judicial proposta pelo sujeito passivo não suspende a execução do crédito tributário, salvo quando:

I - acompanhada do depósito do seu montante integral;

II - concedido mandado de segurança ou medida liminar, determinando a suspensão,

Parágrafo único. A suspensão da exigibilidade do crédito nos casos de depósito do valor ou de concessão de mandado de segurança ou medida liminar, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Art. 406. Quando o contribuinte ou responsável, antecipando-se a procedimento administrativo ou medida de fiscalização, promover contra a Fazenda Pública Municipal ação de consignação de pagamento de crédito tributário, a repartição fazendária municipal competente deverá providenciar e fornecer à Procuradoria Municipal todos os elementos de informação que possam facilitar a defesa judicial e a completa apuração do crédito tributário.

Parágrafo único. Se a matéria discutida envolver procedimentos futuros, serão realizadas verificações periódicas para controle das atividades tributáveis.

CAPÍTULO VII
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DO CONTRADITÓRIO

Art. 407. Instaura-se o processo administrativo tributário para solução de litígios entre o fisco e os sujeitos passivos tributários:

I - quando da apresentação da defesa, por escrito, impugnando o lançamento de crédito tributário efetuado mediante Notificação e Auto de Infração.

II - quando da apresentação de petição escrita, pelo contribuinte ou responsável, impugnando qualquer medida ou exigência fiscal imposta.

Art. 408. Extingue-se o processo administrativo tributário:

I - com a extinção do crédito tributário exigido;

II - em face de decisão judicial transitada em julgado contrária à exigência fiscal;

III - pela transação;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

IV - com a desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência de ingresso em juízo, sobre a matéria objeto da lide, antes de proferida ou de tornada irrecorrível a decisão administrativa;

V - com a decisão administrativa irrecorrível;

VI - por outros meios prescritos em Lei.

Art. 409. É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do lançamento, medida ou exigência fiscal na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver, inclusive documentos, levantamentos e demonstrativos referentes às suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação.

§1º. A matéria relacionada com a situação que constitua o objeto da discórdia deverá ser alegada de uma só vez.

§2º. A defesa poderá referir-se apenas a parte da exigência fiscal, assegurando-se ao sujeito passivo, quanto à parte não impugnada, o direito de recolher o crédito tributário com as reduções de penalidades previstas em Lei.

§3º. A impugnação será entregue na repartição fazendária municipal juntamente com o comprovante do depósito destinado à garantia de instância.

Art. 410. Durante o prazo de defesa, o processo permanecerá na repartição local, onde o sujeito passivo ou seu representante dele poderá ter vista.

Art. 411. Apresentada defesa relativa a Notificação e Auto de Infração, a autoridade preparadora juntará a petição ao processo administrativo tributário, mediante lavratura de termo próprio, acusando a data do recebimento, e encaminhará os autos ao funcionário autuante que apresentará réplica às razões da impugnação.

Art. 412. O autuante terá o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da réplica.

§1º. Não mais estando o autuante em exercício na repartição fazendária do preparo do processo, a autoridade preparadora designará outro funcionário para produzir a réplica, observado o disposto neste artigo.

§2º. A réplica deverá ser prestada com clareza e precisão, abrangendo todos os aspectos da defesa com fundamentação.

§3º. Se a réplica aduzir fatos novos, o órgão preparador reabrirá o prazo de defesa, fornecendo ao sujeito passivo cópias dos novos elementos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓRIA

Art. 413. A inobservância do prazo para a apresentação da réplica ou cumprimento de diligências, levantamentos ou perícias constitui falta disciplinar, porém, não prejudica o mérito da lide.

SEÇÃO II
DO PREPARO DO PROCESSO

Art. 414. O preparo do processo administrativo tributário compete à Coordenação de Instrução e Julgamento.

Art. 415. O preparo do processo compreende as seguintes providências:

- I** - saneamento do procedimento fiscal;
- II** - recebimento e registro da peça inicial;
- III** - intimação para pagamento do débito ou apresentação de defesa, se ainda não efetivada pelo autuante;
- IV** - vista do processo ao sujeito passivo ou a seu representante legal, no recinto da repartição, quando solicitada;
- V** - encaminhamento ou entrega do processo ao autuante ou a outro funcionário designado pela repartição competente para:
 - a)** produzir réplica;
 - b)** realizar diligência ou perícia requeridas e autorizadas;
- VI** - prestação de informações econômico-fiscais acerca do sujeito passivo;
- VII** - controle dos prazos para impugnação, recolhimento do débito e outras diligências que devam ser feitas, comunicando imediatamente ao órgão julgador o descumprimento dos prazos fixados pela legislação ou pela autoridade competente;
- VIII** - recebimento de peças de defesa, réplica, recurso e outras petições, bem como das provas documentais, laudos ou levantamentos, e sua anexação aos autos.
- IX** - cumprimento de exames, diligências, perícias e outras determinações do órgão julgador, encaminhando os autos ao funcionário encarregado de sua execução.
- X** - informação sobre a inexistência de impugnação ou de recurso, quando for o caso;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

XI - organização dos autos do processo com todas as folhas numeradas e rubricadas, dispostas segundo a ordem cronológica, à medida que forem sendo juntadas;

XII - julgamento do processo, inscrição em Dívida Ativa ou qualquer outro procedimento, conforme o caso;

XIII - ciência, ao sujeito passivo, das decisões proferidas, e intimação para o seu cumprimento ou interposição de recurso, quando cabível;

XIV - demais atos ou procedimentos que se façam necessários ao andamento regular do processo.

Art. 416. O órgão preparador dará vista do processo aos interessados e seus representantes legais, no recinto da repartição fazendária municipal, durante a fluência dos prazos de impugnação ou recurso, podendo, mediante pedido por escrito, os solicitantes interessados extrair cópia de qualquer de suas peças.

Parágrafo único. O processo somente poderá sair da repartição fiscal para cumprimento de diligência ou perícia.

SEÇÃO III
DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 417. Compete ao relator, tanto na primeira como na segunda instância, avaliar se o processo se encontra em condições de ser levado a julgamento a salvo de dúvidas ou incorreções, devendo nesse sentido:

I - deferir ou indeferir as provas requeridas e os pedidos de diligência ou de perícia fiscal, mediante despacho fundamentado, levando em consideração sua necessidade e possibilidade;

II - determinar de ofício a realização de diligência ou perícia fiscal que se considerar necessárias a regular instrução do processo;

III - determinar, mediante despacho circunstanciado, que seja dada vista ao sujeito passivo ou ao autuante para que se manifeste objetivamente sobre fatos, provas ou elementos novos;

IV - agendar, junto ao órgão julgador, seja o processo colocado em pauta.

§1º. O relator, salvo caso justificado de força maior, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para estudo do processo e adoção das providências de que cuida este artigo.

§2º. A inadmissibilidade, pela autoridade julgadora, de prova, diligência ou perícia requeridas, será em decisão fundamentada.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§3º. A perícia fiscal deverá ser indeferida quando:

- I** - a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnicos;
- II** - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;
- III** - a verificação for impraticável.

Art. 418. Caberá à Coordenação de Instrução e Julgamento calcular o valor atualizado do débito, discriminado por parcela, para efeitos de determinação do valor efetivamente devido.

SEÇÃO IV
DAS PROVAS, DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 419. O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

Art. 420. Se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.

Art. 421. A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha, importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.

Art. 422. A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Art. 423. O interessado, ao solicitar a produção de provas ou a realização de diligência ou perícia fiscal, deverá no pedido fundamentar a sua necessidade.

Parágrafo único. Ao solicitar a realização de perícia fiscal, o interessado formulará, no pedido, os quesitos a serem respondidos, sob pena de indeferimento de plano, podendo indicar, se preferir, seu assistente técnico, com a sua qualificação e endereço.

Art. 424. Tratando-se de perícia fiscal, a repartição fazendária municipal, ao designar o perito, fará a intimação do assistente técnico do sujeito passivo, se houver, marcando de antemão a data, hora e o local onde serão efetuados os trabalhos.

Art. 425. Concluída a perícia, o laudo pericial será redigido pelo perito e assinado por ele e, se houver concordância, pelo assistente técnico.

§1º. Havendo divergência de entendimento entre o perito e o assistente técnico, este poderá apresentar laudo em separado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da realização da perícia.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Se a diligência ou perícia implicar fatos novos, o órgão preparador reabrirá o prazo de defesa, fornecendo ao sujeito passivo cópias dos novos elementos, dispensando-se, contudo, essa providência, no caso de perícia, se o assistente técnico do sujeito passivo houver assinado o laudo juntamente com o perito.

Art. 426. Quando não estipulado de forma expressa pela autoridade julgadora ou pela repartição, o prazo para cumprimento de diligência ou perícia será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO V
DAS AUTORIDADES JULGADORAS

Art. 427. O julgamento do processo compete:

- I** - em primeira instância, à Coordenação de Instrução e Julgamento;
- II** - em segunda instância, ao Conselho Tributário Municipal.

SEÇÃO VI
DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 428. A decisão da primeira instância será fundamentada em parecer final circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 429. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessária.

Art. 430. A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

Parágrafo único. O órgão preparador dará ciência da decisão ao contribuinte, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 431. As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto e aos erros de escrita ou de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidas de ofício pela autoridade julgadora ou a requerimento do contribuinte.

Art. 432. A autoridade de primeira instância recorrerá, de ofício, sempre que a decisão exonerar o contribuinte do pagamento de crédito tributário de valor, acrescido de cominações legais, superior a R\$ 200,00 (duzentos reais) consolidados à data da decisão.

§1º. O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Não sendo interposto o recurso, o servidor que verificar o fato representará à autoridade imediata, no sentido de que seja observada aquela formalidade.

Art. 433. Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

SEÇÃO VII
DO RECURSO

Art. 434. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho Tributário Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência da intimação.

§1º. O recurso poderá versar sobre parte da quantia exigida, desde que o recorrente pague no prazo do recurso, a parte não litigiosa.

§2º. Se dentro do prazo legal, não for apresentada petição de recursos, será pelo órgão preparador lavrado o termo de perempção.

§3º. Os recursos em geral, mesmo os peremptos, serão encaminhados à instância superior que julgará a perempção.

Art. 435. Apresentado o recurso, o processo será encaminhado pelo órgão preparador, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao Conselho Tributário Municipal.

SEÇÃO VIII
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 436. O julgamento em segunda instância processar-se-á de acordo com o regimento interno do Conselho Tributário Municipal.

Art. 437. Caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, das decisões proferidas pelo Conselho Tributário Municipal, quando apresentados dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação, desde que a decisão do Conselho não tenha sido unânime.

Art. 438. A ciência do acórdão far-se-á:

I - pelo preparador;

II - pelo Conselho Tributário Municipal, na forma do seu Regimento Interno, estando presente o interessado ou seu representante;

III - mediante publicação em edital.

Art. 439. São da competência privativa do dirigente da Fazenda Pública Municipal as decisões de equidade que se restringirão à dispensa da penalidade e serão proferidas mediante proposta em acórdão do Conselho Tributário Municipal.

Art. 440. A proposta de aplicação da equidade somente se dará em casos especiais e será acompanhada das informações sobre os antecedentes do contribuinte relativos a cumprimentos de suas obrigações.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

Parágrafo único. O benefício da equidade não será conhecido nos casos de reincidência, sonegação dolosa, fraude ou conluio.

SEÇÃO IX
DA RESCISÃO DO ACÓRDÃO

Art. 441. A decisão do mérito do órgão de segunda instância poderá ser rescindida no prazo de 1 (um) ano após a sua definitividade e antes de instaurar a fase judicial de execução.

Art. 442. A rescisão do acórdão poderá ser pedida ao Conselho Tributário Municipal, pelo contribuinte ou pela autoridade competente administradora do tributo quando:

I - verificar-se a ocorrência de prevaricação, concussão, corrupção ou exação;

II - resultar de dolo da parte vencedora, em detrimento da parte vencida;

III - contrariar legislação tributária específica;

IV - houver manifesta divergência entre decisão do Conselho Tributário Municipal e jurisprudência dos tribunais do País.

Art. 443. Não se conhecerá do pedido de rescisão do acórdão, nos casos em que o pedido não estiver fundamentado em quaisquer dos incisos do artigo anterior.

Art. 444. Da sessão em que se discutir o mérito serão notificadas as partes, às quais, será facultada a manifestação oral.

SEÇÃO X
DA DEFINITIVIDADE E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 445. São definitivas:

I - as decisões finais da primeira instância não sujeitas a recursos de ofício, esgotado o prazo para o recurso voluntário;

II - as decisões finais da segunda instância, vencido o prazo da intimação.

§1º. As decisões da primeira instância, na parte em que for sujeita a recurso de ofício, não se tornarão definitivas.

§2º. No caso de recurso voluntário parcial, tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte de decisão que não tenha sido objeto de recurso.

Art. 446. Aplica-se subsidiariamente ao processo administrativo tributário municipal as normas do Código de Processo Civil.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

CAPÍTULO VIII
DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 447. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 448. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo único. O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

Art. 449. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 450. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em dias feriados ou não úteis.

Art. 451. Não atendida a solicitação ou exigência a cumprir, por parte do requerente, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 452. Os benefícios da imunidade e da isenção deverão ser renovados anualmente mediante solicitação do interessado, apresentada até 31 de março do exercício a que corresponderem ou no prazo determinado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 453. Os valores constantes desta Lei serão expressos em reais.

Art. 454. Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

§1º. A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Se a cobrança dos débitos inscritos em Dívida Ativa for realizada através do procedimento judicial, o contribuinte arcará com as custas e demais despesas concernentes.

Art. 455. Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Parágrafo único. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 456. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

Art. 457. Sempre que o Governo Federal modificar o padrão fiscal-monetário vigente, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover as adequações ao novo padrão instituído.

Art. 458. O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

Art. 459. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a União, o Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos, Entidades de Representação Classista e outros órgãos, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Art. 460. Fica igualmente autorizado a instituir e fixar Preço Público, bem como estabelecer as situações que caberá a sua aplicação, observadas as normas do Direito Financeiro e as leis pertinentes à espécie.

Art. 461. Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão de dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o crédito tributário.

Art. 462. Os débitos com a Fazenda Pública Municipal serão atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§1º Em caso de extinção do IPCA, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou, não havendo substituto, por índice atualizador dos tributos federais.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

§2º. Para os anos subseqüentes, a atualização terá como base a variação acumulada do IPCA do ano anterior a que se referir, com aplicação a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente.

Art. 463. As empresas que a partir da vigência desta Lei, estejam inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes ou venham a se inscrever, terão suas atividades classificadas nos termos do **Anexo I**, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. O valor a ser cobrado a título de Taxa de Licença para Localização e Fiscalização de Licença para Funcionamento será aquele atribuído à atividade que melhor se assemelhe à atividade do contribuinte.

Art. 464. A Fazenda Pública Municipal orientará a aplicação da presente Lei, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 465. Esta Lei entra em vigor em 1º de março de 2014.

Art. 466. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 224, de 30 de dezembro de 2002.

Gabinete do Prefeito do Município de Coité do Nôia, em 18 de dezembro de 2013.


JOSE DE SENA NETTO
PREFEITO

Esta Lei foi publicada através da afixação no quadro de aviso do prédio da Prefeitura e em logradouros públicos como de costume, tendo em vista a inexistência de Imprensa no Município, e ainda, registrado e arquivado na Secretaria de Administração e Finanças deste Município, em 18 de dezembro de 2013.


TEREZINHA BARBOSA DE A. SILVA
SEC DE ADM E FINANÇAS



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO I
TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA
LOCALIZAÇÃO E
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

CÓDIGO CMC	CNAE-FISCAL	DESCRIÇÃO	Valor em R\$
		AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	
		PRODUÇÃO DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS	
		Cultivo de cereais	
	0111-2/01	Cultivo de arroz	50,00
	0111-2/02	Cultivo de milho	50,00
	0111-2/03	Cultivo de trigo	50,00
	0111-2/99	Cultivo de outros cereais	50,00
		Cultivo de algodão herbáceo	
	0112-0/00	Cultivo de algodão herbáceo	50,00
		Cultivo de cana-de-açúcar	
	0113-9/00	Cultivo de cana-de-açúcar	50,00
		Cultivo de fumo	
	0114-7/00	Cultivo de fumo	50,00
		Cultivo de soja	
	0115-5/00	Cultivo de soja	50,00
		Cultivo de outros produtos temporários	
	0119-8/01	Cultivo de abacaxi	50,00
	0119-8/02	Cultivo de amendoim	50,00
	0119-8/03	Cultivo de batata inglesa	50,00
	0119-8/04	Cultivo de cebola	50,00
	0119-8/05	Cultivo de mandioca	50,00
	0119-8/06	Cultivo de feijão	50,00
	0119-8/07	Cultivo de juta	50,00
	0119-8/08	Cultivo de mamona	50,00
	0119-8/09	Cultivo de melão	50,00
	0119-8/10	Cultivo de tomate	50,00
	0119-8/11	Cultivo de alho	50,00
	0119-8/12	Cultivo de morango	50,00
	0119-8/13	Cultivo de sorgo	50,00
	0119-8/99	Produção de outras lavouras temporárias	50,00
		HORTICULTURA E PRODUTOS DE VIVEIRO	
		Cultivo de hortaliças, legumes e especiarias horticolas	
	0121-0/00	Cultivo de hortaliças, legumes e especiarias horticolas	50,00
		Cultivo de flores e plantas ornamentais	
	0122-8/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	50,00
		PRODUÇÃO DE LAVOURAS PERMANENTES	
		Cultivo de frutas cítricas	
	0131-7/01	Cultivo de laranja	50,00
	0131-7/99	Cultivo de outros cítricos	50,00
		Cultivo de café	
	0132-5/00	Cultivo de café	50,00
		Cultivo de cacau	
	0133-3/00	Cultivo de cacau	50,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	Cultivo de uva	
0134-1/00	Cultivo de uva	50,00
	Cultivo de outras frutas, frutos secos, plantas para preparo de bebidas e para produção de condimentos	
0139-2/01	Cultivo de banana	50,00
0139-2/02	Cultivo de caju	50,00
0139-2/03	Cultivo de coco-da-baia	50,00
0139-2/04	Cultivo de pimenta do reino	50,00
0139-2/05	Cultivo de chá-da-india	50,00
0139-2/06	Cultivo de maçã	50,00
0139-2/07	Cultivo de mamão	50,00
0139-2/08	Cultivo de manga	50,00
0139-2/09	Cultivo de maracujá	50,00
0139-2/10	Cultivo de crva-mate	50,00
0139-2/11	Cultivo de açaí	50,00
0139-2/12	Cultivo de pêssego	50,00
0139-2/13	Cultivo de seringueira	50,00
0139-2/14	Cultivo de guaraná	50,00
0139-2/15	Cultivo de dendê	50,00
0139-2/16	Cultivo de outras plantas para condimento	50,00
0139-2/99	Produção de outras lavouras permanentes	50,00
	PECUÁRIA	
	Criação de bovinos	
0141-4/01	Criação de bovinos para corte	50,00
0141-4/02	Criação de bovinos para leite	50,00
	Criação de outros animais de grande porte	
0142-2/01	Criação de bufalinos	50,00
0142-2/02	Criação de eqüinos	50,00
0142-2/99	Criação de outros animais de grande porte	50,00
	Criação de ovinos	
0143-0/00	Criação de ovinos e produção de lã	50,00
	Criação de suínos	
0144-9/00	Criação de suínos	50,00
	Criação de aves	
0145-7/01	Criação de galináceos para corte	50,00
0145-7/02	Criação de pintos de um dia	50,00
0145-7/03	Criação de outras aves	50,00
0145-7/04	Produção de ovos	50,00
	Criação de outros animais	
0146-5/01	Criação de caprinos	50,00
0146-5/02	Sericultura	50,00
0146-5/03	Apicultura	50,00
0146-5/04	Ranicultura	50,00
0146-5/05	Criação de escargot	50,00
0146-5/06	Criação de animais domésticos	50,00
0146-5/99	Criação de outros animais	50,00
	PRODUÇÃO MISTA; LAVOURA E PECUÁRIA	50,00
	Produção mista : lavoura e pecuária	
0150-3/00	Agropecuária	50,00
	ATIVIDADE DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM A AGRICULTURA E PECUÁRIA, EXCETO ATIVIDADES VETERINÁRIAS	
	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	
0161-9/01	Serviço de jardinagem - inclusive plantio de gramado	30,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NOIA

0161-9/02	Serviço de pulverização aérea	200,00
0161-9/03	Serviço de poda de árvores	30,00
0161-9/04	Serviço de colheita	200,00
0161-9/05	Serviços relacionados ao tratamento de produtos agrícolas	200,00
0161-9/99	Outras atividades de serviços relacionados com a agricultura	200,00
	Atividades de serviços relacionados com a pecuária exceto atividades veterinárias	
0162-7/01	Serviço de inseminação artificial	200,00
0162-7/02	Serviço de inspeção sanitária	200,00
0162-7/04	Serviço de manejo de animais	200,00
0162-7/99	Outras atividades de serviços relacionados com a pecuária - exceto atividades veterinárias	200,00
	PESCA, AQUICULTURA E ATIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS COM ESTAS ATIVIDADES	
	Pesca	
0511-8/01	Pesca de peixes	50,00
0511-8/02	Pesca de crustáceos e moluscos	50,00
0511-8/03	Coleta de produtos de origem marinha	50,00
0511-8/04	Atividades de serviços relacionados a pesca	50,00
	Aquicultura	
0512-6/01	Criação de peixes	200,00
0512-6/02	Criação de camarões	200,00
0512-6/03	Criação de mariscos	200,00
0512-6/04	Criação de peixes ornamentais	200,00
0512-6/05	Atividades de serviços relacionados a aquicultura	200,00
0512-6/99	Outros cultivos e semicultivos da aquicultura	200,00
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	
	EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	
	Extração de carvão mineral	
1000-6/01	Extração de carvão mineral	400,00
	EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS CORRELATOS	
	Extração de petróleo e gás natural	
1110-0/01	Extração de petróleo e gás natural	400,00
1110-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	400,00
1110-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	400,00
	SERVIÇOS RELACIONADOS COM A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - EXCETO A PROSPECÇÃO REALIZADA POR TERCEIROS	
1120-7/00	Serviços relacionados com a extração de petróleo e gás - exceto a prospecção realizada por terceiros	400,00
	EXTRAÇÃO DE PEDRA, AREIA E ARGILA	
	Extração de pedra, areia e argila	
1410-9/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	400,00
1410-9/02	Extração de granito e beneficiamento associado	400,00
1410-9/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	400,00
1410-9/04	Extração de calcário/dolomita e beneficiamento associado	400,00
1410-9/05	Extração de gesso e caulim e beneficiamento associado	400,00
1410-9/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	400,00
1410-9/07	Extração de argila e beneficiamento associado	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

1410-9/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	400,00
1410-9/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	400,00
1410-9/99	Extração e/ou britamento de pedras e de outros materiais para construção não especificados anteriormente e seu beneficiamento associado	400,00
	EXTRAÇÃO DE OUTROS MINERAIS NÃO METÁLICOS	
	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e produtos químicos	
1421-4/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e produtos químicos	400,00
	Extração e refino de sal marinho e sal-gema	
1422-2/01	Extração de sal marinho	400,00
1422-2/02	Extração de sal-gema	400,00
1422-2/03	Refino e outros tratamentos do sal	400,00
	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	
	ABATE E PREPARAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE E DE PESCADO	
	Abate de reses, preparação de produtos de carne	
1511-3/01	Frigorífico - Abate de bovinos e preparação de carne e subprodutos	200,00
1511-3/02	Frigorífico - Abate de suínos e preparação de carne e subprodutos	200,00
1511-3/03	Frigorífico - Abate de equinos e preparação de carne e subprodutos	200,00
1511-3/04	Frigorífico - Abate de ovinos e caprinos e preparação de carne e subprodutos	200,00
1511-3/05	Frigorífico - Abate de bufalinos e preparação de carne e subprodutos	200,00
1511-3/06	Matadouro - abate de reses e preparação de carne para terceiros	200,00
	Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne	
1512-1/01	Abate de aves e preparação de produtos de carne	200,00
1512-1/02	Abate de pequenos animais e preparação de produtos de carne	200,00
	Preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associadas ao abate	
1513-0/01	Preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associadas ao abate	200,00
1513-0/02	Preparação de subprodutos não associado ao abate	200,00
	Preparação e preservação do pescado e fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	
1514-8/00	Preparação e conservação do pescado e fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	200,00
	PROCESSAMENTO, PRESERVAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS	
	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	
1521-0/00	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	200,00
	Processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais	
1522-9/00	Processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais	200,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	Produção de sucos de frutas e de legumes	
1523-7/00	Produção de sucos de frutas e de legumes	200,00
	PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS	
	Produção de óleos vegetais em bruto	
1531-8/00	Produção de óleos vegetais em bruto	200,00
	Refino de óleos vegetais	
1532-6/00	Refino de óleos vegetais	200,00
	Preparação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos de origem animal não comestíveis	
1533-4/00	Preparação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos de origem animal não comestíveis	200,00
	LATICÍNIOS	
	Preparação do leite	
1541-5/00	Preparação do leite	350,00
	Fabricação de produtos do laticínio	
1542-3/00	Fabricação de produtos do laticínio	350,00
	Fabricação de sorvetes	
1543-1/00	Fabricação de sorvetes	120,00
	MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS	
	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	
1551-2/01	Beneficiamento de arroz	350,00
1551-2/02	Fabricação de produtos do arroz	350,00
	Moagem de trigo e fabricação de derivados	
1552-0/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	350,00
	Produção de farinha de mandioca e derivados	
1553-9/00	Produção de farinha de mandioca e derivados	350,00
	Fabricação de fubá e farinha de milho	
1554-7/00	Fabricação de fubá, farinha e outros derivados de milho - exclusive óleo	350,00
	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e fabricação de óleos de milho	
1555-5/00	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e fabricação de óleos de milho	350,00
	Fabricação de rações balanceadas para animais	
1556-3/00	Fabricação de rações balanceadas para animais	350,00
	Beneficiamento, moagem e preparação de outros alimentos de origem vegetal	
1559-8/00	Beneficiamento, moagem e preparação de outros alimentos de origem vegetal	350,00
	FABRICAÇÃO E REFINO DE AÇUCAR	
	Usinas de açúcar	
1561-0/00	Usinas de açúcar	400,00
	Refino e moagem de açúcar	
1562-8/01	Refino e moagem de açúcar de cana	400,00
1562-8/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	400,00
1562-8/03	Fabricação de açúcar de Stevia	400,00
	TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ	
	Torrefação e moagem de café	
1571-7/00	Torrefação e moagem de café	350,00
	Fabricação de café solúvel	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

1572-5/00	Fabricação de café solúvel	400,00
	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	
	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	
1581-4/00	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	350,00
	Fabricação de biscoitos e bolachas	
1582-2/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	350,00
	Produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates, balas, gomas de mascar	
1583-0/01	Produção de derivados do cacau e elaboração de chocolates	350,00
1583-0/02	Produção de balas e semelhantes e de frutas cristalizadas	350,00
	Fabricação de massas alimentícias	
1584-9/00	Fabricação de massas alimentícias	350,00
	Preparação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	
1585-7/00	Preparação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	350,00
	Preparação de produtos dietéticos, alimentos para crianças e outros alimentos conservados	
1586-5/00	Preparação de produtos dietéticos, alimentos para crianças e outros alimentos conservados	350,00
	Fabricação de outros produtos alimentícios	
1589-0/01	Fabricação de vinagres	200,00
1589-0/02	Fabricação de pós alimentícios	200,00
1589-0/03	Fabricação de fermentos, leveduras e coalhos	200,00
1589-0/04	Fabricação de gelo comum	80,00
1589-0/05	Beneficiamento de chá, mate e outras ervas para infusão	350,00
1589-0/99	Fabricação de outros produtos alimentícios	350,00
	FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	
	Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardentes e outras bebidas destiladas	
1591-1/01	Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de aguardente de cana de açúcar	350,00
1591-1/02	Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de outras aguardentes e bebidas destiladas	350,00
	Fabricação de vinho	
1592-0/00	Fabricação de vinho	350,00
	Fabricação de malte, cervejas e chopes	
1593-8/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	400,00
1593-8/02	Fabricação de cervejas e chopes	400,00
	Engarrafamento e gaseificação de águas minerais	
1594-6/00	Engarrafamento e gaseificação de águas minerais	400,00
	Fabricação de refrigerantes e refrescos	
1595-4/01	Fabricação de refrigerantes	400,00
1595-4/02	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos	350,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	
	Fabricação de produtos do fumo	
1600-4/01	Fabricação de cigarros e cigarrilhas	350,00
1600-4/02	Fabricação de fumo em rolo ou em corda e outros produtos do fumo	350,00
1600-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	300,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	BENEFICIAMENTO DE FIBRAS TÊXTEIS NATURAIS	
	Beneficiamento de algodão	
1711-6/00	Beneficiamento de algodão	350,00
	Beneficiamento de outras fibras têxteis naturais	
1719-1/00	Beneficiamento de outras fibras têxteis naturais	350,00
	FIAÇÃO	
	Fiação de algodão	
1721-3/00	Fiação de algodão	350,00
	Fiação de outras fibras têxteis naturais	
1722-1/00	Fiação de outras fibras têxteis naturais	350,00
	Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	
1723-0/00	Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	350,00
	Fabricação de linhas e fios para coser e bordar	
1724-8/00	Fabricação de linhas e fios para coser e bordar	350,00
	TECELAGEM - INCLUSIVE FIAÇÃO E TECELAGEM	
	Tecelagem de algodão	
1731-0/00	Tecelagem de algodão	350,00
	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais	
1732-9/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais	350,00
	Tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos	
1733-7/00	Tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos	350,00
	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, INCLUINDO TECELAGEM	
	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem	
1741-8/00	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem	350,00
	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	
1749-3/00	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	350,00
	SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS E ARTIGOS TÊXTEIS	
	Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis produzidos por terceiros	
1750-7/00	Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis produzidos por terceiros	350,00
	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS A PARTIR DE TECIDOS - EXCLUSIVE VESTUÁRIO - E DE OUTROS ARTIGOS TÊXTEIS	
	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, exclusive vestuário	
1761-2/00	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, exclusive vestuário	350,00
	Fabricação de artefatos de tapeçaria	
1762-0/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	350,00
	Fabricação de artefatos de cordoaria	
1763-9/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	350,00
	Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	
1764-7/00	Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	350,00
	Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

1769-8/00	Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	350,00
	FABRICAÇÃO DE TECIDOS E ARTIGOS DE MALHA	
	Fabricação de tecidos de malha	
1771-0/00	Fabricação de tecidos de malha	350,00
	Fabricação de meias	
1772-8/00	Fabricação de meias	350,00
	Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens)	
1779-5/00	Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens)	350,00
	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO	
	Confecção de peças interiores do vestuário	
1811-2/01	Confecção de peças interiores do vestuário, exclusive sob medida	350,00
1811-2/02	Confecção, sob medida, de peças interiores do vestuário	350,00
	Confecção de outras peças do vestuário	
1812-0/01	Confecção de outras peças do vestuário, exclusive sob medida	350,00
1812-0/02	Confecção, sob medida, de outras peças do vestuário	350,00
	Confecção de roupas profissionais	
1813-9/01	Confecção de roupas profissionais, exclusive sob medida	350,00
1813-9/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	350,00
	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO E DE SEGURANÇA PROFISSIONAL	
	Fabricação de acessórios do vestuário	
1821-0/00	Fabricação de acessórios do vestuário	350,00
	Fabricação de acessórios para Segurança industrial e pessoal	
1822-8/00	Fabricação de acessórios para segurança industrial e pessoal	350,00
	CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO	
	Curtimento e outras preparações de couro	
1910-0/00	Curtimento e outras preparações de couro	400,00
	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM E DE ARTEFATOS DIVERSOS DE COURO	
	Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material	
1921-6/00	Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material	400,00
	Fabricação de outros artefatos de couro	
1929-1/00	Fabricação de outros artefatos de couro	400,00
	FABRICAÇÃO DE CALÇADOS	
	Fabricação de calçados de couro	
1931-3/01	Fabricação de calçados de couro	400,00
1931-3/02	Serviço de corte e acabamento de calçados	400,00
	Fabricação de tênis de qualquer material	
1932-1/00	Fabricação de tênis de qualquer material	400,00
	Fabricação de calçados de plástico	
1933-0/00	Fabricação de calçados de plástico	400,00
	Fabricação de calçados de outros materiais	
1939-9/00	Fabricação de calçados de outros materiais	400,00
	DESDOBRAMENTO DE MADEIRA	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

2010-9/00	Desdobramento de madeira	350,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, CORTIÇA E MATERIAL TRANÇADO - EXCLUSIVE MÓVEIS	
	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada	
2021-4/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada	350,00
	Fabricação de esquadrias de madeira, de casas de madeira pré-fabricadas, de estruturas de madeira e artigos de carpintaria	
2022-2/01	Produção de casas de madeira pré-fabricadas	400,00
2022-2/02	Fabricação de esquadrias de madeira, venezianas e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	300,00
2022-2/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria	200,00
	Fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira	
2023-0/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira	200,00
	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exclusive móveis	
2029-0/00	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exclusive móveis	200,00
	FABRICAÇÃO DE CELULOSE E OUTRAS PASTAS PARA A FABRICAÇÃO DE PAPEL	
	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	
2110-5/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	350,00
	FABRICAÇÃO DE PAPEL, PAPELÃO LISO, CARTOLINA E CARTÃO	
	Fabricação de papel	
2121-0/00	Fabricação de papel	350,00
	Fabricação de papelão liso, cartolina e cartão	
2122-9/00	Fabricação de papelão liso, cartolina e cartão	350,00
	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL OU PAPELÃO	
	Fabricação de embalagens de papel	
2131-8/00	Fabricação de embalagens de papel	350,00
	Fabricação de embalagens de papelão - inclusive a fabricação de papelão corrugado	
2132-6/00	Fabricação de embalagens de papelão - inclusive a fabricação de papelão corrugado	350,00
	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE PAPEL, PAPELÃO, CARTOLINA E CARTÃO	
	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão para escritório	
2141-5/00	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina e cartão para escritório	400,00
	Fabricação de fitas e formulários contínuos - impressos ou não	
2142-3/00	Fabricação de fitas e formulários contínuos - impressos ou não	400,00
	Fabricação de outros artefatos de pastas, papel,	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	papelão, cartolina e cartão	
2149-0/01	Fabricação de fraldas descartáveis e de absorventes higiênicos	200,00
2149-0/99	Fabricação de outros artefatos de pastas, papel, papelão, cartolina e cartão	300,00
	EDIÇÃO; EDIÇÃO E IMPRESSÃO	
	Edição; edição e impressão de jornais	
2211-0/00	Edição; edição e impressão de jornais	300,00
	Edição; edição e impressão de revistas	
2212-8/00	Edição; edição e impressão de revistas	300,00
	Edição; edição e impressão de livros	
2213-6/00	Edição; edição e impressão de livros	300,00
	Edição de discos, fitas e outros materiais gravados	
2214-4/00	Edição de discos, fitas e outros materiais gravados	400,00
	Edição; edição e impressão de produtos gráficos	
2219-5/00	Edição; edição e impressão de produtos gráficos	300,00
	IMPRESSÃO E SERVIÇOS CONEXOS PARA TERCEIROS	
	Impressão de jornais, revistas e livros	
2221-7/00	Impressão de jornais, revistas e livros	300,00
	Serviço de impressão de material escolar e de material para usos industrial e comercial	
2222-5/01	Impressão de material para uso escolar	300,00
2222-5/02	Impressão de material para uso industrial, comercial e publicitário	300,00
2222-5/03	Impressão de material de segurança	300,00
	Execução de outros serviços gráficos	
2229-2/00	Execução de outros serviços gráficos	300,00
	REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRAVADOS	
	Reprodução de discos e fitas	
2231-4/00	Reprodução de discos e fitas	400,00
	Reprodução de fitas de vídeos	
2232-2/00	Reprodução de fitas de vídeos	400,00
	Reprodução de filmes	
2233-0/00	Reprodução de filmes	400,00
	Reprodução de programas de informática em disquetes e fitas	
2234-9/00	Reprodução de programas de informática em disquetes e fitas	400,00
2320-5/00	Refino de petróleo	400,00
	PRODUÇÃO DE ÁLCOOL	
2340-0/00	Fabricação de álcool	400,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS	
	Fabricação de cloro e álcalis	
2411-2/00	Fabricação de cloro e álcalis	400,00
	Fabricação de intermediários para fertilizantes	
2412-0/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	400,00
	Fabricação de fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos	
2413-9/00	Fabricação de fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos	400,00
	Fabricação de gases industriais	
2414-7/00	Fabricação de gases industriais	400,00
	Fabricação de outros produtos inorgânicos	
2419-8/00	Fabricação de outros produtos inorgânicos	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	Fabricação de elastômeros	
2433-3/00	Fabricação de elastômeros	400,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS	
	Fabricação de produtos farmoquímicos	
2451-1/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	200,00
	Fabricação de medicamentos para uso humano	
2452-0/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	200,00
2452-0/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	200,00
	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	
2453-8/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	200,00
	Fabricação de materiais para usos médicos, hospitalares e odontológicos	
2454-6/00	Fabricação de materiais para usos médicos, hospitalares e odontológicos	200,00
	FABRICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	
	Fabricação de inseticidas	
2461-9/00	Fabricação de inseticidas	400,00
	Fabricação de fungicidas	
2462-7/00	Fabricação de fungicidas	400,00
	Fabricação de herbicidas	
2463-5/00	Fabricação de herbicidas	400,00
	Fabricação de outros defensivos agrícolas	
2469-4/00	Fabricação de outros defensivos agrícolas	400,00
	FABRICAÇÃO DE SABÕES, DETERGENTES, PRODUTOS DE LIMPEZA E ARTIGOS DE PERFUMARIA	
	Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos	
2471-6/00	Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos	200,00
	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	
2472-4/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	400,00
	Fabricação de artigos de perfumaria e cosméticos	
2473-2/00	Fabricação de artigos de perfumaria e cosméticos	350,00
	FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES, ESMALTES, LACAS E PRODUTOS AFINS	
	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	
2481-3/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	400,00
	Fabricação de tintas de impressão	
2482-1/00	Fabricação de tintas de impressão	400,00
	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	
2483-0/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	400,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS E PREPARADOS QUÍMICOS DIVERSOS	
	Fabricação de adesivos e selantes	
2491-0/00	Fabricação de adesivos e selantes	400,00
	Fabricação de explosivos	
2492-9/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	80,00
2492-9/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	80,00
	Fabricação de catalisadores	
2493-7/00	Fabricação de catalisadores	400,00
	Fabricação de aditivos de uso industrial	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

2494-5/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	350,00
	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	
2495-3/00	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	400,00
	Fabricação de discos e fitas virgens	
2496-1/00	Fabricação de discos e fitas virgens	400,00
	Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	
2499-6/00	Fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	400,00
	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA	
	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	
2511-9/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	400,00
	Recondicionamento de pneumáticos	
2512-7/00	Recondicionamento de pneumáticos	400,00
	Fabricação de artefatos diversos de borracha	
2519-4/00	Fabricação de artefatos diversos de borracha	400,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PLÁSTICO	
	Fabricação de laminados planos e tubulares de plástico	
2521-6/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de plástico	400,00
	Fabricação de embalagem de plástico	
2522-4/00	Fabricação de embalagem de plástico	400,00
	Fabricação de artefatos diversos de plástico	
2529-1/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico, reforçados ou não com fibra de vidro	400,00
2529-1/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais - exclusive na indústria da construção civil	400,00
2529-1/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção civil	400,00
2529-1/99	Fabricação de artefatos de plástico para outros usos	400,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	
	FABRICAÇÃO DE VIDRO E DE PRODUTOS DO VIDRO	
	Fabricação de vidro plano e de segurança	
2611-5/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	350,00
	Fabricação de vasilhames de vidro	
2612-3/00	Fabricação de vasilhames de vidro	350,00
	Fabricação de artigos de vidro	
2619-0/00	Fabricação de artigos de vidro	350,00
	FABRICAÇÃO DE CIMENTO	
	Fabricação de cimento	
2620-4/00	Fabricação de cimento	350,00
	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E ESTUQUE	
2630-1/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série ou sob encomenda	350,00
2630-1/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção civil	350,00
2630-1/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção civil	350,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

2630-1/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	400,00
2630-1/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	400,00
2630-1/99	Fabricação de outros artefatos ou produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque	400,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS	
	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil	
2641-7/01	Fabricação de artefatos de cerâmica ou barro cozido para uso na construção civil - exclusive azulejos e pisos	400,00
2641-7/02	Fabricação de azulejos e pisos	400,00
	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	
2642-5/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	400,00
	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para usos diversos	
2649-2/00	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para usos diversos	400,00
	APARELHAMENTO DE PEDRAS E FABRICAÇÃO DE CAL E DE OUTROS PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	
	Britamento, aparelhamento e outros trabalhos em pedras - não associado a extração	
2691-3/01	Britamento de pedras (não associado à extração)	400,00
2691-3/02	Aparelhamento de pedras para construção (não associado à extração)	400,00
2691-3/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras - exclusive para construção	400,00
	Fabricação de cal virgem, cal hidratada e gesso	
2692-1/00	Fabricação de cal virgem, cal hidratada e gesso	400,00
	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	
2699-9/00	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	400,00
	FUNDIÇÃO	
	Fabricação de peças fundidas de ferro e aço	
2751-0/00	Produção de peças fundidas de ferro e aço	400,00
	Fabricação de peças fundidas de metais não-ferrosos e suas ligas	
2752-9/00	Produção de peças fundidas de metais não-ferrosos e suas ligas	400,00
	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E OBRAS DE CALDEIRARIA PESADA	
2811-8/00	Fabricação de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes e outros fins, inclusive sob encomenda	400,00
	Fabricação de esquadrias de metal	
2812-6/00	Fabricação de esquadrias de metal	400,00
	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	
2813-4/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	400,00
	FABRICAÇÃO DE TANQUES, CALDEIRAS E RESERVATÓRIOS METÁLICOS	
2821-5/01	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

2821-5/02	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	400,00
	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor - exclusiva para aquecimento central e para veículos	
2822-3/01	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor - exclusiva para aquecimento central e para veículos	400,00
2822-3/02	Manutenção e reparação de caldeiras geradoras de vapor - exclusiva para aquecimento central e para veículos	400,00
	FORJARIA, ESTAMPARIA, METALURGIA DO PÓ E SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE METAIS	
	Produção de forjados de aço	
2831-2/00	Produção de forjados de aço	400,00
	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	
2832-0/00	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	400,00
	Produção de artefatos estampados de metal	
2833-9/00	Produção de artefatos estampados de metal	400,00
	Metalurgia do pó	
2834-7/00	Metalurgia do pó	400,00
	Têmpera, cementação e tratamento térmico do aço, serviços de usinagem, galvanotécnica e solda	
2839-8/00	Têmpera, cementação e tratamento térmico do aço, serviços de usinagem, galvanotécnica e solda	400,00
	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CUTELARIA, DE SERRALHERIA E FERRAMENTAS MANUAIS	
	Fabricação de artigos de cutelaria	
2841-0/00	Fabricação de artigos de cutelaria	400,00
	Fabricação de artigos de serralheria	
2842-8/00	Fabricação de artigos de serralheria	200,00
	Fabricação de ferramentas manuais	
2843-6/00	Fabricação de ferramentas manuais	200,00
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS DE METAL	
	Fabricação de embalagens metálicas	
2891-6/00	Fabricação de embalagens metálicas	200,00
	Fabricação de artefatos de trefilados	
2892-4/01	Fabricação de produtos padronizados trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos	400,00
2892-4/99	Fabricação de outros produtos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos	400,00
	Fabricação de artigos de funilaria e de artigos de metal para usos doméstico e pessoal	
2893-2/00	Fabricação de artigos de funilaria e de artigos de metal para usos doméstico e pessoal	200,00
	Fabricação de outros produtos elaborados de metal	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

2899-1/00	Fabricação de outros produtos elaborados de metal	400,00
	FABRICAÇÃO DE MOTORES, BOMBAS, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO	
	Fabricação de motores estacionários de combustão interna, turbinas e outras máquinas motrizes não elétricas - exclusive para aviões e veículos rodoviários	
2911-4/01	Fabricação de motores estacionários de combustão interna, turbinas e outras máquinas motrizes não elétricas, inclusive peças - exclusive para aviões e veículos rodoviários	400,00
2911-4/02	Instalação, reparação e manutenção de máquinas motrizes não-elétricas	200,00
	Fabricação de bombas e carneiros hidráulicos	
2912-2/01	Fabricação de bombas e carneiros hidráulicos, inclusive	400,00
2912-2/02	Reparação e manutenção de bombas e carneiros hidráulicos	200,00
	Fabricação de válvulas, torneiras e registros	
2913-0/01	Fabricação de válvulas, torneiras e registros, inclusive peças	400,00
2913-0/02	Reparação e manutenção de válvulas industriais	200,00
	Fabricação de compressores	
2914-9/01	Fabricação de compressores, inclusive peças	400,00
2914-9/02	Reparação e manutenção de compressores	200,00
	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais - inclusive rolamentos	
2915-7/01	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais - inclusive rolamentos e peças	400,00
2915-7/02	Reparação e manutenção de equipamentos de transmissão para fins industriais	200,00
	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO GERAL	
	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas	
2921-1/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, inclusive peças	400,00
2921-1/02	Instalação, reparação e manutenção de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas	200,00
	Fabricação de estufas elétricas para fins industriais	
2922-0/01	Fabricação de estufas elétricas para fins industriais - inclusive peças	400,00
2922-0/02	Instalação, reparação e manutenção de estufas elétricas para fins industriais	200,00
	Fabricação de máquinas, equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas	
2923-8/00	Fabricação de máquinas, equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas - inclusive peças	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial	
2924-6/01		Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial - inclusive peças	400,00
2924-6/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial	200,00
		Fabricação de equipamentos de ar condicionado	
2925-4/00		Fabricação de equipamentos de ar condicionado	400,00
		Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral	
2929-7/01		Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral - inclusive peças	400,00
2929-7/02		Instalação, reparação e manutenção de outras máquinas e equipamentos de uso geral	200,00
		FABRICAÇÃO DE TRATORES E DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA, AVICULTURA E OBTENÇÃO DE PRODUTOS ANIMAIS	
		Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais	
2931-9/01		Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais - inclusive peças	400,00
2931-9/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos para agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais	200,00
		Fabricação de tratores agrícolas	
2932-7/01		Fabricação de tratores agrícolas - inclusive peças	400,00
2932-7/02		Reparação e manutenção de tratores agrícolas	200,00
		FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS-FERRAMENTA	
		Fabricação de máquinas-ferramenta	
2940-8/01		Fabricação de máquinas-ferramenta - inclusive peças	400,00
2940-8/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas-ferramenta	200,00
		FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL E CONSTRUÇÃO	
		Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria de prospecção e extração de petróleo	
2951-3/01		Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria de prospecção e extração de petróleo - inclusive peças	400,00
2951-3/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos para prospecção e extração de petróleo	200,00
		Fabricação de outras máquinas e equipamentos para a extração de minérios e indústria da construção	
2952-1/01		Fabricação de outras máquinas e equipamentos	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		para a extração de minérios e indústria da construção - inclusive peças	
2952-1/02		Instalação, reparação e manutenção de outras máquinas e equipamentos para a extração de minérios e indústria da construção	200,00
		Fabricação de tratores de esteira e tratores de uso na construção e mineração	
2953-0/01		Fabricação de tratores de esteira e tratores de uso na construção e mineração - inclusive peças	400,00
2953-0/02		Reparação e manutenção de tratores de esteira e tratores de uso na construção e mineração	200,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos de terraplenagem e pavimentação	
2954-8/01		Fabricação de máquinas e equipamentos de terraplenagem e pavimentação	400,00
2954-8/02		Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos de terraplenagem e pavimentação	200,00
		FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO ESPECÍFICO	
		Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica - exclusive máquinas - ferramenta	
2961-0/01		Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, inclusive peças - exclusive máquinas-ferramenta	400,00
2961-0/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas para indústria metalúrgica	200,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias alimentar, de bebidas e fumo	
2962-9/01		Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias alimentar, de bebidas e fumo - inclusive peças	400,00
2962-9/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos para as indústrias alimentar, de bebidas e fumo	200,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil	
2963-7/01		Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil - inclusive peças	400,00
2963-7/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil	200,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário e de couro e calçados	
2964-5/01		Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário e de couro e calçados - inclusive peças	400,00
2964-5/02		Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos do vestuário	200,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos para indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos	
2965-3/01		Fabricação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão - inclusive peças	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

2965-3/02	Instalação, reparação e manutenção de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão	200,00
	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico	
2969-6/01	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico - inclusive peças	400,00
2969-6/02	Instalação, reparação e manutenção de outras máquinas e equipamentos de uso específico	200,00
	FABRICAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELÉTRICOS	
	Fabricação de geradores de corrente contínua ou alternada	
3111-9/01	Fabricação de geradores de corrente contínua ou alternada, inclusive peças	400,00
3111-9/02	Instalação, reparação e manutenção de geradores de corrente contínua ou alternada	200,00
	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes	
3112-7/01	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, inclusive peças	400,00
3112-7/02	Instalação, reparação e manutenção de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes	200,00
	Fabricação de motores elétricos	
3113-5/01	Fabricação de motores elétricos, inclusive peças	400,00
3113-5/02	Recuperação de motores elétricos	200,00
	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos	
3142-9/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos	400,00
3142-9/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos	200,00
	FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO	
	Fabricação de lâmpadas	
3151-8/00	Fabricação de lâmpadas	400,00
	Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação - exclusive para veículos	
3152-6/00	Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação - exclusive para veículos	400,00
	FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA VEÍCULOS - EXCLUSIVE BATERIAS	
3160-7/00	Fabricação de material elétrico para veículos - exclusive baterias	400,00
	FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS E APARELHOS ELÉTRICOS	
3191-7/00	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroimãs e isoladores	400,00
	Fabricação de aparelhos e utensílios para sinalização e alarme	
3192-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		sinalização e alarme	
		Fabricação de outros aparelhos ou equipamentos elétricos	
	3199-2/00	Fabricação de outros aparelhos ou equipamentos elétricos	400,00
		FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO BÁSICO	
	3210-7/00	Fabricação de material eletrônico básico	400,00
		FABRICAÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E RADIOTELEFONIA E DE TRANSMISSORES DE TELEVISÃO E RÁDIO	
	3221-2/01	Fabricação de equipamentos transmissores de rádio e televisão e de equipamentos para estações telefônicas, para radiotelefonia e radiotelegrafia, de microondas e repetidoras - inclusive peças	400,00
	3221-2/02	Manutenção de equipamentos transmissores de rádio e televisão e de equipamentos para estações telefônicas, para radiotelefonia e radiotelegrafia - inclusive de microondas e repetidoras	200,00
		Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	
	3222-0/01	Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes, inclusive peças	400,00
	3222-0/02	Manutenção e reparação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes	200,00
		RECONDICIONAMENTO OU RECUPERAÇÃO DE MOTORES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	
	3450-9/00	Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	400,00
		FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	
		Fabricação de móveis com predominância de madeira	
	3611-0/01	Fabricação de móveis com predominância de madeira	400,00
	3611-0/02	Serviços de montagem de móveis de madeira para consumidor final	200,00
		Fabricação de móveis com predominância de metal	
	3612-9/01	Fabricação de móveis com predominância de metal	400,00
	3612-9/02	Serviços de montagem de móveis de metal para consumidor final	200,00
		Fabricação de móveis de outros materiais	
	3613-7/01	Fabricação de móveis de outros materiais	350,00
	3613-7/02	Serviços de montagem de móveis de materiais diversos (exclusive madeira e metal), para consumidor final	150,00
		Fabricação de colchões	
	3614-5/00	Fabricação de colchões	350,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	RECICLAGEM	
	RECICLAGEM DE SUCATAS METÁLICAS	
3710-9/00	Reciclagem de sucatas metálicas	
	Reciclagem de sucatas metálicas	150,00
	RECICLAGEM DE SUCATAS NÃO-METÁLICAS	
	Reciclagem de sucatas não-metálicas	
3720-6/00	Reciclagem de sucatas não-metálicas	150,00
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
4010-0/01	Produção de energia elétrica	400,00
4010-0/02	Transmissão e a distribuição de energia elétrica	400,00
4010-0/03	Serviço de medição de consumo de energia elétrica	400,00
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS ATRAVÉS DE TUBULAÇÕES	
	Produção e distribuição de gás através de tubulações	
4020-7/01	Produção e distribuição de gás através de tubulações	400,00
4020-7/02	Distribuição de combustíveis gasosos de qualquer tipo por sistema de tubulação	400,00
4020-7/03	Serviços de medição de consumo de gás	400,00
	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
	Captação, tratamento e distribuição de água	
4100-9/01	Captação, tratamento e distribuição de água canalizada	400,00
4100-9/02	Serviço de medição de consumo de água	400,00
	CONSTRUÇÃO	
	CONSTRUÇÃO	
	PREPARAÇÃO DO TERRENO	
	Demolição e preparação do terreno	
4511-0/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	250,00
4511-0/02	Preparação de terrenos	250,00
	Perfurações e execução de fundações destinadas à construção civil	
4512-8/01	Perfurações e execução de fundações destinadas à construção civil	300,00
4512-8/02	Sondagens destinadas à construção civil	300,00
	Grandes movimentações de terra	
4513-6/00	Terraplenagem e outras movimentações de terra	300,00
	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	
4521-7/00	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	300,00
	Obras Viárias	
4522-5/01	Obras viárias (rodovias, vias férreas e aeroportos)	300,00
4522-5/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	200,00
	Grandes estruturas e obras de arte	
4523-3/00	Grandes estruturas e obras de arte	400,00
	Obras de urbanização e paisagismo	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

4524-1/00	Obras de urbanização e paisagismo	300,00
	Montagem de estruturas	
4525-0/01	Montagem de estruturas metálicas, exclusive andaimes	300,00
4525-0/02	Montagens de andaimes	150,00
	Obras de outros tipos	
4529-2/01	Obras marítimas e fluviais	300,00
4529-2/02	Obras de irrigação	300,00
4529-2/03	Construção de redes de água e esgoto	300,00
4529-2/04	Construção de redes de transportes por dutos	300,00
4529-2/05	Perfuração e construção de poços de águas	300,00
4529-2/99	Outras obras de engenharia civil	300,00
	OBRAS DE INFRAESTRUTURA PARA ENGENHARIA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES	
	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	
4531-4/00	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	300,00
	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	
4532-2/01	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	300,00
4532-2/02	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	300,00
	Construção de estações e redes de telefonia e comunicação	
4533-0/00	Construção de estações e redes de telefonia e comunicação	300,00
	Construção de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente	
4534-9/00	Construção de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente	300,00
	OBRAS DE INSTALAÇÕES	
	Instalações elétricas	
4541-1/00	Instalação e manutenção elétrica em edificações, inclusive elevadores, escadas, esteiras rolantes e antenas	300,00
	Instalações de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	
4542-0/00	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	300,00
	Instalações hidráulicas, sanitárias, de gás e de sistema de prevenção contra incêndio	
4543-8/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	300,00
4543-8/02	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	300,00
	Outras obras de instalações	
4549-7/01	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	300,00
4549-7/03	Tratamentos acústico e térmico	300,00
4549-7/04	Instalação de anúncios	200,00
4549-7/99	Outras obras de instalações	300,00
	OBRAS DE ACABAMENTOS E SERVIÇOS AUXILIARES DA CONSTRUÇÃO	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	Alvenaria e reboco	
4551-9/01	Obras de alvenaria e reboco	150,00
4551-9/02	Obras de acabamento em gesso e estuque	150,00
	Impermeabilização e serviços de pintura em geral	
4552-7/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	300,00
4552-7/02	Serviços de pintura em edificações em geral	150,00
	Outros serviços auxiliares da construção	
4559-4/01	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, inclusive de esquadrias	150,00
4559-4/02	Serviços de revestimentos e aplicação de resinas em interiores e exteriores	150,00
4559-4/99	Outras obras de acabamento da construção	150,00
	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO COM OPERÁRIOS	
4560-8/00	Aluguel de máquinas e equipamentos de construção e demolição com operários	300,00
	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	
	COMÉRCIO A VAREJO E POR ATACADO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	
5010-5/01	Comércio por atacado de veículos automotores	400,00
5010-5/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	400,00
5010-5/03	Comércio a varejo de caminhões novos	400,00
5010-5/04	Comércio a varejo de reboques e semi-reboques novos	350,00
5010-5/05	Comércio a varejo de ônibus e microônibus novos	400,00
5010-5/06	Comércio a varejo de veículos automotores usados	400,00
5010-5/07	Intermediários do comércio de veículos automotores	250,00
	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	
5020-2/01	Serviços de manutenção e reparação de automóveis	80,00
5020-2/02	Serviços de manutenção e reparação de caminhões, ônibus e outros veículos pesados	80,00
5020-2/03	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos	50,00
5020-2/04	Serviços de borracheiros e gomaria	10,00
5020-2/05	Serviços de manutenção e reparação de ar condicionado para veículos automotores	50,00
5020-2/06	Serviços de reboque de veículos	80,00
	COMÉRCIO A VAREJO E POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	
5030-0/01	Comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores	300,00
5030-0/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras de ar	300,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

5030-0/03	Comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores	300,00
5030-0/04	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras de ar	300,00
5030-0/05	Intermediários do comércio de peças e acessórios para veículos automotores	90,00
	COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS, PARTES PEÇAS E ACESSÓRIOS	
	Comércio a varejo e por atacado de motocicletas, partes, peças e acessórios	
5041-5/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	300,00
5041-5/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	150,00
5041-5/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas	120,00
5041-5/04	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	90,00
5041-5/05	Intermediários do comércio de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	50,00
	Manutenção e reparação de motocicletas	
5042-3/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	30,00
	COMÉRCIO A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS	
	Comércio a varejo de combustíveis	
5050-4/00	Comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores	350,00
	COMÉRCIO POR ATACADO E INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO	
	Intermediários do comércio de matérias primas agrícolas, animais vivos, matérias primas têxteis e produtos semi-acabados	
5111-0/00	Intermediários do comércio de matérias primas agrícolas, animais vivos, matérias primas têxteis e produtos semi-acabados	200,00
	Intermediários do comércio de combustíveis, minerais, metais e produtos químicos industriais	
5112-8/00	Intermediários do comércio de combustíveis, minerais, metais e produtos químicos industriais	200,00
	Intermediários do comércio de madeira, material de construção e ferragens	
5113-6/00	Intermediários do comércio de madeira, material de construção e ferragens	200,00
	Intermediários do comércio de máquinas, equipamentos industriais, embarcações e aeronaves	
5114-4/00	Intermediários do comércio de máquinas, equipamentos industriais, embarcações e aeronaves	200,00
	Intermediários do comércio de móveis e artigos de uso doméstico	
5115-2/00	Intermediários do comércio de móveis e artigos de uso doméstico	200,00
	Intermediários do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de couro	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

5116-0/00	Intermediários do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de couro	200,00
	Intermediários do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	
5117-9/00	Intermediários do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	200,00
	Intermediários do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	
5118-7/00	Intermediários do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	200,00
	Intermediários do comércio de mercadorias em geral (não especializado)	
5119-5/00	Intermediários do comércio de mercadorias em geral (não especializado)	200,00
	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS "IN NATURA"; PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ANIMAIS	
	Comércio atacadista de produtos agrícolas "in natura"; produtos alimentícios para animais	
5121-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios industrializados para animais	250,00
5121-7/02	Comércio atacadista de algodão	250,00
5121-7/03	Comércio atacadista de café em grão	250,00
5121-7/04	Comércio atacadista de soja	250,00
5121-7/05	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	250,00
5121-7/06	Comércio atacadista de cacau em baga	250,00
5121-7/07	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	250,00
5121-7/08	Comércio atacadista de sisal	250,00
5121-7/99	Comércio atacadista de outros cereais e leguminosas em bruto e matérias primas agrícolas diversas	250,00
	Comércio atacadista de animais vivos	
5122-5/01	Comércio atacadista de bovinos	250,00
5122-5/02	Comércio atacadista de eqüinos	250,00
5122-5/03	Comércio atacadista de ovinos	250,00
5122-5/04	Comércio atacadista de suínos	250,00
5122-5/05	Comércio atacadista de outros animais vivos	250,00
5122-5/06	Comércio atacadista de couros, peles, chifres, ossos, cascos, crinas, lã, pelos e cerdas em bruto, penas e plumas	250,00
	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO	
	Comércio atacadista de leite e produtos do leite	
5131-4/00	Comércio atacadista de leite e produtos do leite	250,00
	Comércio atacadista de cereais beneficiados, farinhas, amidos e féculas	
5132-2/01	Comércio atacadista de cereais beneficiados	350,00
5132-2/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	350,00
	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	
5133-0/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	350,00
5133-0/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	350,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

5133-0/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	350,00
	Comércio atacadista de carnes e produtos de carne	
5134-9/00	Comércio atacadista de carnes e produtos de carne	350,00
	Comércio atacadista de pescados	
5135-7/00	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	350,00
	Comércio atacadista de bebidas	
5136-5/01	Comércio atacadista de água mineral	350,00
5136-5/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	350,00
5136-5/99	Comércio atacadista de outras bebidas em geral	350,00
	Comércio atacadista de produtos do fumo	
5137-3/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	350,00
5137-3/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	350,00
	Comércio atacadista de outros produtos alimentícios, não especificados anteriormente	
5139-0/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	350,00
5139-0/02	Comércio atacadista de açúcar	350,00
5139-0/03	Comércio atacadista de óleos refinados e gorduras	350,00
5139-0/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	350,00
5139-0/05	Comércio atacadista de massas alimentícias em geral	350,00
5139-0/06	Comércio atacadista de sorvetes	350,00
5139-0/07	Comércio atacadista de produtos alimentícios para animais domésticos	350,00
5139-0/99	Comércio atacadista de outros produtos alimentícios	350,00
	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE USOS PESSOAL E DOMÉSTICO	
	Comércio atacadista de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	
5141-1/01	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis	350,00
5141-1/02	Comércio atacadista de tecidos	350,00
5141-1/03	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	350,00
5141-1/04	Comércio atacadista de artigos de armarinho	350,00
	Comércio atacadista de artigos do vestuário e complementos	
5142-0/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e complementos, exclusive profissionais e de segurança	350,00
5142-0/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	350,00
5142-0/03	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	350,00
	Comércio atacadista de calçados	
5143-8/00	Comércio atacadista de calçados	350,00
	Comércio atacadista de eletrodomésticos e outros equipamentos de usos pessoal e doméstico	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

5144-6/01	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	350,00
5144-6/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	350,00
	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e odontológicos	
5145-4/01	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso humano	350,00
5145-4/02	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso veterinário	350,00
5145-4/03	Comércio atacadista de instrumentos e materiais médico-cirúrgico- hospitalares	350,00
5145-4/04	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	350,00
5145-4/05	Comércio atacadista de produtos odontológicos	350,00
	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	
5146-2/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	350,00
5146-2/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	350,00
	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; papel, papelão e seus artefatos; livros, jornais, e outras publicações	
5147-0/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	350,00
5147-0/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	350,00
	Comércio atacadista de outros artigos de uso pessoal e doméstico, não especificados anteriormente	
5149-7/01	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	350,00
5149-7/02	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	350,00
5149-7/03	Comércio atacadista de móveis	350,00
5149-7/04	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria, colchoaria; persianas e cortinas	350,00
5149-7/05	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	350,00
5149-7/06	Comércio atacadista de filmes, fitas e discos	350,00
5149-7/99	Comércio atacadista de outros artigos de uso pessoal e doméstico	350,00
	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS NÃO-AGROPECUÁRIOS, RESÍDUOS E SUCATAS	
	Comércio atacadista de combustíveis	
5151-9/01	Comércio atacadista de álcool carburante, gasolina e demais derivados de petróleo - exceto transportador retalhista (TRR)	400,00
5151-9/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	400,00
5151-9/03	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

5151-9/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal - exceto álcool carburante	400,00
5151-9/05	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	400,00
	Comércio atacadista de produtos extrativos de origem mineral	
5152-7/00	Comércio atacadista de produtos extrativos de origem mineral	400,00
	Comércio atacadista de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	
5153-5/01	Comércio atacadista de madeira em bruto e produtos derivados	350,00
5153-5/02	Comércio atacadista de cimento	350,00
5153-5/03	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	350,00
5153-5/04	Comércio atacadista de tintas, vernizes, solventes e similares	350,00
5153-5/05	Comércio atacadista de material elétrico para construção	350,00
5153-5/06	Comércio atacadista de mármore e granitos	350,00
5153-5/99	Comércio atacadista de outros materiais para construção	350,00
	Comércio atacadista de produtos químicos	
5154-3/01	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	350,00
5154-3/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos	350,00
	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	
5155-1/00	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	350,00
	Comércio atacadista de outros produtos intermediários não-agropecuários, não especificados anteriormente	
5159-4/01	Comércio atacadista de embalagens	350,00
5159-4/99	Comércio atacadista de outros produtos intermediários não-agropecuários, não especificados anteriormente	350,00
	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USOS AGROPECUÁRIO, COMERCIAL, DE ESCRITÓRIO, INDUSTRIAL, TÉCNICO E PROFISSIONAL	
	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	
5161-6/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos de uso agropecuário; suas peças e acessórios	400,00
	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para o comércio	
5162-4/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para o comércio; suas peças e acessórios	400,00
	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para escritório	
5163-2/01	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para escritório	400,00
5163-2/02	Comércio atacadista de equipamentos de informática e comunicação	400,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para usos industrial, técnico e profissional e outros usos, não especificados anteriormente	
	5169-1/01	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso industrial	400,00
	5169-1/02	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais	400,00
	5169-1/03	Comércio atacadista de bombas e compressores	400,00
	5169-1/99	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para outros usos não especificados anteriormente	400,00
		COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL OU NÃO COMPREENDIDAS NOS GRUPOS ANTERIORES	
	5191-8/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral	430,00
		Comércio atacadista especializado em mercadorias não especificadas anteriormente	
	5192-6/00	Comércio atacadista especializado em mercadorias não especificadas anteriormente	430,00
		COMÉRCIO VAREJISTA NÃO ESPECIALIZADO	
		Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda superior a 5000 metros quadrados - hipermercados	
	5211-6/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda superior a 5000 metros quadrados - hipermercados	430,00
		Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 5000 metros quadrados - supermercados	
	5212-4/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 5000 metros quadrados - supermercados	430,00
		Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda inferior a 300 metros quadrados - exclusive lojas de conveniência	
	5213-2/01	Minimercados	215,00
	5213-2/02	Mercearias e armazéns varejistas	50,00
		Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios industrializados - lojas de conveniência	
	5214-0/00	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	200,00
		Comércio varejista não especializado, sem predominância de produtos alimentícios	
	5215-9/01	Lojas de departamentos ou magazines	400,00
	5215-9/02	Lojas de variedades de pequeno porte	150,00
	5215-9/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	350,00
		COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO, EM LOJAS	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	ESPECIALIZADAS	
	Comércio varejista de produtos de padaria, de laticínio, frios e conservas	
5221-3/01	Comércio varejista de produtos de padaria e de confeitaria	50,00
5221-3/02	Comércio varejista de laticínios, frios e conservas	50,00
	Comércio varejista de doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes	
5222-1/00	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	50,00
	Comércio varejista de carnes - açougues	
5223-0/00	Comércio varejista de carnes - açougues	50,00
	Comércio varejista de bebidas	
5224-8/00	Comércio varejista de bebidas	50,00
	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente e de produtos do fumo	
5229-9/01	Tabacaria	50,00
5229-9/02	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	50,00
5229-9/03	Peixaria	50,00
5229-9/99	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	50,00
	COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS, ARTIGOS DE ARMARINHO, VESTUÁRIO, CALÇADOS, EM LOJAS ESPECIALIZADAS	
	Comércio varejista de tecidos e artigos de armário	
5231-0/01	Comércio varejista de tecidos	180,00
5231-0/02	Comercio varejista de artigos de armário	50,00
5231-0/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	180,00
	Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	
5232-9/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	180,00
	Comercio varejista de calçados, artigos de couro e de viagem	
5233-7/01	Comercio varejista de calçados	180,00
5233-7/02	Comércio varejista de artigos de couro e de viagem	180,00
	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS, EM LOJAS ESPECIALIZADAS	
	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	
5241-8/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos alopáticos (farmácias e drogarias)	80,00
5241-8/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	80,00
5241-8/03	Farmácias de manipulação	80,00
5241-8/04	Comércio varejista de artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene pessoal	80,00
5241-8/05	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	80,00
5241-8/06	Comércio varejista de medicamentos veterinários	80,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		Comércio varejista de máquinas e aparelhos de usos doméstico e pessoal, discos e instrumentos musicais	
	5242-6/01	Comércio varejista de máquinas e aparelhos de uso doméstico e pessoal	80,00
	5242-6/02	Comércio varejista de artigos fotográficos e cinematográficos	80,00
	5242-6/03	Comércio varejista de instrumentos musicais e acessórios	200,00
	5242-6/04	Comércio varejista de discos e fitas	80,00
		Comércio varejista de móveis, artigos de iluminação e outros artigos para residência	
	5243-4/01	Comércio varejista de móveis	180,00
	5243-4/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	180,00
	5243-4/03	Comércio varejista de artigos de tapeçaria	180,00
	5243-4/04	Comércio varejista de artigos de iluminação	180,00
	5243-4/99	Comércio varejista de outros artigos de utilidade doméstica	180,00
		Comércio varejista de material de construção, ferragens, ferramentas manuais e produtos metalúrgicos; vidros, espelhos e vitrais; tintas e madeiras	
	5244-2/01	Comércio varejista de ferragens, ferramentas e produtos metalúrgicos	180,00
	5244-2/02	Comércio varejista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	180,00
	5244-2/03	Comércio varejista de material para pintura	180,00
	5244-2/04	Comércio varejista de madeira e seus artefatos	180,00
	5244-2/05	Comércio varejista de materiais elétricos para construção	180,00
	5244-2/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	200,00
		Comércio varejista de equipamentos e materiais para escritório; informática e comunicação	
	5245-0/01	Comércio varejista de máquinas e equipamentos para escritório	180,00
	5245-0/02	Comércio varejista de máquinas, equipamentos e materiais de informática	180,00
	5245-0/03	Comércio varejista de máquinas, equipamentos e materiais de comunicação	180,00
		Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	
	5246-9/01	Comércio varejista de livros	50,00
	5246-9/02	Comércio varejista de artigos de papelaria	50,00
	5246-9/03	Comércio varejista de jornais e revistas	50,00
		Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	
	5247-7/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	350,00
		Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	
	5249-3/01	Comércio varejista de artigos de ótica	180,00
	5249-3/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria e joalheria	180,00
	5249-3/03	Comércio varejista de artigos de "souvenirs",	80,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÔIA

	bijuterias e artesanatos	
5249-3/04	Comércio varejista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos; suas peças e acessórios	180,00
5249-3/05	Comércio varejista de artigos esportivos	180,00
5249-3/06	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	180,00
5249-3/07	Comércio varejista de plantas e flores naturais e artificiais e frutos ornamentais	80,00
5249-3/08	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e "camping"	80,00
5249-3/09	Comércio varejista de armas e munições	300,00
5249-3/10	Comércio varejista de objetos de arte	200,00
5249-3/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	200,00
	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS, EM LOJAS	
5250-7/01	Comércio varejista de artigos usados, em lojas	50,00
5250-7/99	Comércio varejista de antiguidades	50,00
	Comércio varejista de outros artigos usados, em lojas	
	COMÉRCIO VAREJISTA NÃO REALIZADO EM LOJAS	
	Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo ou pedido pelo correio	
5261-2/01	Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo ou pedido pelo correio	200,00
5261-2/02	Comércio varejista de artigos em geral, por televisão, internet e outros meios de comunicação	200,00
	Comércio varejista realizado em vias públicas, postos móveis, através de máquinas automáticas e a domicílio	
5269-8/01	Comércio varejista realizado em vias públicas	20,00
5269-8/02	Comércio varejista a domicílio	30,00
5269-8/03	Comércio varejista realizado em postos móveis	30,00
5269-8/04	Comércio varejista realizado através de máquinas automáticas	80,00
	REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	
	Reparação e manutenção de máquinas e de aparelhos eletrodomésticos	
5271-0/00	Reparação e manutenção de máquinas e de aparelhos eletrodomésticos	50,00
	Reparação de calçados	
5272-8/00	Reparação de calçados	10,00
	Reparação de outros objetos pessoais e domésticos	
5279-5/01	Chaveiros	10,00
5279-5/99	Reparação de outros objetos pessoais e domésticos	10,00
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	
	ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS E OUTROS TIPOS DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO	
	Estabelecimentos hoteleiros, com	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		restaurante	
	5511-5/01	Hotel com restaurante	
	5511-5/02	Apart-hotel (usado como hotel), com restaurante	300,00
	5511-5/03	Motel (com serviço de alimentação)	300,00
		Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante	
	5512-3/01	Hotel sem restaurante	250,00
	5512-3/02	Apart-hotel (usado como hotel), sem restaurante	250,00
	5512-3/03	Motel (sem serviço de alimentação)	80,00
		Outros tipos de alojamento	
	5519-0/01	Albergues, exclusive assistenciais	50,00
	5519-0/02	Camping	50,00
	5519-0/03	Pensão com serviço de alimentação	50,00
	5519-0/04	Pensão sem serviço de alimentação	30,00
	5519-0/99	Outros tipos de alojamento	30,00
		RESTAURANTES E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	
		Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	
	5521-2/01	Restaurante	90,00
	5521-2/02	Choperias, whiskeria e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	150,00
		Lanchonetes e similares	
	5522-0/00	Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares	50,00
		Cantina (serviço de alimentação privativo)	
	5523-9/01	Cantina (serviço de alimentação privativo) - exploração própria	50,00
	5523-9/02	Cantina (serviço de alimentação privativo) - exploração por terceiros	50,00
		Fornecimento de comida preparada	
	5524-7/01	Fornecimento de alimentos preparados	80,00
	5524-7/02	Serviços de <i>buffet</i>	110,00
		Outros serviços de alimentação	
	5529-8/00	Outros serviços de alimentação (em "trailers", quiosques, veículos e outros equipamentos)	30,00
		TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	
		Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano	
	6023-2/01	Transporte rodoviário de passageiros, regular, municipal urbano	400,00
	6023-2/02	Transporte rodoviário de passageiros, regular, intermunicipal metropolitano	400,00
		Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano	
	6024-0/01	Transporte rodoviário de passageiros, regular, municipal não urbano	400,00
	6024-0/02	Transporte rodoviário de passageiros, regular, intermunicipal	400,00
	6024-0/03	Transporte rodoviário de passageiros, regular, interestadual	400,00
	6024-0/04	Transporte rodoviário de passageiros, regular, internacional	400,00
		Transporte rodoviário de passageiros, não regular	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NOIA

6025-9/01	Serviços de táxis	300,00
6025-9/02	Locação de veículos rodoviários de passageiros com motorista, municipal	400,00
6025-9/03	Locação de veículos rodoviários de passageiros com motorista, intermunicipal, interestadual e internacional	400,00
6025-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios municipal	350,00
6025-9/05	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	400,00
6025-9/06	Transporte escolar municipal	80,00
6025-9/07	Transporte escolar intermunicipal	200,00
6026-7/01	Transporte rodoviário de cargas, em geral Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal	400,00
6026-7/02	Transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional	400,00
6026-7/03	Locação de veículos rodoviários de carga, com motorista	400,00
6027-5/00	Transporte rodoviário de produtos perigosos Transporte rodoviário de produtos perigosos	400,00
6028-3/01	Transporte rodoviário de mudanças Transporte rodoviário de mudanças	400,00
6028-3/02	Serviço de guarda-móveis	200,00
	TRANSPORTE AÉREO, NÃO REGULAR	
6220-0/01	Transporte aéreo, não regular Serviços de táxis aéreos e locação de aeronaves com tripulação	400,00
6220-0/02	Outros serviços de transporte aéreo, não regular	400,00
	MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CARGAS	
6311-8/00	Carga e descarga Carga e descarga	350,00
6312-6/01	Armazenamento e depósitos de cargas Armazéns gerais (emissão de warrants)	350,00
6312-6/02	Outros depósitos de mercadorias para terceiros	350,00
6312-6/03	Depósitos de mercadorias próprias	200,00
	ATIVIDADES AUXILIARES AOS TRANSPORTES	
	Atividades auxiliares aos transportes terrestres	
6321-5/01	Terminais rodoviários e ferroviários	350,00
6321-5/02	Operação de pontes, túneis e rodovias	350,00
6321-5/03	Exploração de estacionamento para veículos	350,00
6321-5/04	Centrais de chamadas e reserva de táxis	200,00
6321-5/99	Outras atividades auxiliares aos transportes terrestres	200,00
	ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS E ORGANIZADORES DE VIAGEM	
	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	
6330-4/00	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	250,00
	ATIVIDADES RELACIONADAS À ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTES DE	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	CARGAS	
	Atividades relacionadas a organização do transporte de cargas	
6340-1/01	Atividades de despachantes aduaneiros	200,00
6340-1/02	Atividades de comissária	200,00
6340-1/03	Agenciamento de cargas	200,00
6340-1/99	Outras atividades relacionadas a organização do transporte de cargas	200,00
	CORREIO E TELECOMUNICAÇÕES	
	CORREIO	
	Atividades do Correio Nacional	
6411-4/01	Atividades do Correio Nacional	400,00
6411-4/02	Atividades do Correio Nacional executadas por <i>franchising</i>	270,00
	Outras atividades de correio	
6412-2/00	Serviços de malotes e entrega rápida, não realizados pelo Correio Nacional	270,00
	TELECOMUNICAÇÕES	
	Telecomunicações	
6420-3/01	Telecomunicações por fio	400,00
6420-3/02	Telecomunicações sem fio	400,00
6420-3/03	Telecomunicações por satélite	400,00
6420-3/04	Outras telecomunicações	400,00
6420-3/05	Provedores de acesso as redes de telecomunicações	350,00
6420-3/06	Serviços de manutenção de redes de telecomunicações	200,00
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	
	BANCO CENTRAL	
6510-2/00	Banco Central	520,00
	INTERMEDIÇÃO MONETÁRIA - DEPÓSITOS À VISTA	
	Bancos comerciais	
6521-8/00	Bancos comerciais	520,00
	Bancos múltiplos (com carteira comercial)	
6522-6/00	Bancos múltiplos (com carteira comercial)	520,00
	Caixas econômicas	
6523-4/00	Caixas econômicas	520,00
	Cooperativas de crédito	
6524-2/01	Bancos cooperativos	520,00
6524-2/02	Cooperativas de crédito mútuo	520,00
6524-2/03	Cooperativas de crédito rural	520,00
	INTERMEDIÇÃO MONETÁRIA - OUTROS TIPOS DE DEPÓSITOS	
	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)	
6531-5/00	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)	520,00
	Bancos de investimento	
6532-3/00	Bancos de investimento	520,00
	Bancos de desenvolvimento	
6533-1/00	Bancos de desenvolvimento	520,00
	Crédito imobiliário	
6534-0/01	Sociedades de crédito imobiliário	520,00
6534-0/02	Associações de poupança e empréstimo	520,00
6534-0/03	Companhias hipotecárias	520,00
	Sociedades de crédito, financiamento e investimento	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

6535-8/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento	520,00
	ARRENDAMENTO MERCANTIL	
	Arrendamento mercantil	
6540-4/00	Arrendamento mercantil	520,00
	OUTRAS ATIVIDADES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	
	Agências de desenvolvimento	
6551-0/00	Agências de desenvolvimento	520,00
	Outras atividades de concessão de crédito	
6559-5/01	Administração de consórcios	520,00
6559-5/02	Administração de cartão de crédito	520,00
6559-5/03	Factoring	520,00
6559-5/04	Caixas de financiamento de corporações	520,00
6559-5/99	Outras atividades de concessão de crédito	520,00
	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
	Fundos mútuos de investimento	
6591-9/00	Fundos mútuos de investimento	520,00
	Sociedades de capitalização	
6592-7/00	Sociedades de capitalização	520,00
	Outras atividades de intermediação financeira, não especificadas anteriormente	
6599-4/01	Clubes de investimento	520,00
6599-4/02	Sociedades de investimento	520,00
6599-4/03	Sociedades de participação	520,00
6599-4/04	Escritórios de representação de bancos estrangeiros	520,00
6599-4/05	Holdings de instituições financeiras	520,00
6599-4/06	Licenciamento, compra e venda e leasing de ativos intangíveis não financeiros, exclusive direitos autorais	520,00
6599-4/07	Gestão de fundos para fins diversos, exclusive investimentos	520,00
6599-4/99	Outras atividades de intermediação financeira, não especificadas anteriormente	520,00
	SEGUROS DE VIDA E NÃO-VIDA	
	Seguros de vida	
6611-7/00	Seguros de vida	420,00
	Seguros não-vida	
6612-5/01	Seguro saúde	420,00
6612-5/99	Outros seguros não-vida	420,00
	Resseguros	
6613-3/00	Resseguros	420,00
	PREVIDÊNCIA PRIVADA	
	Previdência privada fechada	
6621-4/00	Previdência privada fechada	420,00
	Previdência privada aberta	
6622-2/00	Previdência privada aberta	420,00
	PLANOS DE SAÚDE	
	Planos de saúde	
6630-3/00	Planos de saúde	320,00
6719-9/01	Serviços de liquidação e custódia	320,00
6719-9/02	Caixas de liquidação de mercados bursáteis	320,00
6719-9/03	Emissão de vales alimentação, transporte e	320,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NOIA

		similares	
6719-9/99		Outras atividades auxiliares da intermediação financeira, não especificadas anteriormente	320,00
		ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA	
		Atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada	
6720-2/01		Corretores e agentes de seguros e de planos de previdência privada e de saúde	200,00
6720-2/02		Peritos e avaliadores de seguros	200,00
6720-2/03		Auditoria e consultoria atuarial	200,00
6720-2/04		Clube de seguros	200,00
6720-2/99		Outras atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada, não especificadas anteriormente	200,00
		ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	
		Incorporação de imóveis por conta própria	
7010-6/00		Incorporação e compra e venda de imóveis	250,00
		ALUGUEL DE IMÓVEIS	
7020-3/00		Aluguel de imóveis	250,00
		ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS POR CONTA DE TERCEIROS	
7031-9/00		Corretagem e avaliação de imóveis	250,00
		Administração de imóveis por conta de terceiros	
7032-7/00		Administração de imóveis por conta de terceiros	250,00
		CONDOMÍNIOS PREDIAIS	
		Condomínios Prediais	
7040-8/00		Condomínios de prédios residenciais ou não	150,00
		ALUGUEL DE AUTOMÓVEIS	
		Aluguel de automóveis	
7110-2/00		Aluguel de automóveis sem motorista	400,00
		ALUGUEL DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE	
7121-8/00		Aluguel de outros meios de transporte terrestre, inclusive containers	400,00
		Aluguel de embarcações	
7122-6/00		Aluguel de embarcações sem tripulação, exclusive para fins recreativos	400,00
		Aluguel de aeronaves	
7123-4/00		Aluguel de aeronaves sem tripulação	400,00
		ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
7131-5/00		Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas	350,00
		Aluguel de máquinas e equipamentos para construção e engenharia civil	
7132-3/00		Aluguel de máquinas e equipamentos para construção e engenharia civil, inclusive andaime	350,00
		Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios	
7133-1/00		Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios, inclusive computadores e material telefônico	200,00
		Aluguel de máquinas e equipamentos de outros tipos não especificados anteriormente	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

7139-0/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	350,00
7139-0/02	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	350,00
7139-0/03	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	350,00
7139-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais, industriais, elétricos ou não, sem operador	350,00
	ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	
7140-4/01	Aluguel de objetos de vestuário, jóias, calçados e outros acessórios	80,00
7140-4/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal, inclusive instrumentos musicais	80,00
7140-4/03	Aluguel de fitas, vídeos, discos, cartuchos e similares	30,00
7140-4/04	Aluguel de material médico e paramédico	80,00
7140-4/05	Aluguel de material e equipamento esportivo	80,00
7140-4/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos	80,00
	CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA	
7210-9/00	Consultoria e/ou assessoria em sistemas de informática	200,00
	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	
7220-6/00	Desenvolvimento de programas de informática	200,00
	PROCESSAMENTO DE DADOS	
7230-3/00	Processamento de dados	350,00
	ATIVIDADES DE BANCO DE DADOS	
7240-0/00	Atividades de banco de dados	350,00
	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO E DE INFORMÁTICA	
7250-8/00	Manutenção, reparação e instalação de máquinas de escritório e de informática	190,00
	OUTRAS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA, NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	
7290-7/00	Outras atividades de informática, não especificadas anteriormente	190,00
	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	
7310-5/00	Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	230,00
	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	
7320-2/00	Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas	230,00
	SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS	
	ATIVIDADES JURÍDICAS, CONTÁBEIS E DE ASSESSORIA EMPRESARIAL	
	Atividades jurídicas	
7411-0/01	Serviços advocatícios	120,00
7411-0/02	Atividades cartoriais	120,00
7411-0/03	Atividades auxiliares da justiça	120,00
	Atividades de contabilidade e auditoria	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

7412-8/01	Atividades de contabilidade	80,00
7412-8/02	Atividades de auditoria contábil	120,00
7413-6/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública Pesquisas de mercado e de opinião pública	200,00
7414-4/00	Gestão de participações societárias (holdings) Gestão de participações societárias (holdings)	200,00
7415-2/00	Sedes de empresas e unidades administrativas locais Sedes de empresas e unidades administrativas locais	200,00
7416-0/01	Atividades de assessoria em gestão empresarial Assessoria às atividades agrícolas e pecuárias	350,00
7416-0/02	Atividades de assessoria em gestão empresarial	350,00
7420-9/01	SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA E DE ACESSORAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO Serviços técnicos de arquitetura	120,00
7420-9/02	Serviços técnicos de engenharia	120,00
7420-9/03	Serviços técnicos de cartografia, topografia e geodésia	120,00
7420-9/04	Atividades de prospecção geológica	120,00
7420-9/05	Serviços de desenho técnico especializado	120,00
7420-9/99	Outros serviços técnicos especializados	120,00
	ENSAIOS DE MATERIAIS E DE PRODUTOS; ANÁLISE DE QUALIDADE Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade	
7430-6/00	Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade	200,00
7440-3/01	PUBLICIDADE Agências de publicidade e propaganda	200,00
7440-3/02	Agenciamento e locação de espaços publicitários	200,00
7440-3/99	Outros serviços de publicidade	200,00
	SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS Seleção e agenciamento de mão-de-obra	200,00
7450-0/01	Locação de mão-de-obra	200,00
	ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA Atividades de investigação particular	120,00
7460-8/01	Atividades de vigilância e segurança privada	350,00
7460-8/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	120,00
7460-8/03	Serviços de transporte de valores	400,00
7460-8/04	ATIVIDADES DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMÍLIOS Atividades de limpeza em imóveis	200,00
7470-5/01	Serviços de dedetização, desratização, descupinização e similares	200,00
7470-5/02	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS Estúdios fotográficos	80,00
7491-8/01	Exploração de máquinas fotográficas de auto	80,00
7491-8/02		



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		atendimento	
7491-8/03		Laboratórios fotográficos	80,00
7491-8/04		Serviços de fotografias aéreas, submarinas e similares	300,00
		Atividades de envasamento e empacotamento, por conta de terceiros	
7492-6/00		Atividades de envasamento e empacotamento, por conta de terceiros	200,00
		Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	
7499-3/01		Serviços de tradução, interpretação e similares	80,00
7499-3/02		Serviços de fotocópias e microfilmagem	80,00
7499-3/03		Serviços de contatos telefônicos	80,00
7499-3/04		Serviços de leiloeiros	200,00
7499-3/05		Serviços administrativos para terceiros	200,00
7499-3/06		Serviços de decoração de interiores	200,00
7499-3/07		Serviços de organização de eventos - exclusive culturais e desportivos	200,00
7499-3/08		Serviços de cobrança e de informações cadastrais	200,00
7499-3/99		Outros serviços prestados principalmente às empresas	200,00
		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	
		ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO E DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL	
7511-6/00		Administração pública em geral	380,00
		SEGURIDADE SOCIAL	380,00
		Seguridade social	380,00
7530-2/00		Seguridade social	380,00
		EDUCAÇÃO	
		EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR E FUNDAMENTAL	
		Educação pré-escolar	
8011-0/00		Educação pré-escolar	80,00
		Educação fundamental	
8012-8/00		Educação fundamental	80,00
		EDUCAÇÃO MÉDIA DE FORMAÇÃO GERAL, PROFISSIONALIZANTE OU TÉCNICA	
		Educação média de formação geral	
8021-7/00		Educação média de formação geral	145,00
		Educação média de formação técnica e profissional	
8022-5/00		Educação média de formação técnica e profissional	145,00
		EDUCAÇÃO SUPERIOR	
		Educação Superior	
8030-6/00		Educação Superior	350,00
		FORMAÇÃO PERMANENTE E OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	
		Ensino em auto-escolas e cursos de pilotagem	
8091-8/00		Ensino em auto-escolas e cursos de pilotagem	200,00
		Educação supletiva	
8092-6/00		Educação supletiva	200,00
		Educação continuada ou permanente e	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	aprendizagem profissional	
8093-4/01	Cursos de línguas estrangeiras	90,00
8093-4/02	Cursos de informática	90,00
8093-4/03	Cursos de aprendizagem e treinamento gerencial e profissional	90,00
8093-4/99	Outros cursos de educação continuada ou permanente	90,00
	Ensino à distância	
8094-2/00	Ensino à distância	200,00
	Educação especial	
8095-0/00	Educação especial	80,00
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	
	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO À SAÚDE	
	Atividades de atendimento hospitalar	
8511-1/00	Atividades de atendimento hospitalar	480,00
	Atividades de atendimento a urgências e emergências	
8512-0/00	Atividades de atendimento a urgências e emergências	480,00
	Atividades de atenção ambulatorial	
8513-8/01	Clinica médica	250,00
8513-8/02	Clinica odontológica	250,00
8513-8/03	Serviços de vacinação e imunização humana	200,00
8513-8/99	Outras atividades de atenção ambulatorial	200,00
	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	
8514-6/01	Atividades dos laboratórios de anatomia patológica/citológica	250,00
8514-6/02	Atividades dos laboratórios de análises clínicas	250,00
8514-6/03	Serviços de diálise	250,00
8514-6/04	Serviços de raio-x, radiodiagnóstico e radioterapia	250,00
8514-6/05	Serviços de quimioterapia	250,00
8514-6/06	Serviços de banco de sangue	80,00
8514-6/99	Outras atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	300,00
	Atividades de outros profissionais da área de saúde	
8515-4/01	Serviços de enfermagem	250,00
8515-4/02	Serviços de nutrição	250,00
8515-4/03	Serviços de psicologia	250,00
8515-4/04	Serviços de fisioterapia e terapia ocupacional	250,00
8515-4/05	Serviços de fonoaudiologia	250,00
8515-4/99	Outras atividades de serviços profissionais da área de saúde	250,00
	Outras atividades relacionadas com a atenção à saúde	
8516-2/01	Atividades de terapias alternativas	250,00
8516-2/02	Serviços de acupuntura	250,00
8516-2/03	Serviços de hidroterapia	250,00
8516-2/04	Serviços de banco de leite materno	80,00
8516-2/05	Serviços de banco de espermatozoides	80,00
8516-2/06	Serviços de banco de órgãos	80,00
8516-2/07	Serviços de remoções	250,00
8516-2/99	Outras atividades relacionadas com a atenção à saúde	250,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	SERVIÇOS VETERINÁRIOS	
8520-0/00	Serviços veterinários	110,00
	SERVIÇOS SOCIAIS	
	Serviços sociais com alojamento	
8531-6/01	Asilos	200,00
8531-6/02	Orfanatos	200,00
8531-6/03	Albergues assistenciais	200,00
8531-6/04	Centros de reabilitação para dependentes químicos com alojamento	200,00
8531-6/99	Outros serviços sociais com alojamento	200,00
	Serviços Sociais sem alojamento	
8532-4/01	Creches	90,00
8532-4/02	Centros de reabilitação para dependentes químicos sem alojamento	90,00
8532-4/99	Outros serviços sociais sem alojamento	
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	
	LIMPEZA URBANA E ESGOTO; E ATIVIDADES CONEXAS	
	Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	
9000-0/01	Limpeza urbana - exclusive gestão de aterros sanitários	370,00
9000-0/02	Gestão de aterros sanitários	370,00
9000-0/03	Gestão de redes de esgoto	370,00
9000-0/99	Outras atividades relacionadas a limpeza urbana e esgoto	370,00
	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PATRONAIS E PROFISSIONAIS	
	Atividades de organizações empresariais e patronais	
9111-1/00	Atividades de organizações empresariais e patronais	80,00
	Atividades de organizações profissionais	
9112-0/00	Atividades de organizações profissionais	80,00
	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS	
	Atividades de organizações sindicais	
9120-0/00	Atividades de organizações sindicais	80,00
	OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	
	Atividades de organizações religiosas	
9191-0/00	Atividades de organizações religiosas	80,00
	Atividades de organizações políticas	
9192-8/00	Atividades de organizações políticas	80,00
	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	
9199-5/00	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	80,00
	ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS	
	ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E DE VIDEO	
	Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo	
9211-8/01	Estúdios cinematográficos	350,00
9211-8/02	Atividades de produção de filmes e fitas de	200,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

		vídeo, exclusive estúdios cinematográficos	
9211-8/03		Serviços de dublagem e mixagem sonora	350,00
9211-8/99		Outras atividades relacionadas a produção de filmes e fitas de vídeos	200,00
		Distribuição de filmes e de vídeos	
9212-6/00		Distribuição de filmes e de vídeos	200,00
		Projeção de filmes e de vídeos	
9213-4/00		Projeção de filmes e de vídeos	350,00
		ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	
		Atividades de rádio	
9221-5/00		Atividades de rádio	320,00
		Atividades de televisão	
9222-3/01		Atividades de televisão aberta	350,00
9222-3/02		Atividades de televisão por assinatura	320,00
		OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS	
9231-2/01		Companhias de teatro	200,00
9231-2/02		Outras companhias artísticas, exclusive de teatro	200,00
9231-2/03		Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	200,00
9231-2/04		Restauração de obras de arte	200,00
9231-2/05		Gestão de direitos autorais de obras artísticas, literárias e musicais	200,00
9231-2/99		Outros serviços especializados ligados às atividades artísticas	200,00
		Gestão de salas de espetáculos	
9232-0/01		Exploração de salas de espetáculos	200,00
9232-0/02		Agências de venda de ingressos para salas de espetáculos	80,00
9232-0/03		Estúdios de gravação de som	200,00
9232-0/04		Serviços de sonorização e outras atividades ligadas à gestão de salas de espetáculos	200,00
		Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente	
9239-8/01		Produção de espetáculos circenses, marionetes e similares	200,00
9239-8/02		Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	200,00
9239-8/03		Acadêmias de dança	200,00
9239-8/04		Discotecas, danceterias e similares	200,00
9239-8/99		Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente	200,00
		ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS	
9240-1/00		Atividades de agências de notícias	350,00
		ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS	
9251-7/00		Atividades de bibliotecas e arquivos	80,00
		Atividades de museus e conservação do patrimônio histórico	
9252-5/01		Gestão de museus	200,00
9252-5/02		Conservação de lugares e edifícios históricos	200,00
		Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas	
9253-3/00		Atividades de jardins botânicos, zoológicos,	200,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

	parques nacionais e reservas ecológicas	
	ATIVIDADES DESPORTIVAS E OUTRAS	
	RELACIONADAS AO LAZER	
	Atividades desportivas	
9261-4/01	Clubes sociais, desportivos e similares	200,00
9261-4/02	Organização e exploração de atividades desportivas	350,00
9261-4/03	Gestão de instalações desportivas	350,00
9261-4/04	Ensino de esportes	200,00
9261-4/05	Academias de ginástica	200,00
9261-4/06	Atividades ligadas à corrida de cavalos	200,00
9261-4/99	Outras atividades desportivas	200,00
	Outras atividades relacionadas ao lazer	
9262-2/01	Exploração de bingos	400,00
9262-2/02	Atividades das concessionárias e da venda de bilhetes de loterias	170,00
9262-2/03	Atividades de sorteio via telefone	350,00
9262-2/04	Exploração de outros jogos de azar	350,00
9262-2/05	Exploração de boliches	150,00
9262-2/06	Exploração de fliperamas e jogos eletrônicos	150,00
9262-2/07	Exploração de parques de diversões e similares	300,00
9262-2/99	Outras atividades relacionadas ao lazer	150,00
	SERVIÇOS PESSOAIS	
	Lavanderias e tinturarias	
9301-7/01	Lavanderias e tinturarias	80,00
9301-7/02	Toalheiros	80,00
	Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza	
9302-5/01	Cabeleireiros	50,00
9302-5/02	Manicures e outros serviços de tratamento de beleza	20,00
	Atividades funerárias e conexas	
9303-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	350,00
9303-3/02	Serviços de cremação de cadáveres humanos e animais	350,00
9303-3/03	Serviços de sepultamento	80,00
9303-3/04	Serviços de funerárias	80,00
9303-3/99	Outras atividades funerárias	80,00
	Atividades de manutenção do físico corporal	
9304-1/00	Atividades de manutenção do físico corporal	120,00
	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente	
9309-2/01	Atividades de agências matrimoniais	200,00
9309-2/02	Atividades de embelezamento de animais	120,00
9309-2/99	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente	80,00
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	
	Serviços domésticos	
9500-1/00	Serviços domésticos	80,00
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS	
	INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
9900-7/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	400,00

JOSE DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO II

**TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA
FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL**

1- Prorrogação e/ou antecipação de horário durante o exercício:

a) Até as 22:00 horas	R\$
I - Por dia:	5,00
II - Por mês:	20,00
III - Por ano:	200,00
b) Além das 22:00 horas	
I - Por dia:	5,00
II - Por mês:	25,00
III - Por ano:	250,00

2 - Prorrogação de horário nos períodos festivos:

a) Por mês:	50,00
--------------------	--------------

3 - Excetua-se do disposto neste anexo as drogarias, farmácias e estabelecimentos de saúde.


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

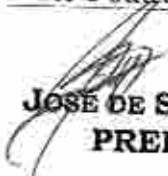
LEI n.º 332/2013.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO III

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DOS
MEIOS DE PUBLICIDADE

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	R\$	PERIODICIDADE
I	Tabuletas (outdoor) para afixação de cartazes substituíveis, de papel de 32 folhas, por unidade.	22,00	Bimestral
II	Indicadores de hora ou temperatura, por unidade	44,00	Semestral
III	Indicadores de bairros e locais turísticos, por unidade	6,50	Trimestre
IV	Anúncios provisórios, por unidade	13,00	Semestral
V	Panfletos e prospectos, por local	6,50	Diária
VI	Anúncios em veículos de transportes de passageiros, m ²	6,50	Semestral
VII	Anúncios em veículos de propulsão humana, por m ²	4,50	Semestral
VIII	Veículo automotor de propaganda, por unidade	54,00	Mensal
IX	Veículos de propulsão humana, por unidade	5,50	Mensal
X	Infláveis, por unidade	44,00	Mensal
XI	Apregoador de viva voz, por unidade	2,50	Diária
XII	Faixas, por unidade	8,00	Semanal
XIII	Bancos, mesas, sombrinhas e protetores de árvores, em locais públicos ou de permissionários públicos	2,50	Trimestral
XIV	Postes indicativos de paradas de coletivos, por unidade	18,00	Semestral
XV	Anúncios em abrigos, por unidade	6,50	Semestral
XVI	Bóias flutuantes, por unidade	64,00	Mensal
XVII	Postes indicadores de logradouros, por unidade	18,00	Semestral
XVIII	Anúncios, por m ² , com dimensão mínima de 1m ² : a) Indicativos:	3,50	Semestral
	b) Publicitários:	8,50	Mensal
XIX	Lixeiras,	8,00	Semestral
XX	Engenhos publicitários movimentados, por m ² .	5,50	Mensal
XXI	Engenhos publicitários rígidos, por m ² .	4,00	Mensal
XXII	Propaganda ao ar livre em engenhos dos tipos painéis com suporte auto-portante (backlight, frontlight, biface, triface, eletrônico publicitário e outros).	100,00	Semestral


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO
COMÉRCIO OU ATIVIDADE ECONÔMICA EVENTUAL OU AMBULANTE

ESPECIFICAÇÕES		R\$	
		p/ dia	p/ mês
I	Alimentos preparados, inclusive refrigerantes.	2,00	60,00
II	Aparelhos elétricos de uso doméstico.	2,00	60,00
III	Armários e miudezas.	2,00	60,00
IV	Artefatos de couro.	2,00	60,00
V	Artigos carnavalescos.	2,00	60,00
VI	Artigos para fumantes.	2,00	60,00
VII	Artigos de papelaria.	2,00	60,00
VIII	Artigos religiosos.	2,00	60,00
IX	Artigos de toucador.	2,00	60,00
X	Automóveis.	2,00	60,00
XI	Baralhos e outros artigos de jogos de azar.	5,00	150,00
XII	Bebidas alcoólicas.	2,00	60,00
XIII	Brinquedos e artigos ornamentais.	2,00	60,00
XIV	Confecções.	2,00	60,00
XV	Frutas nacionais e estrangeiras.	2,00	60,00
XVI	Gêneros e produtos alimentícios em geral.	2,00	60,00
XVII	Jóias e bijuterias.	2,00	60,00
XVIII	Louças, ferragens e artefatos de plásticos e de borracha, vassouras, escovas e assemelhados.	2,00	60,00
XIX	Malhas, meias, gravatas e lenços.	2,00	60,00
XX	Tecidos.	2,00	60,00
XXI	Pelos, pelucas, plumas e confecções de luxo.	2,00	60,00
XXII	Comércio ambulante com utilização de:	2,00	60,00
	a) carretas.	5,00	150,00
	b) caminhões.	5,00	150,00
	c) camionetas ou similares.	5,00	150,00


JOSE DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ABATE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Bovinos/Bubalinos.	Por cabeça	10,00
Ovinos.	Por cabeça	5,00
Caprinos.	Por cabeça	5,00
Suínos.	Por cabeça	7,00


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE
OBRAS, LOTEAMENTOS E HABITE-SE

ESPECIFICAÇÃO	R\$
01: Construção, Reforma e Ampliação de prédios e residências por m²	
a) de 001 a 050	Isento
b) de 051 a 100	0,95
c) de 101 a 150	0,97
d) de 151 a 200	1,16
e) de 201 a 250	1,20
f) de 251 a 300	1,25
g) de 301 a 350	1,28
h) de 351 a 400	1,31
i) de 401 a 450	1,35
j) de 451 a 500	1,40
k) acima de 501	1,44
02: Construção, Reforma e Ampliação de prédios n residenciais por m²	
a) de 001 a 050	0,95
b) de 051 a 100	0,97
c) de 101 a 150	1,16
d) de 151 a 200	1,20
e) de 201 a 250	1,25
f) de 251 a 300	1,28
g) de 301 a 350	1,31
h) de 351 a 400	1,35
i) de 401 a 450	1,40
j) de 451 a 500	1,44
k) acima de 501	1,48
03: Reforma e reparos de prédios residenciais por m²	1,53
04: Reformas e reparos de prédios comerciais por m²	1,57
05: Construção de muro, por metro linear	1,61
06: Demolição de prédios, por m²	1,66
07: Para execução de levantamento de loteamento e terrenos p/100m² ou fração	
a) por terreno até 30.000 m², a cada 100 m²	2,09
b) pelo que exceder 30.000 m², a cada 100 m²	4,81
08: Desmembramentos e Loteamentos, por m²	
a) de 001 a 125	30,51
b) de 126 a 200	27,96
c) de 201 a 250	26,93
d) de 251 a 300	25,40
e) de 301 a 350	23,87
f) de 351 a 400	22,85
g) de 401 a 450	21,82
h) de 451 a 500	20,29
i) acima de 501	19,27



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

09: Aprovação de Arruamentos:

a) Com meio fio e linha d'água, por metro linear	9,63
b) Com toda a infra-estrutura básica, por metro linear.	19,18

10: Vistoria para comprovar condições de habitabilidade "habite-se"

10.01 - Residencial:

a) de 001 a 050	
b) de 051 a 100	isento
c) de 101 a 150	0,76
d) de 151 a 200	0,97
e) de 201 a 250	1,78
f) de 251 a 300	1,83
g) de 301 a 350	1,88
h) de 351 a 400	1,94
i) de 401 a 450	1,99
j) de 451 a 500	2,03
k) acima de 501	2,09
	2,14

10.02 - Comercial e Mista, por m²:

a) de 001 a 050	
b) de 051 a 100	0,76
c) de 101 a 150	0,97
d) de 151 a 200	1,78
e) de 201 a 250	1,83
f) de 251 a 300	1,88
g) de 301 a 350	1,94
h) de 351 a 400	1,99
i) de 401 a 450	2,03
j) de 451 a 500	2,09
k) acima de 501	2,14
	2,19

11: Regularização de Habite-se, por m²:

a) residencial	
b) não residencial	1,22
	1,66


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO VII

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE
ÁREAS EM PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

DISCRIMINAÇÃO	R\$
1. Feira Livre:	
Por dia e por m ²	0,50
2. Eventos populares:	
Por dia e por m ²	3,00
3. Eventos Comerciais e de Prestação de Serviços:	
Por dia e por m ²	10,00


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO VIII

TAXA DE COLETA, TRANSPORTE E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

01 - RESIDENCIAIS:

Faixas por área de construção	Valores em R\$ por m ²		
	Coleta/Transporte	Destinação Final	Somatório
1ª : de 0 até 30 m ²	0,20	0,05	0,25
2ª : de 31 até 60 m ²	0,21	0,05	0,26
3ª : de 61 até 90 m ²	0,22	0,05	0,27
4ª : de 91 até 120 m ²	0,23	0,06	0,29
5ª : de 121 até 200 m ²	0,24	0,06	0,30
6ª : de 201 até 350 m ²	0,25	0,06	0,31
7ª : Acima de 350 m ²	0,26	0,07	0,33

02 - COMERCIO E SERVIÇOS:

Faixas por área de construção	Valores em R\$ por m ²		
	Coleta/Transporte	Destinação Final	Somatório
1ª : de 0 até 30 m ²	0,57	0,14	0,71
2ª : de 31 até 60 m ²	0,58	0,14	0,72
3ª : de 61 até 90 m ²	0,59	0,14	0,73
4ª : de 91 até 120 m ²	0,60	0,15	0,75
5ª : de 121 até 200 m ²	0,63	0,16	0,79
6ª : de 201 até 350 m ²	0,66	0,17	0,83
7ª : Acima de 350 m ²	0,69	0,18	0,87

03 - INDÚSTRIAS:

Faixas por área de construção	Valores em R\$ por m ²		
	Coleta/Transporte	Destinação Final	Somatório
1ª : de 0 até 250 m ²	0,75	0,18	0,93
2ª : de 251 até 750 m ²	0,90	0,22	1,12
3ª : acima de 750 m ²	1,13	0,28	1,41

04 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR):

Faixas por área de construção	Valores em R\$ por m ²		
	Coleta/Transporte	Destinação Final	Somatório
1ª : de 0 até 350 m ²	0,92	0,22	1,14
2ª : de 351 até 750 m ²	1,21	0,29	1,50
3ª : acima de 750 m ²	1,47	0,36	1,83



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

05 - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO:

Faixas por área de construção	Valores em R\$ por m ²		Somatório
	Coleta/Transporte	Destinação Final	
1ª : de 0 até 90 m ²	0,60	0,14	0,74
2ª : de 91 até 120 m ²	0,65	0,15	0,80
3ª : de 121 até 200 m ²	0,68	0,16	0,84
4ª : de 201 até 350 m ²	0,71	0,17	0,88
5ª : acima de 350 m ²	0,74	0,18	0,92

06 - OUTROS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE:

Faixas por área de construção	Valores em R\$ por m ²		Somatório
	Coleta/Transporte	Destinação Final	
1ª : de 0 até 200 m ²	0,56	0,13	0,69
2ª : de 201 até 350 m ²	0,73	0,18	0,91
3ª : acima de 350 m ²	0,90	0,22	1,12


JOSE DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO IX

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E
LOGRADOUROS PÚBLICOS**

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Para logradouro pavimentado, por tipo de pavimentação e por m².	
a) Reposição de asfalto, por m².	40,00
b) Reposição de calçamento, por m².	15,00


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO X

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS
DIVERSOS

ESPECIFICAÇÕES	R\$
EXPEDIENTE	
01 - BAIXA DE QUALQUER NATUREZA EM LANÇAMENTOS OU REGISTROS.	18,00
02 - CONCESSÕES - Ato do Prefeito Concedendo:	
a) Favores em virtude de Lei Municipal.	10,00
b) Privilégio individual ou à pessoas jurídicas, concedido pelo Município.	50,00
03 - CONTRATOS COM O MUNICÍPIO:	
a) Permissões de uso de terrenos em cemitérios públicos	50,00
b) Prorrogação e transferência de contratos de qualquer natureza celebrados com o Município	18,61
04 - EMISSÃO DE DOCUMENTOS PADRONIZADOS (DAMS)	
a) de arrecadação (por documento)	2,00
b) de segunda via (por cada reemissão até R\$ 5,00)	0,50
c) certidões (por documento)	7,00
05 - AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS:	
a) Talonários (p/unidade)	0,74
b) Formulários contínuos (milheiro)	18,61
c) Livros Fiscais (por unidade)	0,74
06 - RENOVAÇÃO DE ALVARÁS (por semestre)	
	ÁREA DE CONSTRUÇÃO
	= 40 m2 40m2 = 250 m2 > 250 m2
Residencial Unifamiliar, Multifamiliar, Horizontal	18,00 36,00 72,00
Residencial Unifamiliar, Multifamiliar, Vertical	72,00 140,00
Demais Usos	40,00 80,00 160,00
07 - SEGUNDA VIA DE ALVARÁS E HABITE-SE (por documento)	30,00
08 - FORNECIMENTO DE CÓPIAS (por documento)	
a) heliográficas - Conforme Decreto Instituinto Preço Público.	
b) demais documentos - Conforme Decreto Instituinto Preço Público.	
09 - OUTROS ATOS DO PREFEITO OU DE AUTORIDADE COM DELEGÇÃO DE PODERES NÃO ESPECIFICADOS NESTA TABELA, E QUE DEPENDAM DE ANOTAÇÕES, E ATOS ADMINISTRATIVOS DE CARÁTER NORMATIVO	20,00
10 - VISTORIAS:	
a) Vistorias de coletivos (por unidade vistoriada)	20,00
b) Vistoria de Táxis (por unidade)	10,00
SERVIÇOS DIVERSOS	
1 - TAXA DE NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS.	
a) por numeração	8,00
b) por renumeração	8,00
2 - DEMARCAÇÃO, ALINHAMENTO E NIVELAMENTO DE IMÓVEIS:	
a) por serviço de extensão até 12m lineares.	10,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÔIA

b) por serviço de extensão, pelo que exceder a cada 12m lineares.	5,00
c) rebaixamento e colocação de guias, por metro linear.	10,00
3 - TAXA DE MATRÍCULA DE CÃES, POR MATRÍCULA.	8,00
4 - TAXA DE APREENSÃO:	
4.01 - Pelo primeiro dia ou fração:	
a) ambulantes.	10,00
b) demais apreensões.	15,00
4.02 - Por cada dia subsequente:	
a) ambulantes.	3,00
b) demais apreensões.	4,00
5 - CEMITÉRIOS.	
5.01 - Inumação	
I - Sepultura Rasa:	
a) de adulto (para 3 anos)	20,00
b) de infante (para 3 anos)	10,00
II - Jazigo, Mausoléu, Catacumba e Gaveta.	
a) de adulto (para 3 anos)	30,00
b) de infante (para 3 anos)	15,00
5.02 - Prorrogação de Prazo:	
a) sepultura rasa	15,00
b) gaveta, catacumba, carneiro e nicho	30,00
5.03 - Perpetuidade ou Arrendamento:	
a) de cova rasa (manutenção anual)	25,00
b) de carneiro (manutenção anual)	35,00
c) de jazigo (mausoléu), catacumba e nicho (manutenção anual)	45,00
5.03 - Exumações:	
a) antes de vencimento o prazo natural de decomposição	40,00
b) após vencimento o prazo natural de decomposição	80,00
5.04 - Diversos:	
a) abertura de sepultura rasa.	10,00
b) abertura de carneiro, jazigo, mausoléu, catacumba, gaveta e nincho.	20,00
c) entrada e saída de ossada no cemitério.	20,00
d) remoção de ossada do interior do cemitério	10,00
e) para construção de carneiro, jardineira, colocação de inscrição e execução de obras de embelezamento e emplantamento (colocação de pedras).	30,00
f) para construção de jazigo (mausoléu), catacumba, gavetas e ossário.	60,00
g) para manutenção anual de ocupação de ossário.	20,00
h) velório.	30,00
6 - OUTROS SERVIÇOS MUNICIPAIS NÃO ESPECIFICADOS	20,00

NOTA:

1) Além da taxa prevista no item 4 da presente tabela, serão cobradas as despesas com alimentação, tratamento e medicação dos animais, inclusive vacinação, bem como transporte do local da apreensão até o depósito.

2) As mercadorias objetos e animais descritos no item 4 da presente tabela, permanecerão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente até 05 (cinco) dias contados da notificação ao proprietário. Os demais objetos e bens devem ser resgatados no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem leiloados ou doados a instituições filantrópicas.


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE COITÉ DO NÓIA

LEI n.º 332/2013.
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANEXO XI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

ESPECIFICAÇÕES	POTENCIAL POLUIDOR											
	BAIXO				MÉDIO				ALTO			
PORTE DA EMPRESA	ME	EPP	EMP	EGP	ME	EPP	EMP	EGP	ME	EPP	EMP	EGP
Licença Prévia	1%	1,5%	3%	6%	2%	3%	6%	12%	4%	6%	12%	24%
Licença de Instalação	10%	12%	13%	14%	20%	24%	26%	28%	40%	48%	52%	56%
Licença de Operação	10%	12%	13%	14%	20%	24%	26%	28%	40%	48%	52%	56%
Autorização de Funcionamento	1%	1,5%	3%	6%	2%	3%	6%	12%	4%	6%	12%	24%
* EPIA/RIMA	200%	200%	200%	300%	325%	500%	600%	650%	800%	850%	950%	1.000%

*Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EPIA/RIMA.

LEGENDAS:

ME - MICROEMPRESA.
EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
EMP - EMPRESA DE MÉDIO PORTE.
EGP - EMPRESA DE GRANDE PORTE


JOSÉ DE SENA NETTO
PREFEITO